



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCINF

LAYÓ DA SILVA PEREIRA

O GRITO DAS ESQUECIDAS:

Desafios da Justiça Informacional para Mulheres Negras em quatro exposições no
Distrito Federal.

Brasília - DF,
2025.

LAYÓ DA SILVA PEREIRA

O GRITO DAS ESQUECIDAS:

Desafios da Justiça Informacional para Mulheres Negras em quatro exposições no Distrito Federal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Universidade de Brasília (UnB), em cumprimento dos requisitos para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação, sob orientação do Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto e coorientação da Prof.^a Dr.^a Deborah Silva Santos.

Brasília - DF,
2025.

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva Pereira, Layó .
dP436g O GRITO DAS ESQUECIDAS: Desafios da Justiça Informacional para Mulheres Negras em quatro exposições no Distrito Federal. / Layó da Silva Pereira;

Orientador: Clovis Carvalho Britto; co-orientador Deborah Silva Santos. Brasília, 2025.
171 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização - Mestrado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, 2025.

1. Justiça Informacional. 2. Mulheres negras. 3. Ciências da Informação. 4. Exposições Museológicas. 5. Decolonialidade. I. Carvalho Britto, Clovis , orient. II. Silva Santos, Deborah, co-orient. III. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº:82

Aos **oito** dias do mês de **julho** do ano de dois mil e vinte e cinco, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado do(a) discente **LAYÓ DA SILVA PEREIRA**, matrícula **232103077**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr(a). **ANA LÚCIA DE ABREU GOMES (PPGCINF/UNB)**, Dr(a). **LUZIA GOMES FERREIRA (UFPA)**, Dr. **VALDEMAR DE ASSIS LIMA (FCI/UNB)** (Suplente) e Dr. **CLOVIS CARVALHO BRITTO (PPGCINF/UNB)**, orientador/presidente. O(A) discente apresentou o trabalho intitulado “O grito das esquecidas: desafios da justiça informacional para mulheres negras em quatro exposições no Distrito Federal”.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

(X) Pela aprovação do trabalho;

() Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;

() Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de **(Nº DE MESES)** para nova versão;

() Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. CLOVIS CARVALHO BRITTO
PPGCINF/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
(ORIENTADOR)

DR.ª ANA LÚCIA DE ABREU GOMES
PPGCINF/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

(MEMBRO INTERNO)

DR.^a LUZIA GOMES FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
(MEMBRO EXTERNO)

DR. VALDEMAR DE ASSIS LIMA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
(SUPLENTE)

LAYÓ DA SILVA PEREIRA
MESTRANDO (A)



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 22/07/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Layó da Silva Pereira, Usuário Externo**, em 22/07/2025, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/07/2025, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luzia Gomes Ferreira, Usuário Externo**, em 24/07/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Elmira Luzia Melo Soares Simeao, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 28/07/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12922376** e o código CRC **B7925531**.

Referência: Processo nº 23106.067699/2025-71

SEI nº 12922376

*Às minhas avós, minhas iguais e nossas
filhas.*

AGRADECIMENTOS

Abro os caminhos destes agradecimentos saudando Exú: Laroyê! Agradeço a força do movimento de Exú que caminhou junto comigo na construção de cada uma das palavras deste trabalho, agradeço a todos os meus Orixás, Caboclos, Erês, Pretos e Pretas Velhos que me mantiveram vivo e saudável. Agradeço ao meu Ori que me sustentou e sonhou por mim este sonho, que, sem minha espiritualidade, teria sido inalcançável.

Agradeço a minha família e amigos por entenderem as minhas ausências enquanto desenvolvia esta pesquisa. A minha mãe Neide Souza por acreditar no meu potencial, ao meu pai David Pereira por me apoiar nos momentos em que precisei, às minhas irmãs Daísa e Danúbia pelo carinho e cuidado, aos meus sobrinhos Luís Davi e Mateus Lukas por existirem e pelas boas risadas. Agradeço a minha avó Geralda Alves de Souza que contribuiu com o depoimento e inspiração para este trabalho, e também agradeço ao meu avô Antônio Correia da Silva pela acolhida. Sem vocês teria sido mais difícil.

Agradeço à minha noiva Vitória Deolindo, por toda paciência, cuidado, contenção, por todo esforço dispensado em não me deixar desistir, por toda palavra de incentivo e fortalecimento, por enxergar comigo a beleza e importância do processo. Sem você não seria tão bonito.

Agradeço às minhas colegas de classe do Mestrado do PPGCINF, Girlene Bulhões, Graziela Gomes e Kátia Brito por me mostrarem o caminho das pedras na pós-graduação, pela partilha, pelas trocas e por toda ajuda que precisei nos processos, trabalhos e textos das disciplinas. Sem vocês teria sido solitário.

Agradeço também aos meus professores, ao meu orientador Clóvis Britto, que se antecedeu a todos os prazos, me ofertou as correções mais completas e me mostrou inúmeras referências inspiradoras. À minha coorientadora Deborah Silva Santos por me inspirar e oferecer boas palavras ao longo do processo. As professoras Luzia Ferreira, Ana Abreu, Michele Pereira, Renísia Garcia pelas contribuições na banca de qualificação e nas aulas, obrigado queridos mestres por acreditar em mim e me encorajar. Agradeço também à CAPES, por disponibilizar a bolsa. Sem vocês teria sido impossível.

Muitas já se foram, se perderam
Outras se mataram em meio ao desespero
Então as que ficaram fizeram mais um apelo
Para que não esquecessem das que desapareceram
Famílias se separam, se dividem ao meio
Resquícios de um passado cruel sim, mas verdadeiro
Histórias que se passam do morro ao navio negreiro
Meu peito aberto sangra com dois buracos no meio
Meu corpo é arrastado pelo asfalto, espancado, jogado sem roupa no mato
Abusada, esfaqueada dentro da minha própria casa
Lágrimas escorrem, queimando como brasa
Ninguém quis ouvir o meu choro, meu lamento
Desacreditaram, ignoraram meu sofrimento
Já não bastasse por tudo que eu passava
Ainda vinham me dizer que eu era a culpada
Quantas por aí que vivem sufocadas
Tantas histórias que nunca foram contadas
Isso é frequente, aconteceu com Dandara
Nunca me esquecerei, Marielle, Luana, Cláudia
Todas as injustiças, por minhas irmãs sofridas
Que causaram mágoas, traumas, levaram a alma, tiraram a vida
Nunca serão perdoadas, jamais serão esquecidas
Não é vitimismo, é a realidade, acontece todos os dias
Em todos os cantos da cidade, nas noites e madrugadas
Pr'aquelas que andam desacompanhadas, matando três leões por dia
Em cada esquina de cada quebrada. As mães, solteiras, pretas, putas, macumbeiras,
Sapatas cabreiras, derrubam fronteiras, destroem Barreiras
Por elas que eu não posso me calar, sei, vou prosseguir
De cabeça erguida, vou lembrar do que eu sofri
Não podem me parar, e nem me oprimir
Represento a voz de muitas que ninguém nunca quis ouvir

- Layó

RESUMO

A dissertação analisa os desafios da justiça informacional e a representação das mulheres negras em quatro exposições do Distrito Federal: "Poeira, Lona e Concreto", "A importância da mulher pioneira na construção da nova capital", "Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas" e "Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra no DF". Partindo da compreensão das injustiças sociais e informacionais sofridas pelas mulheres negras, o estudo investiga como suas memórias e narrativas que sofreram tentativas de silenciamento ou que estão sub-representadas nesses espaços de preservação da memória, propondo alternativas para a integração dessas vozes negligenciadas na história oficial. Utiliza como metodologia uma abordagem qualitativa, observação in loco e análise documental, fundamentada em uma perspectiva decolonial e apoiada por intelectuais negras. Além disso, o estudo busca compreender o papel da Ciência da Informação como ferramenta de transformação social e justiça informacional, explorando formas de romper com epistemicídios e desigualdades raciais presentes em instituições culturais e de memória.

Palavras-Chave: Ciência da Informação; Justiça informacional; Mulheres negras; Exposição museológica; Decolonialidade.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the challenges of informational justice and the representation of black women in four exhibitions in the Federal District: "Poeira, Lona e Concreto", "A importância da mulher pioneira na construção da nova capital", "Outras Brasília: Memórias nervosas e contranarrativas" and "Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra no DF". Based on the understanding of the social and informational injustices suffered by black women, the study investigates how their memories and narratives are silenced or underrepresented in these memory preservation spaces, proposing alternatives for the integration of these neglected voices in official history. It uses a qualitative approach, on-site observation and documentary analysis as its methodology, based on a decolonial perspective and supported by black intellectuals. In addition, the study seeks to understand the role of Information Science as a tool for social transformation and informational justice, exploring ways to break with epistemicides and racial inequalities present in cultural and memory institutions.

Keywords: Information Science; Informational Justice; Black Women; Museum exhibition; Decoloniality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do DF por Regiões Administrativas.....	20
Figura 2 - Cenografia Museu Vivo da Memória Candanga.....	55
Figura 3 - Racismo violenta, desumaniza e mata!.....	73
Figura 4 - Detalhe da exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga.....	78
Figura 5 - Exposição Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas, na Biblioteca Nacional de Brasília - BNB.....	80
Figura 6 - Marco Zero.....	83
Figura 7 - Museu Vivo da Memória Candanga, entrada da exposição de longa duração....	104
Figura 8 - Brasiliense não lembra de visitar os museus.....	107
Figura 9 - Poeira, Lona e Concreto.....	110
Figura 10 - Memória candanga ganha museu.....	110
Figura 11 - Esplanada dos Ministérios.....	112
Figura 12 - Cenografia da exposição Poeira, Lona e Concreto.....	113
Figura 13 - Legenda da Imagem.....	113
Figura 14 - A importância da mulher pioneira na construção da capital.....	118
Figura 15 - Exposição destaca as mulheres pioneiras na construção de Brasília.....	118
Figura 16 - Edson Porto e sua mãe D. Elídia Porto, 1957.....	120
Figura 17 - Legenda da Imagem.....	121
Figura 18 - Ciganas em frente ao Hotel Souza na Cidade Livre.....	122
Figura 19 - Legenda da Imagem.....	122
Figura 20 - Inauguração Exposição Reintegração de Posse.....	134
Figura 21 - Exposição Reintegração de Posse chega ao Museu Nacional da República....	135
Figura 22 - Página de rede social @historianegradf.....	136
Figura 23 e 24 - A história de Dona Geralda.....	137
Figura 25 - Painel principal da Exposição Reintegração de Posse.....	139
Figura 26 - Exposição Outras Brasília: conheça contranarrativas e memórias sensíveis da capital federal.....	143
Figura 27 - O que há para além dos genéricos “candangas” ou “pioneiras”?.....	144
Figura 28 - Suzana Conceição Mendonça.....	146
Figura 29 - Geralda Alves de Souza.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Museus Públicos do DF, 2024.....	97
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
BDM-UnB	Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente
BNB	Biblioteca Nacional de Brasília
BrapCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CEI	Campanha de Erradicação das Invasões
C.I	Ciência da Informação
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
ENANCIB	Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia
GTs	Grupos de Trabalho
GEB	Guarda Especial de Brasília
GO	Goiás
HJKO	Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
JK	Juscelino Kubitschek
MAB	Museu De Arte De Brasília
MVMC	Museu Vivo Da Memória Candanga
NOVACAP	Companhia Urbanizadora Da Nova Capital
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - O silêncio que precede o grito.....	16
CAPÍTULO 1 - A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL.....	51
1.1 - Gestão da informação e seletividades: enfrentando a colonialidade.....	53
1.2 – Decolonialidade, amefricanidade e justiça informacional.....	60
1.3 - Por uma Ciência da Informação antirracista.....	69
CAPÍTULO 2 – AS ESQUECIDAS: INDÍCIOS DA AUSÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NOS MUSEUS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL.....	76
2.1 - Delimitando o caminho: o silenciamento das mulheres negras na história da construção de Brasília.....	82
2.2 – A colonialidade como regra: mulheres negras nas exposições de longa duração dos museus públicos do Distrito Federal.....	94
2.3 – Epistemicídio nas exposições “Poeira, lona e concreto” e “A importância da mulher pioneira na construção da nova capital” no Museu Vivo da Memória Candanga.....	103
CAPÍTULO 3 – O GRITO: PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO DE VOZES QUE SOFRERAM TENTATIVA DE SILENCIAMENTO NA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL.....	126
3.1 – Exposições e políticas de memória para justiça informacional.....	128
3.2 - Novas exposições e caminhos abertos: mulheres negras na exposição “Reintegração de posse” e “Outras Brasília: Memórias Sensíveis e contranarrativas”.....	132
3.3 – Do museu às paradas de ônibus: fabulação crítica e escrevivência como estratégias informacionais.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS - O grito ecoa.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158
ANEXOS.....	167

INTRODUÇÃO - O silêncio que precede o grito

“Não vou me calar, sei vou prosseguir
De cabeça erguida vou lembrar do que sofri
Não podem me calar
E nem me oprimir
Represento a voz de muitas que ninguém
nunca quis ouvir.”

- Layó - O Grito das Esquecidas

O título escolhido para abrir os caminhos deste trabalho é inspirado na primeira poesia que escrevi, em 2015, intitulada “O grito das esquecidas”. Antes desse grito poético me saltar pela garganta e pela caneta, por todo lugar só havia silêncio. A minha trajetória de vida enquanto um jovem nascido e criado em uma das maiores periferias do Distrito Federal é marcada pelo silêncio. Eu fui criado na Ceilândia, sou neto de Geralda Alves de Souza, que nasceu em Minas Gerais, Antônio Correia da Silva, nascido no Ceará, Rita Pinto Batista, nascida na Bahia e Joaquim Firmino Pereira nascido em Goiás, filho de Neide Souza da Silva e David Pinto Pereira, ambos nascidos no Distrito Federal¹. O silêncio que acompanha minha trajetória já se mostra presente nos poucos conhecimentos que possuo acerca de minha própria árvore genealógica, tendo em vista que conheço apenas o nome de meus avós e não sei quase nada sobre quem os antecederam.

Esse silêncio, presença constante em minha vida, é o fator catalisador do grito que agora ecoa através de minha escrita, e é ele que dará início aos apontamentos necessários para construção deste trabalho. Foi o silêncio que me motivou a esboçar esta narrativa na busca de, através da trajetória da minha família, evidenciar a participação das mulheres negras na construção de Brasília². Inspirado também pela obra de Andressa Marques, “A construção”, que dentre outras temáticas, aborda o reencontro da autora com a história de sua família, possibilitado através da provocação de sua professora enquanto realizavam uma exposição sobre a construção da cidade:

¹ O Distrito Federal é uma das 27 unidades federativas do Brasil, situado na região centro-oeste, é composto por 31 regiões administrativas, também conhecidas como cidades satélites.

² Brasília é a capital federal do Brasil, composta pelo Plano Piloto, é uma das regiões administrativas do Distrito Federal.

“Teresa falou sobre a história do meu avô morto durante a construção de Brasília. “Jordana, poderíamos falar sobre isso na nossa exposição. O que acha?”, perguntou, acrescentando que tinha sido informada por Miguel. “Mas eu não sei quase nada, professora”, respondi esperando que ela desistisse do pedido.(...) “O pouco que você sabe também é a história dele e a sua. Escreva sobre seu avô, querida.” Saí da sala de Teresa pensando na afirmação que me ligava à história lacunar de meu avô. Eu sabia pouco e esse pouco era meu também. O hiato que ele provocava na minha cabeça era soberano em afastá-lo de mim. (Andressa Marques, 2024, p. 150-151)³

Invoco o pouco que sei, esse pouco que é meu também, como forma de significar o silêncio dessa história lacunar de nossos avôs e avós, que vieram de muitos lugares, para construir no centro do país a capital que não puderam habitar. Esse hiato presente em nossas vidas é visível e quase palpável dentro de algumas exposições que contam a história da construção da cidade. Esse silêncio, que busco romper com nosso grito, é arquitetado e sistematicamente perpetuado em exposições e museus ao redor do mundo. É um silêncio que pretende anular existências, um silêncio que esquece propositalmente histórias de famílias inteiras, e desconsidera contribuições essenciais para a construção de um bairro, de uma cidade e de um país.

A decisão de iniciar este trabalho com a apresentação de pontos específicos sobre a minha própria trajetória não é arbitrária, há portanto, um sentido que espero que seja capaz de ampliar perspectivas, pois ao apontar exemplos autobiográficos é possível compreender, com mais sensibilidade e envolvimento, alguns processos históricos e sociais sem o “distanciamento” da “neutralidade científica” que abstrai determinados sujeitos em detrimento de outros, a esse respeito Christina Sharpe (2023) aponta:

Em outras palavras, incluo o que é pessoal aqui a fim de situar este trabalho, e a mim mesma, no vestígio e do vestígio. O “exemplo autobiográfico”, diz Saidiya Hartman, “não é uma história pessoal que se dobra sobre si mesma; não se trata de olhar para o próprio umbigo, trata-se de realmente tentar olhar o processo histórico e

³ Andressa Marques é uma das diversas autoras negras presentes na bibliografia deste trabalho, que adota a opção política de mobilizar referências bibliográficas de autorias de mulheres negras, e de inserir prenomes em todas as citações, a fim de enfrentar o epistemicídio presente na escrita acadêmica.

social e a própria formação como uma janela para os processos sociais e históricos, como um exemplo deles" Como Hartman, incluo o pessoal aqui "para contar uma história capaz de produzir envolvimento e de se opor à violência da abstração".(Christina Sharpe, 2023, p. 24)

Voltemos portanto a perspectiva para compreender alguns processos históricos e sociais da construção de Brasília que, prenunciada por Marquês de Pombal, seguiu sendo imaginada por Dom Bosco com seu sonho da mudança da capital do país para uma terra prometida, que mais tarde somado com o desejo ousado de Juscelino Kubitschek⁴, necessitou de muitas mãos para ser construída. Essas mãos pertenciam a centenas de trabalhadoras/es que, com a promessa de vida melhor, deixaram suas cidades natais para erguer a capital numa área, dita inabitada, no meio do cerrado goiano. Essas/es trabalhadoras/es ficaram conhecidos/as como candangos/as⁵, suas histórias e memórias são sobrepostas pelas histórias e memórias dos ditos pioneiros⁶, nomes frequentemente presentes nas narrativas exploradas pelas instituições que se propõem a contar a história da construção da capital federal, títulos que estão constantemente associados às distinções de classes sociais.

O território que sedia Brasília hoje não era inabitado como algumas narrativas insistem em reafirmar, antes da capital ser construída, a comunidade do Quilombo Mesquita já habitava as regiões próximas à área da construção. (Deborah Silva Santos, 2021, p. 223) A comunidade do Quilombo Mesquita que também participou da construção da capital, é desconsiderada nos anais da historiografia oficial, entretanto, foi de suma importância, em diversos níveis, fosse para abastecimento

⁴ A história da construção da capital tem versões variadas, entretanto, uma delas diz respeito ao sonho que Dom Bosco teve de mudar a capital do Brasil para algum ponto no interior do país, e que Juscelino Kubitschek, anos após isso, teria colocado em prática o sonho do padre. É possível conferir essa versão da história no artigo de Manoel Barbosa Neres (2020).

⁵ O termo Candango, inicialmente considerado pejorativo, provinha de um contexto em que fazia referência às pessoas residentes de diferentes regiões que se dirigiam para os grandes centros urbanos. Em um outro momento este mesmo termo adquiriu características heróicas quando, no discurso de inauguração de Brasília, o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, utilizou o termo para se referir aos trabalhadores que construíram a cidade, porém, ao longo do processo histórico, este vocábulo também se estendeu para adjetivar também arquitetos, engenheiros e até mesmo o próprio JK, como uma opção política para tentar equiparar as contribuições dos trabalhadores "comuns" e das figuras políticas. Estas considerações acerca do termo Candango e seus desdobramentos foram recolhidas do texto de Karolline Pacheco Santos(2025) das páginas 168 e 195.

⁶ O termo Pioneiro, é comumente utilizado para designar os engenheiros, arquitetos e urbanistas da construção da capital, a exemplo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

dos acampamentos de trabalhadores/as, ou para atuar nas cozinhas e canteiros de obras.

A Ceilândia(Figura 1), cidade em que nasci, fica localizada na periferia do Distrito Federal, onde habitam até hoje, parte dos/as candangos/as que construíram Brasília. A história da Ceilândia é marcada por injustiças. Até mesmo o nome da cidade carrega um estigma. C.E.I era a sigla que intitulava a Campanha de Erradicação das Invasões⁷, instituída no final da década de 60, que tinha como objetivo remover, do centro da capital recém construída, centenas de famílias que ajudaram a construir a “capital da esperança”⁸, a campanha de assistência social prometia mundos e fundos e era amplamente divulgada como uma oferta de melhoria das condições de vida das famílias. O X marcava o barraco selecionado para ser removido, marcava a família escolhida para ser levada para a dita terra prometida. A verdade que não estava dita, no entanto, era que as famílias eram levadas para uma área distante do centro do poder da capital do país, sem a infraestrutura prometida pela campanha, e sem esperança alguma de reparação dos danos causados pelo então governo do Distrito Federal.

⁷ Campanha de Erradicação de Invasões (CEI): Em 1969, com apenas nove anos de fundação, Brasília já tinha 79.128 favelados, que moravam em 14. 607 barracos, para uma população de 500 mil habitantes em todo o Distrito Federal. Naquele ano, foi realizado em Brasília um seminário sobre problemas sociais no Distrito Federal. O favelamento foi o mais gritante. Reconhecendo a gravidade do problema e suas consequências, o governador Hélio Prates da Silveira (gaúcho de Passo Fundo) solicitou a erradicação das favelas à Secretaria de Serviços Sociais, comandada pelo potiguar Otamar Lopes Cardoso. No mesmo ano, foi criado um grupo de trabalho que mais tarde se transformou em Comissão de Erradicação de Favelas. Foi criada, então, a Campanha de Erradicação das Invasões – CEI, presidida pela primeira-dama, dona Vera de Almeida Silveira. Em 1971, já estavam demarcados 17.619 lotes, de 10x25 metros, numa área de 20 quilômetros quadrados – depois ampliada para 231,96 quilômetros quadrados, pelo Decreto n.º 2.842, de 10 de agosto de 1988, ao norte de Taguatinga nas antigas terras da Fazenda Guariroba, de Luziânia – GO, para a transferência dos moradores das invasões do IAPI; das Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Colombo; dos morros do Querosene e do Urubu; e Curral das Éguas e Placa das Mercedes, invasões com mais de 15 mil barracos e mais de 80 mil moradores. A Novacap fez a demarcação em 97 dias, com início em 15 de outubro de 1970. Em 27 de março de 1971, o governador Hélio Prates lançava a pedra fundamental da nova cidade, no local onde está a Caixa D’água. Às 09 horas daquele sábado, teve início também o processo de assentamento das vinte primeiras famílias da invasão do IAPI. O Secretário Otomar Lopes Cardoso deu à nova localidade o nome de Ceilândia, inspirado na sigla CEI e na palavra de origem norte-americana “landia”, que significa cidade (o sufixo inglês estava na moda). Foi oficiado, na chegada das famílias ao assentamento, um culto ecumênico em ação de graças. A primeira família assentada na QNM 23, Conjunto “P”, lote 12, Ceilândia Sul, é a da Sr.^a Edite Martins, mãe de três filhos menores e que recebia de salário 170 cruzeiros, atualmente morando na QNM 23 Conjunto “A” casa 20. Disponível em:<
https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/pp_ced_07_ceilandia.pdf>

⁸ Termo originalmente criado pelo escritor francês André Malraux em 1959, que conheceu Brasília e se encantou pela capital, a expressão se popularizou no Brasil e no mundo.

Figura 1 - Mapa do DF por Regiões Administrativas



Fonte: <<https://www.df.gov.br/>>

A injustiça social presente na história da Ceilândia é parte de inúmeras injustiças acometidas às vidas candangas. Enquanto os anais da historiografia oficial não fazem questão de lembrar, por exemplo, das vidas perdidas durante a construção da capital, ou durante o massacre operacionalizado pela polícia do governo do DF contra os/as trabalhadores/as que exigiam uma alimentação digna, conhecido como massacre da GEB⁹, as histórias e memórias da construção da cidade vão sendo gradativamente apagadas. A seletividade está presente a todo momento no ato de contar uma história, entretanto essa seletividade pode silenciar, excluir e estereotipar as memórias de toda uma população. Quando arbitrária, é responsável por compactuar com o epistemicídio, conceito que abarca essa “tentativa de supressão do conhecimento e controle, censura e condenação da disseminação de ideias.”(Sueli Carneiro, 2005, p. 102).

Na contramão dessa seletividade que causa o silêncio, faz-se necessário compreender não só o porquê dessa tentativa de silenciamento como também onde estão essas informações e subjetividades que não estão ditas. Os espaços onde se

⁹ A chacina provocada pela polícia do Distrito Federal, na época, conhecida como o Massacre da GEB, disponível para consulta nas referências deste, o texto de André Fernandes(2018) contém mais informações sobre o assunto.

produz e armazena informação (arquivos, museus, bibliotecas, centros de memória e documentação, entre outros) são por muitas vezes, locais silenciadores (Franciéle Garcês Silva *et al*, 2022), e perpetuam o silenciamento das informações, memórias e narrativas de grupos como a população negra e os povos originários.

Locais que permanecem em um eterno sossego, inabaláveis diante da realidade que os rodeia, com objetos e imagens, que para além de perpetuar o silêncio, enfatizam uma calma inexistente acerca de alguns objetos e imagens expostos, permanecendo impassíveis diante da vida e do movimento presente naquela representação, a esse exemplo Joseania Freitas (2020) discorre em seu artigo *Memórias de um Tamborete de Baiana: as muitas vozes em um objeto de museu*, onde traz as memórias do tamborete que se queixa de passar longos anos vivendo no “sossego museal”. É, portanto, imprescindível e urgente que se criem alternativas para trazer à tona todas essas informações que têm sido negligenciadas, em nome da manutenção do poder e privilégio, em nome do sossego museal que é arquitetado por um grupo social que, historicamente, permanece fortalecido nos espaços de informação, memória e conhecimento a exemplo dos/as ditos/as pioneiros/as.

Dentre os grupos que sofrem com a seletividade arbitrária de informações, memórias e narrativas, enfrentando atravessamentos múltiplos e multifacetados, estão as mulheres negras, que apesar de serem a base da pirâmide social e sustentarem desde sempre a sociedade brasileira (Lélia Gonzalez, 1980) por muitas vezes sofrem tentativas de silenciamento de suas memórias e histórias nas exposições museológicas, nos arquivos e nas bibliotecas (Ana Paula Costa Rosa, 2018; Evelyn Orrico, 2019; Franciéle Garcês Silva *et al*, 2022, Françoise Vergés, 2023) são conseqüentemente e sistematicamente colocadas em lugares que reforçam estereótipos. (Débora Pereira, 2021; Joana Flores Silva, 2015) Mulheres como a minha avó Dona Geralda Alves de Souza, que esteve presente na construção da cidade de Brasília, esforçou-se porém não conseguiu aprender a decifrar o universo das letras e palavras, uma mulher que trabalhou como diarista nos primeiros apartamentos construídos em Brasília, auxiliou no plantio do gramado e de árvores no centro da capital e não tem a sua história contada em nenhum museu da cidade, mesmo que haja registros fotográficos de mulheres como ela na época da construção.

Nos museus históricos e espaços de informação do Distrito Federal, a representação das mulheres negras ainda é invisibilizada, esse fato se apresenta como o problema desta pesquisa. Dentre estudos desenvolvidos sobre a presença negra (Julia Carrari, 2014; Deborah Santos, 2014) e a presença específica das mulheres negras nas exposições sobre a construção de Brasília (Débora Pereira, 2021) o panorama que se apresenta é estarrecedor. O silenciamento é algo constante, e quando a figura das mulheres negras está minimamente representada, é carregada de estereótipos de subalternização. De acordo com Débora Pereira (2021) que investigou a presença das mulheres negras no Museu Vivo da Memória Candanga:

...podemos afirmar que(o Museu Vivo da Memória Candanga) segue os padrões de marginalização, exotificação e manutenção de estereótipos que exclui grupos inteiros, culturas e memórias de grande relevância social em detrimento de uma minoria branca e privilegiada. (Débora Pereira, 2021, p. 64)

É necessário destacar que as histórias de mulheres negras existem e que essa população contribuiu significativamente para a construção do Distrito Federal. Elna Dias Cardoso (2018), apresenta algumas dessas memórias em seu trabalho de Doutorado em Sociologia intitulado *Nós também fazemos parte dessa história: Memórias de Mulheres Negras em Brasília*. Então a questão que se apresenta é: por que as memórias e narrativas de mulheres negras, como a minha avó, não estariam presentes nas exposições que tratam da história do Distrito Federal? É o que busco responder com esta dissertação.

Como forma de traçar um caminho para esse debate, selecionei quatro exposições do Distrito Federal como foco da análise. Este é um estudo de caso e um trabalho comparativo, analisei a exposição *Poeira, Lona e Concreto*¹⁰, de longa duração do Museu Vivo da Memória Candanga¹¹, *A importância da mulher pioneira*

¹⁰ “Nesse sentido, a exposição de longa duração do MVMC foi criada inicialmente, segundo Edenise de Souza, para atender ao público escolar. Edenise de Souza relata que a exposição foi primeiramente constituída baseada nos recursos técnicos que havia na época, que não eram muitos, entretanto em meio aos profissionais envolvidos na montagem da exposição um era museólogo. A exposição foi idealizada, segundo Luciana Ricardo, pela equipe da Diretoria de Pesquisa do DePHA-DF, da qual faziam parte Silvio Cavalcante, diretor do museu na época, e sua irmã Raquel Cavalcante. Segundo Edenise de Souza, boa parte da exposição “Poeira, Lona e Concreto” foi construída em madeira, levando em consideração a edificação que ela foi constituída e os painéis expositivos, ambos feitos com este material.” (Ingridde Alves, 2014, p. 48)

¹¹ A exposição permanente do MVMC, *Poeira, Lona e Concreto* foi inaugurada junto com o Museu em 1990.

na *construção da nova capital*, de duração indeterminada, recentemente inaugurada e também sediada no MVMC¹², ambas tem como objetivo contar parte da história da construção da capital. Também analisei a exposição *Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas*¹³ de curta duração, exibida recentemente, na Biblioteca Nacional e por fim analisei a exposição *Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra no DF*¹⁴, de curta duração, que esteve no Museu Nacional da República e em algumas paradas de ônibus do DF e teve como objetivo evidenciar a presença e participação da população negra na construção de Brasília.

É imprescindível considerar que todas as exposições deste estudo tem como fonte de pesquisa um único acervo, são exposições que surgiram através de pesquisas realizadas no Arquivo Público do Distrito Federal¹⁵, e ao longo do caminho da pesquisa observei que algumas exposições perpetuam um silenciamento acerca desses grupos, e reproduzem imagens silenciadoras e outras exposições produzem imagens emancipatórias, é necessário destacar que, a partir da documentação de um mesmo acervo, é possível tanto perpetuar o silêncio quanto fazer ecoar o grito de grupos que foram esquecidos. Essa é uma das principais justificativas para escolha dessas exposições.

O objetivo principal deste trabalho é, portanto, analisar os desafios da justiça informacional e a representação das mulheres negras em quatro exposições do Distrito Federal. Para realizar esta análise, como objetivos específicos deste trabalho

¹² A ficha técnica da exposição coloca como curador a equipe do Museu Vivo da Memória Candanga.

¹³ A exposição é iniciativa do Iphan com coordenação de curadoria de Cristiane de Assis Portela.

¹⁴ A exposição, com coordenação de curadoria de Ana Flávia Magalhães, foi exibida no Museu Nacional em 2019 e em 2020 estampou as paradas de ônibus. Informações retiradas de reportagem e entrevista da TV Senado. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/racismo-em-pauta-resgate-do-papel-d-o-negro-na-formacao-de-brasilia-mobiliza-estudiosos-e-sociedade>>

¹⁵ “Criado em março de 1985, por meio do Decreto nº 8.530, o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) está vinculado à Casa Civil do Distrito Federal e tem a responsabilidade de planejar e coordenar o recolhimento de documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo da capital brasileira, assim como de documentos privados de interesse público. Uma vez integrados ao acervo, o órgão tem a missão de preservar esse material com a intenção de colocá-los à disposição da sociedade, dentro da política de acessibilidade adotada pelo Governo do Distrito Federal. O espaço reúne, principalmente, a documentação que retrata a história da Capital Federal, desde o período da interiorização, previsto na Constituição de 1892, passando pela construção, inauguração, chegando aos dias atuais. O acervo apresenta documentos textuais, audiovisuais, cartográficos, entre outros formatos. Compõem esse acervo 21 Fundos Públicos e 23 Fundos Privados, tendo entendimento que o fundo é um conjunto de documentos de qualquer natureza ou suporte acumulado ao longo do funcionamento de um órgão, instituição ou administração do poder público (Fundos Públicos), assim como da trajetória de pessoas públicas envolvidas com o governo (Fundos Privados).” Texto retirado do site do ArPDF. Disponível em:<<https://www.arpdf.df.gov.br/sobre-o-arpdf/>>

pretendo apresentar um debate acerca da Ciência da Informação e a justiça social; discutir os indícios da presença de mulheres negras nos museus públicos do Distrito Federal e expor propostas de integração de vozes que sofreram tentativas de silenciamento na história do Distrito Federal em exposições.

As razões e justificativas para realização deste estudo, portanto, estão para além da exposição de uma busca pessoal. Estudos que têm como temática central questões étnico-raciais estão cada vez mais em evidência em diversas áreas. É perceptível a necessidade de se compreender qual o reconhecimento que as áreas do conhecimento dão a essa temática, tendo em vista a relevância do tema para a sociedade. A população negra constitui a maior parcela da população brasileira, no último censo demográfico realizado em 2022, constatou-se que a população brasileira é constituída de 203,1 milhões de pessoas, das quais mais de 110 milhões se declaram negras (pretas ou pardas), o que corresponde à 55,4%¹⁶, já no Distrito Federal, em pesquisa realizada em 2021, observou-se que a população negra constitui um total de 57,3%¹⁷ da população. As contribuições dessa população para o desenvolvimento do país e da cidade são incontestáveis, no entanto, é possível observar que essa participação não tem seu valor devidamente reconhecido.

O racismo é uma ferramenta de dominação que se fortaleceu a partir dos processos de colonização das Américas. (Aníbal Quijano, 2005) Todavia, suas raízes estão datadas em séculos anteriores (Tatiana Dias Silva, 2019), é possível observar ao longo da história que após longos anos desde o final do período de escravização, haviam tentativas de pautar o racismo a fim de que fosse possível reduzir os seus efeitos e consequências. Intelectuais brasileiras apontavam a necessidade de se debater mais a fundo essa pauta, dentre elas Lélia Gonzalez (1984) que em seu texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” aponta as especificidades do racismo no Brasil. Um outro exemplo desses esforços pode ser observado a partir da Conferência Mundial de Durban (Sueli Carneiro, 2000) onde propuseram discussões que tinham como objetivo a conquista da igualdade racial. No Brasil também haviam inúmeras mobilizações pautadas na conquista da

¹⁶ Informe do Ministério da Igualdade Racial - MIR, nº 3: Monitoramento e avaliação Edição Censo Demográfico 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demografico2022.pdf>>

¹⁷ Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021;

igualdade racial, um marco referencial é a Marcha Zumbi dos Palmares¹⁸, organizada pela população negra, que aconteceu na década de 90.

Tatiana Dias Silva pesquisou políticas públicas de igualdade racial no governo federal entre 2000 e 2014. E concluiu que o processo de inserção dessas políticas públicas “foi promovido por mecanismos causais como a pressão internacional, o tensionamento institucional e a validação normativa” (Tatiana Dias Silva, 2019, p. 206). Não foi a primeira vez que a pressão internacional causou impactos nas políticas públicas brasileiras, o exemplo mais antigo é a abolição da escravatura, que ao contrário do que foi por muito tempo ensinado, não se deu por benevolência da princesa e sim por pressão internacional, na ocasião, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão.

É se amparando na necessidade de pressionar as instituições brasileiras, para que olhem para as questões raciais, que este trabalho afinca sua principal justificativa e razão de existir. O intuito é contribuir para o debate racial dentro da Ciência da Informação, que têm sido cada vez mais necessário, em busca de justiça informacional para a população negra, em específico às mulheres negras. Compreendo que a C.I tem grande potencial de transformação social, a partir da organização da informação e do conhecimento, ferramentas de poder de grande impacto histórico e social.

A organização do conhecimento, em sua totalidade, é extremamente necessária para resolução dos problemas da vida prática individual ou social. A informação é uma ferramenta de poder, e cabe aos/às profissionais de Ciência da Informação a tarefa de organizar e disponibilizar a informação para a sociedade. A Ciência da Informação, portanto, tem em seu cerne o compromisso social como razão de sua utilização. (Harold Borko, 1968; W. Boyd Rayward, 1996)

O/a profissional de Ciência da Informação deve estar atento/e comprometido/a em evitar práticas informacionais que evidenciem determinados sujeitos em detrimento de outros. Práticas seletivas que, reforçam estereótipos, marginalizam, silenciam, quando não apagam memórias e informações relevantes para construção e fortalecimento de narrativas e identidade, essas práticas devem ser banidas do contexto informacional.

¹⁸ Documentário sobre Marcha Zumbi dos Palmares no portal Geledes, disponível em: <<https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/>>

É necessário que todo/a profissional de informação, seja capaz de compreender o reflexo que suas escolhas podem trazer para determinados grupos. A informação como ferramenta de poder é constantemente utilizada para deslegitimar conhecimentos de grupos sociais que ocupam posições desprivilegiadas nas relações de poder.

Isso também se reflete nos espaços de informação e memória. A exemplo dos museus do século XX (Deborah Silva Santos, 2014) ou das bibliotecas e também dos arquivos. (Ana Paula Costa Rosa, 2018; Evelyn Orrico, 2019; Franciéle Garcês Silva *et al*, 2022, Françoise Vergés, 2023; Débora Pereira, 2021; Joana Flores Silva, 2015)

Debates acerca de grupos historicamente excluídos dos espaços de informação estão presentes em diversos âmbitos e temáticas da Ciência da Informação. Esses debates estão ganhando cada vez mais notoriedade ao longo da história da C.I, a exemplo de estudo realizado sobre os grupos de trabalho dos Enancib - Encontro Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia - Estudos detalhados em artigo de Felipe Alves & Gisele Côrtes (2023).

A ampliação de debates que interligam a Ciência da Informação com as pautas étnico-raciais possibilitou a delimitação de conceitos como o conceito de informação étnico-racial, de acordo com Henry Pôncio Cruz de Oliveira e Mirian de Albuquerque Aquino:

A elaboração do conceito de informação etnicorracial, à luz de um diálogo interdisciplinar, per se, abre um espaço de investigações no campo da Ciência da Informação como área de produção do conhecimento científico a partir de possíveis correlações deste conceito aos diversos suportes, mídias, estratégias de geração, produção, acesso e uso da informação, bem como estudos sobre a informação etnicorracial nas diversas fontes e canais informacionais. (Henry Pôncio Cruz de Oliveira e Mirian de Albuquerque Aquino, 2012, p. 488)

Ainda sobre o debate étnico-racial no campo da Ciência da Informação, é possível incluir como destaque o GT 12 do Enancib, criado em 2022, intitulado como *Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades*, em sua ementa este Grupo de Trabalho está definido como:

Estudos teóricos e aplicados em informação sobre Raça, Classe, Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades. Teorias Críticas, Culturais, Racial, Feministas e Queer. Correntes teóricas, escolas de pensamento, bases metodológicas-conceituais e aplicações técnico-científicas dos estudos étnico-raciais, de gênero e de diversidade. Teorias, discursos, saberes, atividades científicas e profissionais em ambientes informacionais comunitários, populares e organizacionais. Relações sociais, de poder e resistências. Epistemicídio, violências e insurgências. Estudos Pós-Coloniais, Decoloniais e Anticoloniais. Estudos Críticos da Branquitude. Justiça Social, Informacional, Racial e de Gênero. (GT 12 - ANCIB)¹⁹

A ementa deste grupo de trabalho nos demonstra a complexidade dos estudos que envolvem as questões étnico-raciais e, partindo da necessidade de compreender como estão sendo tratadas as questões que envolvem a população negra no âmbito da Ciência da Informação é que surge a inquietação desta dissertação. Para se chegar a esta compreensão, é necessário que se investigue a fundo como está representada essa população em instituições de informação públicas que possuam, minimamente, algum registro histórico, na capital do país. Investigar esta presença negra, portanto, é primordial para compreender as relações de poder que se articulam nessas instituições. Este poder que pode ser silenciador (Eni Orlandi, 2007) é parte da seletividade de memórias que potencializa sujeitos em detrimento de outros (Girleane Bulhões, 2018) e responsável pelo reconhecimento que é constantemente negado à população negra que contribuiu significativamente para a construção da capital federal. (Julia Carrari, 2014; Elna Dias Cardoso, 2018)

Os museus, arquivos, e bibliotecas públicas devem estar comprometidos em evidenciar informações acerca de quaisquer grupos sociais que foram historicamente injustiçados, na busca de reparar os danos que séculos de opressão causaram a esses grupos, para que haja justiça informacional. Em uma linha de raciocínio básica é possível concluir que se não há compromisso social, essas instituições de informação estão ferindo princípios fundamentais dos direitos humanos.

As mulheres negras em suas subjetividades possuem potencialidades que precisam ser colocadas em voga, tendo em vista que a desumanização é mais um traço do epistemicídio. As pesquisas e trabalhos desenvolvidos em torno da história dessa população necessitam de ampliação para além da análise e investigação,

¹⁹ Texto de ementa do GT 12, disponível em: <<https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>>

faz-se necessário encontrar caminhos possíveis para fortalecimento das memórias coletivas desse grupo. É necessário que, para além de encontrarmos quem foram as mulheres que construíram e seguem mantendo essa e outras cidades, busquemos também conhecer seus nomes, suas histórias e seus sonhos, este será então um pequeno passo para esboçar as estratégias que tencionam esse silenciamento.

Tenho me debruçado sobre os estudos dessa temática desde que iniciei a graduação, inicialmente realizei, sob orientação do professor Clóvis Britto, uma pesquisa intitulada *Memórias Pretas na Capital da Esperança: mulheres negras no museu vivo da memória candanga* para Projeto de Iniciação Científica - PIBIC em 2018, na ocasião, o artigo foi indicado ao prêmio destaque de iniciação científica. Dei continuidade à pesquisa no trabalho de conclusão de curso de minha graduação em Museologia, desta vez orientado pela professora Deborah Silva Santos, com pesquisa intitulada *Negras Memórias De Uma Capital em (Des)construção: Uma Análise da presença de mulheres negras na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga*. onde estudei a exposição de longa duração deste Museu, e busquei relacioná-la com a minha própria história de vida.

Digo isto porque sou uma pessoa negra, nascida e criada na Ceilândia, que cresceu ouvindo histórias sobre a época da construção da capital. O meu pai, David Pinto Pereira, que também nasceu no Distrito Federal, sempre me falava sobre a antiga vila do IAPI²⁰ e costumava narrar detalhadamente como eram os barracos, com suas paredes de madeirite e seu telhado de zinco, as vezes falava também de quando foram removidos da antiga vila para a casa em que mora até hoje na

²⁰ Segundo Tony de Oliveira (2007, p. 98), a Vila do IAPI foi formada ao final da década de 1960 pelo próprio governo nas proximidades do Hospital Juscelino Kubitscheck de Oliveira (HJKO), nos arredores do Núcleo Bandeirante, para alojar famílias removidas do centro urbano do Plano Piloto. Em pouco tempo, outras vilas foram sendo agregadas ao núcleo original conformando uma das maiores ocupações do DF, removida na década de 1970 pela Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) que deu origem à cidade-satélite da Ceilândia. A formação e erradicação da Vila do IAPI relaciona-se com a experiência de outras vilas operárias em um modus operandi da Novacap que tolerava essas ocupações irregulares como forma de solucionar, momentaneamente – geralmente durante a execução de alguma obra –, os problemas de habitação e transporte no território ao garantir a proximidade dos trabalhadores aos canteiros. Com isso, eximia-se da responsabilidade e dever de elaborar políticas justas de ocupação territorial, em especial, para trabalhadores/as da construção civil e suas famílias, gerando novos processos de remoções. À exemplo da Vila Amaury, ocupação tolerada pela NOVACAP pela proximidade com as obras da Praça dos Três Poderes que chegou a agregar mais de 20 mil pessoas, entre 1959 e 1960, em um território que já se sabia condenado a ser alagado pelas águas do Lago Paranoá, sendo as famílias removidas posteriormente para as cidades-satélites de Sobradinho e Taguatinga (Neiva, 2017, p. 32 *apud* Karoline Pacheco dos Santos, 2025. p. 195)

Ceilândia, e ainda comentou distraidamente sobre o exercício diário de pegar água da bica na cidade prometida. Essas histórias me atravessam, atravessam as gerações da minha e de outras famílias, e não estão presentes dentro dos museus.

A primeira vez em que visitei o Museu Vivo da Memória Candanga foi durante a graduação, até então eu não sabia de sua existência, nas escolas públicas que estudei, eram raras as vezes em que tínhamos passeios para os museus da cidade. Ao visitar a exposição *Poeira, lona e concreto* me deparei com o retrato de uma moça, na legenda da foto constava apenas o nome do fotógrafo, o ano e o local. Eu fiquei ali por alguns instantes observando aquela foto, e pensei que aquela moça poderia muito bem ser minha avó, que veio do interior de Minas Gerais, sozinha, para a capital federal em busca de uma vida melhor. Eu nunca vi uma foto da minha avó quando era mais nova, que não pertence à famílias com posses geralmente não têm acesso a registros fotográficos, e às vezes nem direito à memória de quem nos antecedeu.

Eu cheguei, então, a perguntar para a minha avó se ela tinha tirado alguma fotografia quando chegou na capital, por nutrir a esperança de que de alguma forma as histórias que eu ouvia estariam ali naquele museu, naquela fotografia. Não era ela, mas poderia ser. A questão é que na legenda da fotografia não tinha nenhuma informação sobre aquela moça, nem o seu nome, nem a sua profissão. O silêncio que paira sobre a foto dessa moça é uma constante na história de mulheres negras, a esse respeito Saidiya Hartman (2022), em sua obra *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos*, ao analisar uma fotografia de uma jovem negra, também não identificada, reflete:

Se seu nome tivesse sido rabiscado na impressão em albumina, haveria ao menos um fato que eu poderia informar com algum grau de certeza, um detalhe que não teria que adivinhar, um obstáculo a menos para retratar a trajetória da menina pelas ruas da cidade. Se o fotógrafo ou algum jovem assistente no estúdio tivesse registrado o nome dela, eu poderia tê-la encontrado no censo de 1900, ou descoberto se ela alguma vez residiu no Abrigo para Órfãos de Cor, se dançou no palco do Lafayette..(Saidiya Hartman, 2022, p.33)

A inquietude e curiosidade me movem desde a infância, e se tornam agora justificativa pessoal para este trabalho. Compreender como se dá a presença de mulheres negras, como a minha avó, em ambientes comprometidos com a

preservação de memórias, como o Museu Vivo da Memória Candanga, que deveria contar a história da cidade em que meus pais nasceram e onde eu cresci. É primordial para que eu possa dar sentido à minha presença dentro da Universidade, tendo em vista que sou a primeira pessoa de todas as gerações da minha família a adentrar esse espaço. Me amparando na certeza de que histórias como a minha confluem com muitas outras histórias de gente negra no Brasil e nas Américas, reafirmo a necessidade de estudos como este, que analisam e se propõem a combater a dinâmica atual de poder que está presente nos museus e demais espaços de produção e gestão do conhecimento.

As exposições museológicas podem produzir imagens que excluem, silenciam e estereotipam determinados grupos. (Deborah Santos, 2014; Joana Flores, 2018; Joseania Freitas, 2020) E também podem produzir imagens emancipatórias desses mesmos grupos. A legitimação desse poder silenciador é o que garante as injustiças sociais e informacionais, portanto, faz-se necessário que seja combatido no seu cerne, dentro da Universidade, através da utilização de conhecimento produzido por pessoas que estão fora desse grupo que mantém-se no poder. A exemplo das mulheres negras, que produzem conhecimento científico o suficiente para questionar e incomodar a hegemonia nos seus sonos injustos. É também por essa razão que utilizo como base e fundamentação teórica uma maioria de autoras negras e latinoamericanas, e por isso pretendo também agregar meus conhecimentos acerca da cultura e história da minha cidade na construção deste trabalho. É ressaltando os gritos das vozes que resistem ao silenciamento intencionado pela hegemonia branca, rica e cisheteronormativa que será possível delimitar um caminho contrário ao caminho da colonização do pensamento e do conhecimento.

REVISÃO DE LITERATURA

A situação social das pessoas negras no Brasil tem sido amplamente revisitada em inúmeras pesquisas acadêmicas ao longo das décadas. Compreender a multiplicidade de atravessamentos que essa população enfrenta diariamente é uma tarefa que demanda conhecimento de causa. Justifico esta afirmação tendo como base a minha própria vivência enquanto pessoa negra, pois encaro,

diariamente, em minha vida e na vida de amigos/as e familiares, as adversidades múltiplas e complexas que delimitam nossa existência.

De acordo com Tatiana Dias Silva (2013) “o Brasil está entre os países mais violentos do mundo, até comparável a regiões com conflitos armados deflagrados.” (p. 122). Boa parte dessa violência tem origem na colonização, com a invenção do racismo, e se mantém como uma constante estratégia de dominação colonial (Aníbal Quijano, 2005) que é observada com mais notoriedade, principalmente, com as políticas de embranquecimento populacional. Confundir ou subtrair a noção de identidade e pertença de jovens negros/as ou indígenas é reduzir as possibilidades de revolta contra o Estado genocida.

No pensamento de intelectuais da virada do século XX, como Nina Rodrigues e Silvio Romero, e depois Oliveira Vianna, o “problema” racial brasileiro não era simplesmente a presença do negro, mas principalmente a miscigenação, pois as raças puras eram sempre vistas como dotadas de maior eugenia do que o produto de sua mistura.(Rafael Osorio, 2003, p. 21)

A miscigenação forçada e compulsória promovida pelo governo brasileiro é apenas uma parcela da crescente e constante violência racial em nosso país. Esse projeto de embranquecimento foi estrategicamente desenvolvido para dificultar a criação de políticas públicas de reparação dos danos produzidos contra a população negra. “A sociedade não precisa saber quão negra é uma pessoa ou o são seus ancestrais(...)para considerá-la uma vítima potencial de discriminações, diretas ou estruturais.” (Rafael Osorio, 2003, p. 8)

É necessário que esteja bem dito e explicado nos estudos acerca do racismo brasileiro, as particularidades do mesmo. A exemplo da falsa ideia de democracia racial amplamente divulgada nas teorias racistas disseminadas por grandes nomes da ciência brasileira. A crise identitária que fomos inseridos por decorrência da miscigenação forçada e politicamente operacionalizada por parte dos governantes, ainda no Brasil Império, é ponto de justificativa da ausência ou negligência de políticas públicas funcionais de combate ao racismo. De acordo com Tatiana Dias Silva:

A prontidão em negar o comportamento racista e o racismo estrutural, relegando seus efeitos apenas às desigualdades sociais, é o recurso preferido para tornar obscuro o efeito do racismo sobre as desigualdades presentes. (Tatiana Dias Silva, 2019, p. 26)

O caminho que se precisa percorrer, para que as mudanças propostas por políticas públicas de combate à desigualdade racial sejam sentidas pela população negra é longo e árduo, é necessário, por exemplo, que essas políticas estejam inseridas em diversos níveis e esferas da vida da população negra. Se há uma política de educação anti racista, esta pode ter efeito sobre os índices de evasão escolar, que podem reduzir as internações de jovens negros/as mantidos/as sob privação de liberdade, dentre outros exemplos como citado por Nathalie Jaccoud e Luciana de Barros:

Ressalte-se, ainda, que o combate às desigualdades raciais no país requer que, simultaneamente às políticas de combate ao racismo e à discriminação racial, estejam sendo implementadas políticas universais de saúde, educação, previdência social e assistência social, entre outras (Nathalie Jaccoud e Luciana de Barros, 2002, p. 67)

O combate ao racismo deve ser pauta central das políticas e discussões governamentais e científicas, tendo em vista que a população negra é maioria na sociedade brasileira, deve-se buscar compreensão, argumentação e fortalecimento de políticas de igualdade racial como prioridade para o Estado brasileiro. É inaceitável que ainda hoje políticas de reparação estejam caminhando a passos lentos, e que não sejam amplamente discutidas, seja nas universidades, ou nos órgãos governamentais. Grandes empresas construídas no Brasil Império lucraram com a escravização da população negra²¹, porém, o debate acerca de uma possível reparação por conta dessas empresas, ainda está em fase embrionária, por exemplo. Tendo em vista essas e outras questões de injustiça social e desigualdade racial faz-se necessário que estudos voltados para solução desses problemas sejam desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento.

Compreendendo a necessidade de se pensar politicamente as questões raciais tendo como base epistêmica as intelectualidades negras, como estratégia de

²¹ Mais informações disponíveis em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53385247>>

amplificação de suas vozes e valorização de seus saberes, Nilma Lino Gomes, em seus estudos acerca do Movimento Negro Educador afirma:

Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (Nilma Lino Gomes, 2012, p. 731)

Uma das visões distorcidas que percorrem o imaginário nacional é de que a população negra faz parte de uma “minoría”, um termo amplamente utilizado em estudos acerca da marginalização de populações ou grupos, buscando romper com mais um ideal de superioridade racial, Richard Santos (2020), ao desenvolver o dispositivo de racialidade que denomina de Maioria Minorizada, expõe que:

Aplicar esse dispositivo analítico de racialidade nesse período que vivemos o fim dos direitos de cidadania e a dominância do direito ao consumo, do indivíduo mercantilizado, como grifou Milton Santos em diversos de seus escritos, mas, principalmente ao analisar a não cidadania negra no Brasil (SANTOS, 1996/1997), é fazer ver que preto ou pardo, o negro tem sido subtraído de sua vida, história, episteme e cultura. É compreender a folclorização de seus signos e a desumanização de suas relações sociais. Num país onde a classe média se move para consolidar os privilégios conquistados, independentemente dos direitos cidadãos, a desumanização das relações e a escolha de quem vive ou morre (MBEMBE, 2017) atinge diretamente a Maioria Minorizada. (Richard Santos, 2020, p. 45)

Compreender os processos históricos que fundamentam o atual cenário de desenvolvimento das políticas públicas é o primeiro passo a ser dado em direção ao entendimento das múltiplas nuances entre a gestão e as ações públicas. Tomando como ponto de partida a instauração da Constituição Federal de 1988 é possível constatar a importância dos movimentos sociais na construção dessas políticas (Doriana Daroit. et al, 2018), entretanto é a partir daí que também é possível observar a disputa de narrativas, presença constante nas instituições de informação.

É através da compreensão de que a Ciência da Informação precisa estar comprometida com as resoluções de problemas sociais que nos debruçamos sobre

os estudos étnico-raciais dentro da Ciência da Informação, buscando não somente ressaltar essa função social da C.I como também subsidiar e propor novos debates e soluções para a desigualdade racial. Para isso utilizamos do conceito de informação étnico racial na Ciência da Informação, estudado por Henry Oliveira e Mirian Aquino (2012) que defendem:

Dentro do paradigma social, as questões relativas à diversidade cultural e humana e igualmente às questões etnicorraciais, passam a ser preocupação da CI enquanto disciplina. O acesso e uso dos dispositivos informacionais por todos os grupos e culturas, inclusive os grupos historicamente desprivilegiados e socialmente vulneráveis, podem ser estudados no âmbito da CI para que, por meio da pesquisa científica, seja possível produzir conhecimentos relevantes para a melhoria das relações humanas na sociedade da aprendizagem(Henry Oliveira e Mirian Aquino, 2012, p.472)

Os autores também explicitam que:

Entendemos também que a informação etnicorracial, mesmo sendo uma delimitação orientada pelo campo da CI, é um conceito que se fundamenta na historicidade dos elementos e que, de alguma forma, o constituem. Afinal, todo conceito tem uma história, ou seja, há um problema situado na história e na sociedade, que exige até certo ponto uma conceituação específica para que possa caminhar para a sua resolução. No caso deste estudo, o problema conceitual fundamenta-se nas relações etnicorraciais e na necessidade de disseminar e democratizar o acesso e uso da informação sobre os diversos grupos étnicos, especificamente os sujeitos Afrodescendentes. (Henry Oliveira e Mirian Aquino, 2012, p. 483)

Na busca de uma Ciência da Informação que democratiza acessos e usos da informação para a população negra, também é possível compreender que a C.I pode ser contra o epistemicídio, forma de violência intrínseca que afeta majoritariamente a população negra (Sueli Carneiro, 2005). Tatiana de Almeida e Gustavo Saldanha (2021) ao dialogarem com o pensador espanhol Garcia Gutierrez expõem a utilização da teoria da cultura como base para romper com o epistemicídio e declaram:

Na compreensão do pesquisador espanhol, a classificação, como é de conhecimento comum, é também uma operação um instrumento de Organização do Conhecimento, independentemente das designações mais técnicas ou específicas utilizadas. Assim, no escopo de uma filosofia da linguagem ordinária, ou seja, vinculado a

uma teoria da cultura na e para OC, a desclassificação é uma hermenêutica que recupera a crítica, à retórica, a reflexão, as emoções, o afeto e a contradição como alicerces de processos sistemáticos de produção de Conhecimento. (Tatiana de Almeida e Gustavo Saldanha, 2021, p. 5)

Ainda acerca de uma busca por espaços que evidenciam identidades marginalizadas como busca por reparação às injustiças sociais e combate ao epistemicídio negro, ressaltamos os apontamentos propostos por Felipe Alves e Gisele Cortês (2021), que destacam:

Destacamos ainda a importância da criação de mais espaços que promovam a produção científica produzida por populações invisibilizadas no campo científico e vítimas do colonialismo epistêmico. Além disso, consideramos imprescindível acompanhar o epistemicídio na Ciência da Informação em diversas fontes de literatura científica. (Felipe Alves e Gisele Cortês, 2021, p.34)

São múltiplos estudos que pautam a gestão da informação como fundamental para desconstrução de determinismos que silenciam múltiplas vozes e perpetuam pensamentos que nos afastam da conquista de uma justiça informacional para esses grupos historicamente marginalizados e silenciados na sociedade e no âmbito da Ciência da Informação e da Museologia. Na contramão dessas estruturas temos pesquisadores/as e profissionais da área, que estão comprometidos com a justiça social. (Ana Paula Costa Rosa, 2018; Evelyn Orrico, 2019; Franciéle Garcês Silva *et al*, 2022, Françoise Vergés, 2023; Débora Pereira, 2021; Joana Flores Silva, 2015). Em artigo recentemente publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, Deborah Silva Santos e Katia Silene Brito apontam:

Dessa forma, abordamos ações voltadas para os museus que solicitam a diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, etária, de pessoas com deficiências nos seus quadros funcionais; a alteração do sistemas informacionais que permitem o rompimento do mito de uma neutralidade do patrimônio e que visibilizem a história e cultura dos grupos historicamente excluídos; o retorno de patrimônios aos seus donos ou a transferência deles para instituições que reconheçam e valorizem a história e cultura dos “outros” para além da preservação das memórias e saberes da elite colonial.(Deborah Silva Santos e Katia Silene Brito, 2023, p.54)

Pesquisadoras negras, de diversas áreas, têm mobilizado estudos voltados a compreender como se dá a presença de mulheres negras nas exposições

museológicas, e construir estudos tendo como base os diálogos já propostos por essas pesquisadoras, que possuem conhecimento de causa, e vivenciam diariamente as questões que se propõem a analisar, é o primeiro passo para compreender todos os outros que se darão na busca por justiça informacional. Deborah Silva Santos (2021), em seus estudos acerca da presença de mulheres negras em Museus afro-brasileiros aponta caminhos para a superação dessa desigualdade e conquista de mais igualdade racial, e acerca dos museus enquanto ferramenta de transformação social expõe:

Os museus afro-brasileiros comunitários podem ser pensados como versões contemporâneas destas estruturas, pela organização e o papel que cumpriram em suas localidades na promoção da igualdade racial e no empoderamento social. E considero que eles podem ser ferramentas em três níveis: na dimensão política, pedagógica e poética.(Deborah Silva Santos, 2021, p. 244)

É se amparando em estudos e na própria vivência de pesquisadoras como Deborah Silva Santos (2021) e Joana Flores Silva(2015) que esta dissertação se propõe a desenhar caminhos para construirmos e conquistarmos justiça informacional para mulheres negras no Distrito Federal. As mulheres negras que estavam presentes na construção da capital federal, e são constantemente invisibilizadas nas exposições museológicas, têm potência em suas memórias, e suas vozes precisam ser amplificadas. Elna Dias Cardoso (2018) observa:

Observa-se que as histórias apresentadas são marcadas por temporalidades, espacialidades e dinâmicas distintas que sublinham a presença das mulheres negras em Brasília. São ações que se contrapõem à ideia de que a mulher estaria estrita ao domínio do espaço doméstico, sendo este espaço inclusive apresentado como dinamizador de organizações políticas, como no caso do surgimento do Grupo das Dez que foi um movimento que utilizou diferentes caminhos de sobrevivência e luta até a regularização definitiva da Vila Planalto.(Elna Dias Cardoso, 2018, p. 179)

As histórias e memórias das mulheres que construíram essa cidade são múltiplas e significativas, devem estar presentes nos museus e exposições que se propõe a lembrar o tempo da construção. Negligenciar essas histórias e trajetórias é contribuir para a manutenção dos privilégios dos/as ditos/as pioneiros/as. Evidenciar essas histórias, portanto, é fazer ecoar o grito das esquecidas, e o passo

principal a ser dado para caminhar na contramão do silêncio, possibilitando a efetivação da justiça informacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender a estrutura de poder que sustenta a deslegitimação, silenciamento e marginalização de memórias, saberes e vozes é primordial para se traçar estratégias de rompimento desses paradigmas. Estruturar estudos e práticas de pesquisa em saberes que já possuem legitimidade diante das ciências e da Academia é permanecer no lugar de subjuogo ao qual as epistemologias coloniais nos impuseram. Como estratégia de rompimento de práticas como essa, o referencial teórico deste estudo está centrado em reafirmar e priorizar pensamentos de autoras negras e latinoamericanas. Acerca da construção de ideologias de classificação social, racial e sexual, Lélia Gonzalez (1988) discorre:

Sabemos que as sociedades ibéricas estruturam-se a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina, foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (Da Matta, 1984). A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que "no Brasil não existe racismo porque o negro "reconhece o seu lugar", sintetiza o que acabamos de expor (Lélia Gonzalez, 1988b)

Tendo como centralidade o debate proposto por Lélia Gonzalez (1988) acerca da *Amefricanidade* e compreendendo que o pensamento decolonial é base teórica fundamental para traçar caminhos que nos afastam dos modelos civilizatórios e sociais impostos pelo grupo dominante, que nos coloca, a nós, pessoas negras, "no nosso lugar". Utilizando como base para iniciar esse debate, o texto de Thula Pires

(2023) no livro *Decolonialidade e Pensamento Afro-diaspórico*, acerca da *amefricanidade* aponta que em termos de disputa político-epistêmica, deve-se imprimir na agenda decolonial as influências da diáspora negra sobre experiências constituídas e reproduzidas por estruturas de poder no sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/colonial europeu, trazendo o constitucionalismo moderno para debater algumas dessas implicações. (Thula Pires in Joaze Bernardino-Costa, 2023, p. 285)

Compreendendo a necessidade de romper com essas estruturas de poder dentro da Ciência da Informação é que utilizarei também o conceito de Justiça Informacional, que ainda tem muito para ser explorado no âmbito dos estudos da C.I. Entretanto busquei alguns apontamentos sobre essa temática dentro dos anais do ENANCIB e encontrei ricas contribuições no texto organizado por Franciéle Garcês Silva (2022), que define:

A justiça social se refere a cada pessoa obter chances e oportunidades para aproveitar sua vida em toda amplitude e usando seus talentos e habilidades (VINCENT, 2012). Dentro dos estudos em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), a discussão sobre a justiça social é tema que desperta interesse de pessoas bibliotecárias e pesquisadoras. No entanto, ainda falta no campo um conjunto de ferramentas que direcionem como deve ser feita justiça social dentro da biblioteca, ensino e prática profissional a partir de pesquisadores do campo, assim como do olhar das pessoas que estão às margens da biblioteca e sociedades (MEHRA; ALBRIGTH; RIOUX, 2007). (Franciéle Garcês Silva *et al*, 2022, p. 14)

Seja no âmbito da gestão da informação ou da competência em informação o conceito de Justiça Informacional se ancora e pede passagem, haja vista que urge a necessidade de desmonte de estruturas de poder que evidenciam corpos em detrimento de outros. No âmbito da Competência da Informação utilizar-se do termo de justiça informacional é fortalecer o desenvolvimento da comunidade de profissionais da Ciência da Informação, mas também da sociedade como um todo, como defendido por Franciéle Garcês Silva (2022):

Nesse contexto social, a ColInfo extrapola a ideia de ser somente um conjunto de habilidades para acesso e uso da informação de forma adequada. É considerada como um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, de políticas públicas em educação, em saúde, em cultura, em assistência social, entre outras,

em especial, as voltadas para pessoas em condições de vulnerabilidades.(Franciéle Garcês Silva, 2022, p.138)

Este estudo tem como objetivo não só a compreensão da justiça informacional como forma de sanar as desigualdades raciais, mas também busca propor o uso de tecnologias e ferramentas ancestrais que são capazes de romper com o epistemicídio através da valorização de saberes considerados, até então, desimportantes ou indignos de atenção. O que proponho é a validação desses saberes dentro das práticas informacionais. A respeito disso, a autora supracitada aponta ainda que o ideal ético da Justiça Informacional Global está situado na utilização de novas tecnologias às vistas de preservar a humanidade e conservar a natureza e o mundo. A autora aponta ainda que a JIG, é percebida como base para criar, implementar e estabelecer novas práticas normativas. (Franciéle Garcês Silva, 2022, p. 88)

Acerca da valorização de conhecimentos e falas coletivas, é necessário destacar que esse saber considerado “orgânico” deve ser levado em consideração nos campos do conhecimento por sua legitimidade, a esse respeito Antônio Bispo dos Santos (2019) aponta:

E isso porque essa fala não é minha, é nossa. Nesse momento, eu sou apenas uma pessoa que se move por essa fala. Essa fala é da nossa ancestralidade, da nossa geração avó. Eu não preciso de Karl Marx e de outros acadêmicos: preciso de minha geração avó, aquela que veio antes de mim e que me move. Essa lógica é organizada em começo, meio e fim. Minha geração avó é começo, minha geração filha é meio e minha geração neta é fim, de novo. Esse é o saber orgânico, aquele que diz respeito a ser. O outro, o saber sintético, é aquele que envolve ter. Por isso, para nós não se sustenta de que a academia produz ciência e nós produzimos saber popular. Essa nomeação é por demais colonialista, feita para nos esvaziar. Que popular é esse? Popular de quem? Produzimos saber quilombola, saber indígena, saber do povo de terreiro. Esses saberes têm nomes. Popular é uma palavra vazia. Observando essa situação, podemos dizer que a sociedade é construída através de um saber sintético, fragmentado, segmentado e doente. Os colonialistas têm uma doença chamada cosmofofia, que é o medo do cosmos. Eles tem medo do deus deles. Por isso há tanta depressão nas universidades. Um sofrimento grande. Há gente deixando a universidade, em um sofrimento grande. Há gente se suicidando, porque esse lugar é adoecido como a sociedade. (Antônio Bispo dos Santos in Anderson Ribeiro Oliva et al, 2019, p.27)

A partir dessas reflexões acerca da Justiça Informacional para construção de práticas que reduzem a desigualdade racial, realizei, portanto, um recorte de gênero dentro das questões raciais. E para compreender não somente a necessidade desse recorte como também a profundidade dessa pauta em específico nos ancoramos em autoras contemporâneas que aprofundam questões raciais e de gênero no Brasil como Lélia Gonzalez (1988; 2020), Beatriz do Nascimento (2021), Carla Akotirene (2022), Cida Bento (2022), e no mundo, como Grada Kilomba (2010), Chimamanda Ngozi Adichie (2009); Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021); Saidiya Hartman (2022); Christina Sharpe (2023); Toni Morrison (2019) e Alice Walker (2021)

Início esse debate através do apontamento de um ponto específico na obra de Cida Bento (2022), intitulada *O pacto da branquitude* para compreendermos as questões raciais a partir do gênero. A autora investiga as questões raciais dentro de organizações, compreendendo as relações de trabalho, entretanto suas reflexões podem ser trazidas também para o campo da Ciência da Informação. A autora aponta:

Tal fenômeno evidencia a urgência de incidir na relação de dominação de raça e gênero que ocorre nas organizações, cercada de silêncio. Nesse processo, é fundamental reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude.”(Cida Bento, 2022, p. 19)

As relações de dominação, descritas por Cida Bento (2022) também estão presentes nos museus, bibliotecas e arquivos, e devem ser revistas a partir da desarticulação dos acordos não verbalizados que existem dentro dessas instituições e beneficiam determinados grupos. Evidencio, portanto, a partir desta lógica, alguns debates acerca das exposições enquanto palco de memórias e esquecimentos, e da produção de imaginários que são perpetuados a partir dessas exposições, aportando como referencial o trabalho de Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (2006), que em seu texto intitulado *Teatro de Memórias, Palco de Esquecimentos: Culturas Africanas e das diásporas em Exposições* discorre sobre a construção de imaginários de “superioridade” de brancos em detrimento de outras etnias em exposições, através da análise de imagens e simbologias. Acerca do pacto da branquitude apresentado por Cida Bento (2022), Marcelo Cunha (2006) discorre também:

Teorias e conceitos foram forjados tendo como base a perspectiva de diferenças qualitativas entre os povos, implicando superioridade de uns em relação a outros. A República Brasileira surgiu em meio a idéias que, refletidas, levaram a posturas que consideram negros e índios – os negros da terra-, em posição inferior aos brancos, perspectiva que ecoou e adaptou-se em todos os segmentos da sociedade brasileira, predominando em seus instrumentos de formação de opinião e transmissão de conhecimentos.(Marcelo Cunha, 2006, p. 68)

As teorias e conceitos forjados com a perspectiva da diferença, reproduzidas e perpetuadas constantemente se configuram enquanto ponto central para compreensão das práticas que permanecem sendo aplicadas nos âmbitos científicos, especificamente, no âmbito da Ciência da Informação, a esse respeito, com apontamentos específicos no campo da Museologia, Silvia Raquel Pantoja (2022) salienta sobre o “papel político do museu na sociedade e sua responsabilidade na legitimação de representações de mulheres negras como imaginários negativamente estereotipados” explicitando a hierarquização presente na representação das mulheres, negras e brancas, que são colocadas em contraste em exposições, a autora observa uma lacuna “que nos remete às tiranias do silêncio e do visível” e conclui explicitando a necessidade de se pôr em prática processos metodológicos acerca das relações raciais e de gênero no campo museológico e nos Museus. (Silvia Raquel Pantoja, 2022, p. 32) Acerca do imaginário presente nas representações imagéticas de exposições e suas formas de conflito, Marcelo Nascimento Cunha (2006) aponta:

Representações e exposições traduzem estas formas de conflito, que aqui chamamos "tensão do olhar", que é resultante das várias possibilidades de compreensão e elaboração de olhares sobre culturas africanas e das diásporas, em processos marcadamente subjetivos. Cada novo olhar sobre tais culturas, provoca uma (re) construção pessoal do tema, gerando novas tensões, negociações, exclusões, possibilitando novas sínteses. Neste sentido, abordar imagens construídas a partir de exposições, pressupõe entender a articulação de sentidos, valores e conceitos, em um sistema de luta entre representações. Daí que, algumas questões destacaram-se quando analisamos as instituições e exposições de culturas e tradições afro na pluralidade dos Brasis.(Marcelo Nascimento Cunha, 2006, p. 72-73)

Corroborando com o pensamento de Marcelo Cunha (2006) compreendendo que essas imagens construídas a partir das exposições, antes de serem selecionadas pelas instituições museológicas para serem expostas, foram produzidas e pertencentes a outros acervos, ao serem analisadas separadamente, sem o contexto expositivo também podem estar sujeitas a possibilidades de sínteses, valores e conceitos, que podem ser múltiplos a depender da “tensão do olhar” ou da sensibilidade desse olhar. Christina Sharpe (2023) relata que quando pesquisadores negres, realizam pesquisas sobre a escravização, se deparam com “verdades parciais dos arquivos” e buscam dar “sentido a seus silêncios, ausências e modos de (des)aparecimento”. (Christina Sharpe, 2023, p. 32)

Os imaginários criados e perpetuados pelo discurso e projeto colonialista, estão imbricados nos processos de produção e divulgação da informação e, para romper com essas práticas, é necessário que se aprofundem as questões de opressões múltiplas sofridas por determinados grupos, sobre esse assunto, Carla Akotirene (2022), ao refletir sobre interseccionalidade, termo amplamente utilizado nos estudos acerca das questões múltiplas de opressão, aponta:

Teoria, metodologia e instrumento prático, a interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feministas, que não passaram experiências da colonização e nem sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de força teórica negra, sem estar presa às correntes eurocêntricas e saberes narcísicos. Contrária ao padrão de apagamento linguístico, inferiorização espiritual e arquitetônica, dos quais partem os genocídios europeus, alargados pela exportação de corpos feminizados, pelo saqueamento, catequização e falsa descoberta da América, convalido a "desobediência epistêmica," argumentada por Walter Mignolo, em defesa da identidade política e não da política de identidade. Do meu ponto de vista decolonial, é contraproducente empregar interseccionalidade para localizar apenas discriminações e violências institucionais contra indígenas, imigrantes, mulheres, negros, religiosos do candomblé, gordos e grupos identitários diversificados. O padrão global moderno impõe estas alegorias humanas de Outros, diferenciadas na aparência, em que preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoam opressões antinegros e anti-mulheres - mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal do sistema mundo. O problema não está necessariamente nas respostas identitárias dadas à matriz colonial, mas quais metodologias usamos para formular tais respostas, que, não raro, envereda para uma dependência epistemológica da Europa Ocidental e Estados Unidos.(Carla Akotirene, 2022, p. 35)

Compreendendo a interseccionalidade como um conceito que está além de uma resposta identitária ou uma política de identidade, e sim enquanto uma metodologia de formulação de respostas à matriz colonial, gostaria de apresentar também um debate sobre a construção do gênero, mobilizo um marco referencial nos estudos de gênero, a pesquisadora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), que se destaca por trazer uma comparação profunda acerca das conceituações ocidentais de gênero, em razão de concepções africanas. A autora questiona:

Com efeito, uma das recomendações mais importantes que emerge da minha análise da sociedade iorubá é que, em qualquer consideração de construção de gênero, quem pesquisa deve se preocupar não apenas com os "porquês" do gênero, mas também com os "quem" porque um determina o outro. Ou seja, quando quem investiga diz que gênero é socialmente construído, temos não apenas que localizar o que está sendo construído, mas também identificar quem (singular e plural) e construção. Para retornar à metáfora do edifício usada anteriormente, quantos dos tijolos para a construção do edifício provém da sociedade em questão? Quantos vêm de quem investiga? E, finalmente, quantos vêm do público? (Oyèrónkẹ Oyěwùmí, 2021, p.130 - 131)

Para ampliar o debate e buscar identificar o que têm sido construído em termos de epistemologias, é necessário compreender também quem tem construído o quê. Quem constrói ou investiga delimita o outro. Compreender que, para conquistar uma Justiça informacional, trazendo para as vistas da Ciência da Informação, para além de compreender a questão da diferença, da outridade ou do gênero se manifestando na Academia ou nas instituições da C.I. é necessário que se busque amparo em vozes de mulheres negras que construíram e constroem diariamente cada território, a exemplo do Distrito Federal. (Elna Dias Cardoso, 2018) Como forma de trazer essa ampliação de vozes, é necessário que se afirme nos instrumentos culturais a legitimidade dessas mulheres negras. Partindo da compreensão de que a cultura afro brasileira sempre se destacou enquanto ponto de resistência às opressões, como mencionado pelo sociólogo Clóvis Moura:

Durante a escravidão, no entanto, o negro transformou não apenas as suas religiões mas todos os padrões de suas culturas em uma cultura de resistência social. Essa cultura de resistência, que parece amalgamar-se no seio da cultura dominante, no entanto desempenhou durante a escravidão (como desempenha até hoje) um

papel de resistência social - o que muitas vezes escapa aos seus próprios agentes, uma função de resguardo contra a cultura e estrutura de dominação social dos opressores. Toda uma literatura, por essas razões, foi arquitetada e continua funcionando no sentido de demonstrar que as religiões africanas, e posteriormente as afro-brasileiras, são inferiores, no máximo consentindo as suas práticas, sob a fiscalização dos aparelhos de Estado. (Clóvis Moura, 1994, p. 242-243)

É a partir dessa noção de cultura como resistência que proponho, dentro do debate, que as vozes e trajetórias de mulheres negras sejam reverberadas em instituições ligadas a C.I. haja vista que, de acordo com Elisa Maria Lopes Chaves, Maria Leandra Bizello:

A inclusão e/ou resgate de fontes das trajetórias femininas e sobre mulheres nas instituições de guarda como os arquivos é urgente e necessária. Uma das formas de inclusão pode se dar por meio da inserção de arquivos privados nessas instituições. No entanto, assim como nos arquivos públicos, existe uma dificuldade enorme na constituição desses acervos(...) (Maria Lopes Chaves, Maria Leandra Bizello, 2022, p. 7)

A história das mulheres negras que auxiliaram na construção de Brasília, a exemplo de minha avó Geralda Alves de Souza, não está incluída nas instituições. A participação das mulheres negras para a sociedade candanga é inegável, mesmo identificando os silenciamentos que envolvem a constituição de acervos dessas mulheres, é possível notar também que, na contramão do silêncio acerca dessas mulheres, presentes nas instituições, há diversos movimentos que tencionam esse silêncio e constituem acervos de outras formas, a exemplo das exposições *Reintegração de Posse* e *Outras Brasília*, que poderiam ocupar espaços de maior relevância no interior dessas instituições.

As exposições que caminham na contramão desse silenciamento constante, utilizam propostas metodológicas de inserção dessas histórias e trajetórias que diversificam as fontes de informação. São histórias coletadas de arquivos pessoais, de acervos de história oral que são comunicadas de maneiras que ressaltam as complexidades e as subjetividades. Acerca dessas fontes, Thais Santos e Mirian Aquino (2016), em um estudo que tem como objetivo o estabelecimento de um elo teórico e prático entre C.I e Estudos Culturais, a fim de caracterizar fontes de informação relativas a questão étnico-racial apontam:

A inserção de componentes socioculturais para a percepção do fenômeno informacional indica novas caracterizações das fontes de informação. As fontes de informação, em suas variadas categorias e funções, balizam a complexidade, a intersubjetividade e a diversidade do campo social no qual foram produzidas, organizadas, acessadas. (Thais Santos e Mirian Aquino, 2016, p.42)

Por fim, como um exemplo para valorização de histórias e trajetórias de mulheres negras da cultura no Distrito Federal, buscando, através desta dissertação, produzir lembranças a partir de outras lógicas, deixo inscritos os nomes de Cristiane Sobral, Nanda Fer Pimenta, Vera Verônica, Martinha do Coco, Vitória Deolindo, Lis, Rai preta, Nathalia Araújo, Geralda Alves, Prethais, Lídia Dallet, Haynna, Isis Zavlyn, Anna Moura, Pietra Sousa, Rita Pinto Batista, Beatriz Blackman, Dora Revolusie, Bruna Paz, Caliandra Molotov, Rosa Luz, Nayane Cruz, Nyna Cardoso, Sarah Benedita, Thabata Lorena, Caliandra Molotov e tantas outras que constroem suas intelectualidades em terreno minado de segregação, resistem e deixam inscritas suas histórias fora dos anais da historiografia oficial do Distrito Federal. Reverbero a poética de Pietra Sousa:

Escutar, auscultar e emitir gargalhadas uníssonas / está na pele das vivas e na palavra das que já se passaram / está na trajetória das que cortam e transformam / está na respiração que seguramos de lá até aqui por medo. - Pietra Sousa (Coletânea Muntu, 2022, p. 45)

O silêncio que se faz presente é, na verdade, um projeto de ausência. Enquanto na contramão desse silêncio, por entre caminhos abertos pelas que já se passaram, caminham as que estão vivas que fazem ressoar a palavra e perpetuam trajetórias que cortam e transformam. Enquanto um exercício de resposta às questões que se desenrolam nas entrelinhas desse silêncio, este trabalho se propõe a ser um lembrete de contribuições das que se foram e das que ainda estão aqui.

METODOLOGIA

Esta dissertação resulta de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo em vista que os dados presentes nas exposições foram analisados com atenção voltada aos detalhes, a fim de que se evidenciem subjetividades ao invés de determinar qualquer valor quantitativo. (John W. Creswell, 2007) Nos primeiros

momentos da pesquisa, realizei uma investigação da presença das mulheres negras e justiça informacional em quatro exposições museológicas.

O primeiro método utilizado foi a revisão de literatura de textos relacionados às exposições que foram parte deste estudo. Para realização da revisão de literatura foram utilizadas as bases de dados em Ciência da Informação, a exemplo da BrapCI, registros de ENANCIBs, ProQuest, Web of Knowledge. Também utilizei bases de dados de teses e dissertações, como a BDM-UnB, Scielo e OasisBR. Nas buscas para construção deste estudo pesquisei os termos, palavras-chave e operadores booleanos descritos a seguir: “Informação” AND “Étnico racial”; “Relações étnico raciais” AND “Ciência da Informação”; “Mulheres Negras” OR “Negras” OR “População Negra”; “Justiça informacional” AND “População Negra”; “Arquivos pessoais” AND “Mulheres Negras”, além da realização de pesquisa nas referências bibliográficas dos textos encontrados.

Após a revisão de literatura, realizei a coleta de dados através de observação participativa *in loco* e pesquisa documental nas quatro exposições do Distrito Federal, todas as exposições foram desenvolvidas a partir do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF. A primeira exposição é *Poeira, Lona e Concreto*, exibida atualmente no Museu Vivo da Memória Candanga, cuja análise já realizei durante a construção do trabalho de conclusão de curso de minha graduação em Museologia.

A segunda é a exposição *A importância da mulher pioneira na construção da nova capital*, inaugurada em 2022, também no MVMC. São exposições de um Museu distante do centro do Distrito Federal, em uma cidade que já foi o coração de Brasília na época de sua construção, o Núcleo Bandeirante. A terceira exposição analisada foi *Reintegração de posse: Narrativas da Presença Negra na História do DF*, de curta duração, que foi exibida em 2019, no Museu Nacional da República, no centro de Brasília, e permanece exposta em uma parada de ônibus da cidade. A quarta é a exposição de curta duração *Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas* exibida em 2024, na Biblioteca Nacional, localizada no Setor Cultural da República, também no centro da capital.

As exposições possuem dois pontos em comum, o fato de terem sido realizadas através de pesquisas no acervo do Arquivo Público do DF, e de terem uma curadoria centrada na construção de Brasília. A análise das exposições foi

realizada utilizando como método o estudo de caso, “um dos empreendimentos mais desafiadores na pesquisa” (R.K. Yin, 2010, p. 23) penso que, neste exemplo, um dos grandes desafios se deu por conta das diferenças estruturais que existem entre essas exposições, portanto ressalto que foi necessário certa flexibilidade no tratamento e coleta desses dados, como defendido por Alexandre de Souza Costa *et al* em artigo intitulado *O uso do método estudo de caso na Ciência da Informação no Brasil*:

O estudo de caso se constitui numa possibilidade para pesquisas nas quais o pesquisador dispõe de um tempo limitado por questões burocráticas, como no caso de um mestrado. É um método que possibilita a especificação delimitada do objeto de pesquisa, de forma que o pesquisador seja capaz de se aprofundar e agir sobre uma realidade dada. Consideramos, portanto, que a utilização efetiva do método de estudo de caso depende muito mais da conduta do pesquisador do que do objeto de estudo em si ou das técnicas utilizadas. (Alexandre de Souza Costa *et al*, 2013, p. 67)

Neste estudo, observei quaisquer fragmentos e vestígios de histórias, memórias, imagens e narrativas de mulheres negras presentes nessas exposições. Foi uma análise minuciosa onde tive que me debruçar sobre vestígios documentais e encarar o não dito. Em minha primeira pesquisa realizada no MVMC, me deparei com a ausência de informações e de história das mulheres negras, a alternativa proposta pelo orientador do projeto foi a de analisar o silêncio, tendo como base a obra *As formas do silêncio* de Eni Orlandi (1992).

Considerando também que uma das exposições a serem analisadas é de curta duração, foi necessário realizar uma busca nos vestígios documentais desta exposição. Utilizei como método de análise crítica a obra de Christina Sharpe (2023) intitulada *No Vestígio: negridade e resistência* que pensa o vestígio como um “problema do/para o pensamento” e pensa também o “cuidado no vestígio” como um problema para o pensamento “da/para a (não) existência Negra no mundo”, aponta ainda o vestígio como um “trabalho de vigília de nossos modos analíticos”. (Christina Sharpe, 2023, p. 19; 42)

Além da coleta de dados realizada através da abordagem qualitativa e observação participante foi utilizada como metodologia de análise dos dados, a hermenêutica que se caracteriza por ser uma abordagem voltada para compreensão

dos discursos e conteúdos a partir de uma compreensão histórico-social e dialética que prioriza a humanidade do observador. Acerca das possibilidades de análise hermenêutica:

Diante disso, temos duas possibilidades ontológicas e axiológicas que o movimento hermenêutico nos coloca. (i) mundo formado à imagem e semelhança da interpretação, como texto a ser livremente decodificado. (ii) mundo formado pela interpretação, mas que contém em si uma materialidade, um resto, que não pode ser completamente desvelado. Como um texto que não se encontra completamente aberto a tipos livres de leitura, mas que também não está fechado. (Leonardo Rangel dos Reis, 2010, p. 35)

Foi analisado, portanto, todo o conteúdo vinculado à presença das mulheres negras nestas exposições, utilizando-se como base principal o texto de Joana Flores Silva (2015) que definiu a sua metodologia como: “o método analítico, construído a partir do levantamento de fontes primárias e pesquisa *in loco* para o delineamento da investigação no âmbito dos Museus”(p. 25).

O projeto de pesquisa que resultou neste trabalho foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Brasília - UnB e aprovado no dia 30 de Agosto de 2024.²²(Apêndice 1) Realizei entrevistas não estruturadas, e colhi depoimentos com as pessoas responsáveis pelas exposições, no caso das exposições do Museu Vivo da Memória Candanga, entrevistei a gerente do Museu, Eliane Falcão. Tentei realizar uma entrevista com Ana Flávia Magalhães, coordenadora geral da exposição *Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra no DF*, mas não obtive resposta, entrevistei então Andressa Marques, que participou da curadoria da exposição, e Cristiane Portela, coordenadora da curadoria da exposição *Outras Brasília*.

A pesquisa considerou histórias e narrativas que comprovem a existência e participação ativa de mulheres negras na história da construção da capital, através do depoimento de uma mulher negra que esteve presente nos primórdios da história de Brasília. Colhi o depoimento de minha avó Geralda Alves de Souza, a fim de reafirmar a potencialidade do conhecimento orgânico apresentado por Antônio Bispo dos Santos (2023). E para reconstrução de parte da história pretende-se utilizar a metodologia da escrevivência de Conceição Evaristo (2020) em conjunto

²² Número do Parecer: 7.043.564.

com o método de fabulação crítica de Saidiya Hartman (2022) ou seja, uma “escrita impossível que tenta dizer o que não quer ser dito” ou um relato da história “com e contra o arquivo” que pode-se completar, com e contra a ausência de arquivos. (Patrícia Cunegundes Guimarães, 2022, p. 3)

Além desta introdução, este trabalho é composto por três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “A Ciência da Informação e os desafios para a efetivação da justiça social” apresento alguns debates acerca do papel da C.I na promoção da justiça informacional como caminho para efetivação da justiça social, onde analiso o conceito de colonialidade, suas implicações na gestão da informação e os impactos desse projeto colonial nos grupos historicamente marginalizados. Aponto também um debate sobre a seletividade presente na gestão da informação, através de epistemologias decoloniais, mobilizando os conceitos de Amefricanidade de Lélia Gonzalez (1980) e justiça informacional de Franciéle Garcês Silva (2022). Por fim, realizo algumas reflexões sobre o papel transformador da C.I, através de relatos pessoais enquanto mestrando, e do panorama de discussões acadêmicas sobre questões de raça e gênero.

No segundo capítulo intitulado “As Esquecidas: indícios da presença de mulheres negras nos museus públicos do Distrito Federal” apresento apontamentos acerca da presença das mulheres negras na história da construção de Brasília, colocando em evidência as contribuições das mulheres do Quilombo Mesquita, por exemplo. Um diálogo realizado com as autoras Elna Dias Cardoso (2018) e Deborah Santos (2021). Em seguida realizo uma análise da presença da colonialidade nos discursos dos museus públicos do DF, mobilizo reflexões de Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (2020) e realizo alguns questionamentos sobre a ausência das memórias e narrativas das mulheres negras nas exposições. Por fim, neste capítulo apresento também as exposições do Museu Vivo da Memória Candanga e problematizo o epistemicídio na construção das narrativas presentes nestas exposições.

No terceiro capítulo intitulado “O Grito: propostas de integração de vozes que sofreram tentativas de silenciamento na história do Distrito Federal” discuto as políticas da memória e sua relação com a justiça informacional, destaco também a importância do cuidado na preservação e comunicação das memórias e narrativas de grupos historicamente silenciados pela colonialidade. Apresento também uma

análise das exposições *Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas* e *Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra no DF*, através de um debate sobre as estratégias utilizadas pelas curadoras que podem romper com práticas colonialistas ao reintegrar vozes que historicamente sofreram tentativas de silenciamento. Por fim, aponto o uso de metodologias emancipatórias como ferramentas essenciais para promover a efetivação da justiça informacional.

CAPÍTULO 1 - A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

“A cosmofobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade. E qual é a imunização que nos protege da cosmofobia? A contracolonização”

- Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 19)

A primeira vez que visitei um museu em que vi imagens de pessoas que se pareciam comigo aconteceu quando eu já estava na Universidade, aos 26 anos, realizando a disciplina de Introdução a Museologia, ministrada pela professora Deborah Santos. Foi lá que vi pela primeira vez a imagem de uma jovem negra, na época da construção de Brasília, que pensei ser minha avó, que nunca foi em um museu. Ela nem sabia da existência da cenografia de cozinha improvisada montada no Museu Vivo da Memória Candanga e se surpreendeu quando lhe mostrei as imagens da exposição. A minha avó veio, de Paracatu, no interior de Minas Gerais, para Brasília em 1965, ela tinha apenas 15 anos, e como a maioria dos/as candangos/as, vinha com uma mala cheia de sonhos e mais nada, ela não conseguiu estudar, e ainda não foi alfabetizada, mas é excelente em matemática, aprendeu muito bem a ler os números.

A história de dona Geralda Alves de Souza que se converge com a minha e a de muitas outras pessoas negras no Brasil é uma história que caminha entre o silêncio e o grito, mas que às vezes sussurra. Minha avó que trabalhou como diarista, lavadeira e até auxiliou no plantio do gramado e das árvores no centro da capital não tem sua história contada em um museu, ela nunca foi a um museu e não tem costume de visitar exposições. A vida dela não foi fácil e os desafios que enfrentou e ainda enfrenta estão diretamente relacionados ao projeto colonial de exploração de corpos negros, perpetuado através das práticas de dominação enraizadas na sociedade. A vida dela se parece com a de muitas pessoas que não têm suas histórias consideradas e nem seus interesses representados enquanto grupo social.

A Ciência da Informação teve, portanto, um papel essencial para contribuir com essa desigualdade sentida por minha avó, por mim e por tantos outros. A C.I se constitui em bases teórico-metodológicas enraizadas em ideais que perpetuam

práticas de dominação. A própria história das ciências é perpassada por relações de dominação, a exemplo da colonialidade, que se constitui como um projeto hegemônico que invalida diversos grupos social e epistemologicamente. A cosmofobia colocada por Antônio Bispo dos Santos (2023) no início deste capítulo é o medo do “outro”, é a doença colonial que ignora e tenta exterminar tudo o que é múltiplo, tudo que não se centra em uma única forma de perceber e existir no mundo.

A percepção de mundo é diferente da visão de mundo, afinal a cosmovisão é um termo eurocêntrico, comumente utilizado para descrever as diferenças entre os povos. Já o termo cosmopercepção pode ser uma maneira mais inclusiva de abordar ou descrever diferentes concepções de mundo.²³ Essa distinção de termos é apenas um exemplo para chamar a atenção para as práticas de dominação que estão intrínsecas no projeto da colonialidade.

Este capítulo tem como objetivo principal debater o papel da Ciência da Informação na busca por justiça informacional e como isso pode ser essencial na busca por justiça social. Para compreender as raízes da colonialidade dentro da C.I e como este projeto de dominação sistemática pode afetar diversos grupos, é necessário que o debate seja perpassado por algumas questões, a exemplo do primeiro tópico deste capítulo denominado Gestão da Informação e Seletividades: enfrentando a colonialidade, onde apresento um debate acerca das políticas de informação, e as seletividades presentes em alguns processos da gestão da informação, e busco identificar algumas características do projeto de colonialidade no que tange a produção, disseminação e organização da informação e o conhecimento.

Ao longo do capítulo discorro também sobre algumas características de epistemologias múltiplas que não estão inseridas no projeto da colonialidade. No ítem 1.2 apresento brevemente o conceito de decolonialidade, utilizando também outras conceituações como a *Amefricanidade*, termo cunhado por Lélia Gonzalez(1988) que utiliza essa denominação como forma de combater o colonialismo. Além da discussão acerca de epistemologias decoloniais, abordo

²³ O debate entre esses dois termos é realizado pela socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi, de maneira mais aprofundada em seu livro *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, 2021, p. 29.

também neste tópico o conceito de justiça informacional, cunhado por Franciéle Garcês Silva (2022), um conceito de justiça social voltado para a área da informação e do conhecimento.

Por fim, finalizo o capítulo com uma discussão acerca do papel da Ciência da Informação na construção e efetivação da justiça social, onde são apresentados alguns relatos pessoais enquanto estudante de mestrado acadêmico em C.I., apresento também um panorama das transformações dos debates acadêmicos que mobilizam temáticas étnico-raciais, de gênero ou diversidade, aportando-me em algumas pesquisas contemporâneas acerca dos GTs do ENANCIB, além de outros debates acerca dessas transformações em áreas específicas da Ciência da Informação.

1.1 - Gestão da informação e seletividades: enfrentando a colonialidade

A informação é utilizada como ferramenta de poder e domínio desde que se constitui o que se denomina como “conhecimento”. A minha avó, por exemplo, não teve acesso sequer à educação formal. É possível observar ao longo da revisão de literatura diversos momentos que refletem as disputas de poder que envolvem a informação e seus registros, ou sua materialização. Das teorias científicas aceitas ou negadas sobre a origem da humanidade e do conhecimento, passando pela multiplicidade de embates teóricos acerca da definição de quaisquer conceitos, até chegar à recente “legitimação” de práticas e/ou de saberes de grupos, que antecedem os conceitos de informação, por parte de órgãos governamentais e universidades. Da queima de livros pela Igreja Católica ao racismo reproduzido pelas bases de dados de inteligência artificial, é possível identificar e questionar numerosas escolhas, ou seletividades, ditas arbitrarias e decisões impostas que beneficiam um grupo social em detrimento do outro, quando se trata da informação e do conhecimento. (Sueli Carneiro, 2005; García Gutiérrez, 2008; Girlene Bulhões, 2018.)

O desejo ousado de Paul Otlet²⁴ de organizar toda a informação produzida em sua época, por mais megalomaníaco que aparente ser, é na verdade um reflexo de

²⁴ Considerado como “Pai da Ciência da Informação”, Otlet é responsável por criar a classificação decimal universal.

um projeto coletivo de um grupo hegemônico que acredita ser capaz de conceituar, nomear, materializar, reter, enquadrar, organizar e expor todo o conhecimento que adquire acerca daqueles que chamam de “Os outros”. Dos gabinetes de curiosidades que abrigaram por séculos resquícios de civilizações inteiras que foram massacradas pelo colonialismo, até o discurso mais recente do presidente de Portugal tentando expressar suas mais sinceras desculpas após mais de 500 anos de exploração de suas colônias. Acontece que a existência de uma história única (Chimamanda Ngozi Adichie, 2009) acerca do conhecimento científico sempre mostra seus perigos.

Para identificar melhor os responsáveis pela criação, manutenção e perpetuação dessas práticas de poder no âmbito da informação e conhecimento, é necessário aprofundar o debate. O primeiro passo é nomear a responsável dessa história, e chamá-la de Colonialidade, que pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização (Nelson Maldonado-Torres, 2023, p. 35-36) é possível ainda ser mais específico e definir suas características, dizer que essa hegemonia tem nome e endereço, que tem cor e tem gênero, é possível nomear também as suas práticas de dominação e chamá-las de pacto da branquitude. (Cida Bento, 2022) E dizer que este pacto está centrado na similaridade das formas de exclusão e manutenção de privilégios adotadas por diferentes tipos de instituições. (Cida Bento, 2022, p. 18)

E por fim, é necessário apontar a existência do epistemicídio (Sueli Carneiro 2005; Gustavo Saldanha e Tatiana Almeida, 2021) como forma de consolidar o genocídio e fortalecer a necropolítica que atinge a todas as pessoas que não pertencem ao grupo hegemônico. O mesmo grupo que é responsável pela gestão da informação em museus que até hoje expõem, com prazer, o sofrimento ao qual grupos negros e indígenas foram submetidos no período escravista (Deborah Silva Santos, 2014; Marília Xavier Cury, 2020) e em museus como o Museu Vivo da Memória Candanga que coloca uma imagem de uma mulher negra, que não é identificada, em um cenário representando as cozinhas improvisadas da época da construção de Brasília (Figura 1), reforçando estereótipos. (Débora Pereira, 2021)

Figura 2 - Cenografia Museu Vivo da Memória Candanga



Foto: Layó Pereira, 2024.

Na imagem acima(Figura 1) pode-se observar uma cenografia de cozinha improvisada com tijolos e pedaços de madeira no chão, que representam os fogões de lenha improvisados à época da construção da capital. Há panelas, talheres, uma peneira de palha, alguns outros utensílios de cozinha em cima de uma bancada de madeira, alguns desses utensílios parecem novos, outros mais antigos. Ao fundo da cenografia há uma fotografia de uma mulher negra ao centro de uma dessas cozinhas, lavando louças, cercada por trabalhadores, ao fundo da fotografia pode-se ver os “esqueletos” dos prédios da capital. Percebe-se que os itens da cenografia remetem aos itens da fotografia em destaque, a exemplo dos tijolos no chão em volta da pequena estrutura de madeira.

Retorno então às questões referentes ao projeto de colonialidade, pois identificar e nomear é somente o primeiro passo. Creio que seja necessário aprofundar minha análise acerca dos autodenominados detentores do saber. Em A

Arqueologia do Saber de Michel Foucault (1969) é possível ter uma ideia do quão fundo temos de cavar para compreender a estrutura de poder que se embrenha no modo de acessar e produzir conhecimento. Foucault utiliza o conceito de arqueologia para dizer que o saber deve ser analisado constantemente, e que quanto mais fundo escavamos, mais chances temos de compreender o conceito, a história e o que está por trás do próprio saber.

A investigação acerca das raízes dessa seletividade das informações deverá ser quase arqueológica, antropológica e antropofágica, é o segundo passo na busca da compreensão da colonialidade. O colonialismo é eurocêntrico. Este colonialismo estabeleceu as bases epistemológicas da História e da Ciência a partir dos saberes e da história dos europeus, e esses conhecimentos foram tomados como projetos globais, criando um sistema dominante (Walter Mignolo, 2003, p. 79- 130). A Ciência da Informação, segundo González de Gomez, recebe das Ciências Sociais o seu traço identificador, como um “sintoma das mudanças em curso que afetariam a produção de conhecimento no Ocidente”. (González de Gómez, 2000, p. 2). Acerca dessa dimensão da colonialidade, Adriano Denovac (2020) em seu texto *Narrativas históricas e ciladas coloniais* discorre:

A modernidade e as ciências humanas narram e estruturam os tempos dentro de um enquadramento mental fixo, alterando e nos deslocando do ritmo cósmico. A colonialidade nos rouba essa dança, ela é um movimento de supressão de outras realidades, “a modernidade vê o tempo presente como o único espaço de realidade de certeza” (VAZQUEZ, 2016, p. 81). É um presente vazio de outras conexões temporais, que não conhece a experiência do tempo ancestral, por exemplo. Esse presente falseado, contém os passados só como referenciais de memória, não como estruturas ativas no presente, gerando múltiplos presentes, evitando a ideia de presente único e futuro difuso. (Adriano Denovac, 2020, p. 329)

Considerando que a Ciência da Informação também possui sua dose de responsabilidade nesse jogo de poderes e seletividades que suprime outras realidades, pode-se compreender que esta responsabilidade se denota através da Organização do Conhecimento, mobilizo, portanto, o pensamento de Antônio Garcia Gutierrez, que foi analisado minuciosamente por Tatiana Almeida e Gustavo Saldanha (2021), segundo os autores:

O pensamento garcía-gutiérreziano, ancorado em uma teoria da cultura, ou, ainda em uma teoria simbólica sustentada na linguagem, pode vir a evidenciar o caráter social da OC, quando considerado o sujeito e seus contextos para o desenvolvimento de estruturas organizacionais. Saldanha (2011) também ressalta as questões humanistas, nos estudos da Ciência da Informação, que caracterizam a tendência epistemológica da área, justificando a necessidade de um ponto de vista pragmático, a vertente social, contextual e da linguagem na OC.(Tatiana Almeida e Gustavo Saldanha, 2021, p. 8)

Compreender essa tendência epistemológica pode estar além do que os olhos podem ver, se cavarmos mais fundo, como nos ensina a arqueologia de Foucault, encontraremos mais coisas. Hélder Pires Amâncio (2020), em seu texto *De(s)colonizar o conhecimento, desmarginalizar os saberes e interligar as lutas políticas ao sul* destaca diversas autorias que se debruçam sobre questões epistemológicas eurocêntricas. O autor aponta:

De acordo com Edgardo Lander, a formação profissional, a pesquisa, as revistas e textos que circulam e recebemos, os locais onde se realizam os cursos, os regimes de avaliação do conhecimento e reconhecimento do corpo docente, indicam a reprodução sistemática da visão do mundo ocidental com base nas perspectivas hegemônicas do Norte (LANDER, 2000, p. 43). (Hélder Pires Amancio, 2020, p. 74)

A reprodução sistemática de conhecimentos e “visão de mundo ocidental” como explicitado por Hélder Amâncio (2020) se constitui como um braço do pacto da branquitude (Cida Bento, 2022) que centraliza o conhecimento ocidental, quase sempre europeu, em detrimento de outros conhecimentos produzidos ao redor do mundo. A hegemonia do Norte, citada pelo autor, tem sido constantemente tensionada em diversas pesquisas produzidas no Sul global. A forma heterogênea do conhecimento é debatida também por Tatiana Almeida e Gustavo Saldanha (2021) que apontam que “o mundo não está apenas repleto de conhecimentos heterogêneos, mas também de formas heterogêneas de conhecimento” que de acordo com os autores devem ser “restauradas e deliberadas em bases iguais”, e consideram ainda que desclassificar é uma forma de buscar “uma interpretação aberta e alternativa de pensar e praticar a identidade, cultura, memória ou ciências sociais.”(p. 5).

Ainda tendo como ponto de análise a Ciência da Informação e seu papel na legitimação ou não de conhecimentos e saberes, o autor Carlos Alberto Araújo (2003), ao discorrer sobre o papel social da C.I, aponta que ela surge em um período histórico onde já se delimitavam as primeiras “críticas ao fracasso do projeto da modernidade e ao modelo científico resultante desse projeto.” (Carlos Alberto Araújo, 2003, p. 22) Acerca dos mecanismos de legitimação do conhecimento impostos por esta ciência o autor aponta:

A questão da intersubjetividade conformada a partir da informação se torna central para a compreensão dos diferentes planos de realidade, da distinção entre as diferentes formas de conhecimento e dos mecanismos de sua configuração e legitimação. Os sujeitos precisam, necessariamente, ser incluídos nos estudos sobre a informação e, sobretudo, precisam ser incluídos em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais.(Carlos Alberto Araújo, 2003, p. 25)

No processo de enfrentamento da colonialidade, dentro ou fora da Ciência da Informação, devemos permanecer com nossa atenção voltada para a compreensão desses mecanismos, e esmiuçar os pormenores dessas ferramentas de domínio colonial que nos afligem. Nelson Maldonado-Torres (2023) analisa a colonialidade e a decolonialidade, e nos dá dimensões básicas para compreender os aspectos que envolvem cada um desses termos, apresenta ainda, dez teses sobre colonialidade e decolonialidade. Ao descrever algumas das formas como a colonialidade opera o autor destaca que “não somente terras e recursos são tomados, mas as mentes também são dominadas por formas de pensamento que promovem a colonização e autocolonização”, para ele autor os corpos são explorados pelo trabalho e isso mantém determinados grupos em um “status inferior”, ainda de acordo com o autor é necessário “incluir a luta por redistribuição de terras e recursos” nos processos de descolonização, mas isso por si só não é suficiente.(p. 41) Acerca da colonialidade, o autor aponta ainda:

A colonialidade do saber, ser e poder é informada, se não constituída, pela catástrofe metafísica, pela naturalização da guerra e pelas várias modalidades da diferença humana que se tornaram parte da experiência moderna/colonial enquanto, ao mesmo tempo, ajudam a diferenciar modernidade de outros projetos civilizatórios e a

explicar os caminhos pelos quais a colonialidade organiza múltiplas camadas de desumanização dentro da modernidade/colonialidade. (Nelson Maldonado-Torres, 2023, p. 42)

Toda a dominação operacionalizada pela colonialidade, dentro ou fora da C.I é em prol da manutenção dos privilégios da hegemonia eurocêntrica. Nomear, classificar, enquadrar, organizar e sistematizar essas ferramentas de domínio é, como já mencionado, um passo significativo para enfrentar essa colonialidade. O epistemicídio, que é perpetuado através dos anos e mantido através das práticas de poder, não deve mais ser aceito.

Não é mais possível aceitar essa imposição, pois é fundamental que a produção do conhecimento seja diversa, o que não implica em excluir a historiografia europeia, mas sem hierarquias em um diálogo aberto com outras leituras processos e vivências, como uma forma de comunicação das realidades históricas múltiplas. Narrativas históricas de fato. Projetos pluriversais de fato.(Adriano Denovac, 2020, p. 323)

As raízes da colonialidade são profundas e para compreender o seu alcance é preciso aprofundar cada vez mais a nossa análise, entretanto não devemos repetir os padrões impostos por essa hegemonia que interfere na nossa forma de analisar. De acordo com socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), até os termos que utilizamos para descrever culturas podem estar sob uma influência eurocêntrica.

As ferramentas de ruptura desses padrões devem estar firmadas na forma como analisamos, devem estar imbricadas em nossos métodos enquanto cientistas da informação, pode-se buscar a “tensão do olhar” que Marcelo Cunha (2006) aborda como sendo resultante das várias possibilidades de compreensão e elaboração de olhares” (Marcelo Cunha, 2006, p. 72), podem estar inseridas em nossas percepções, ou na nossa cosmopercepção (Oyèrónkẹ Oyěwùmí, 2021), podem se valer das estratégias e do trabalho de vigília de nossos modos analíticos. (Christina Sharpe, 2023, p. 42) Podem, inclusive, ser desenvolvidas através de métodos mais próximos, no contexto brasileiro por exemplo, temos intelectuais como Antônio Bispo dos Santos (2019) que nos guiará pelo mesmo caminho, ao apontar:

Essa é uma filosofia que aprendi na roça. Quando levamos a carga em um animal, com um cesto de um lado e outro cesto do outro (jacá, ay..., se a carga começa a pender para um dos lados, tiramos um peso de um lado e colocamos no outro, para equilibrar. Se o colonialista me colocou um nome, tenho de colocar um nome nele para equilibrar. Senão desequilibra e a carga vira para o meu lado. E ninguém quer que a carga vire. Esses saberes são diferentes, por quê? **São saberes de cosmologias diferentes.** O euro-cristão-colonialista-monoteísta, por ser monoteísta, pensa de forma linear. Ele só tem um deus. Só olha na direção daquele deus, em uma direção: é mono. É vertical, é linear, não tem curva. Ele pensa e age assim. (Antônio Bispo dos Santos, 2019. p. 26) (Grifos meus)

Para enfrentar este projeto epistemicida multifacetado, que denominamos de Estado, Colonialidade, Branquitude e etc. podemos até nos munir das ferramentas dele próprio, e nomear, enquadrar ou classificar para entender e deflagrá-lo, entretanto, devemos segurar essas ferramentas com as nossas próprias mãos. Deixá-las do nosso jeito, precisamos utilizar mais do que a nossa visão para mirar nesse alvo. Precisamos estar munidos de ferramentas desenvolvidas por nós mesmos e devemos traçar as nossas próprias estratégias, considerando todas as potencialidades, que já estão em nós e que aprendemos em nossas vivências.

1.2 – Decolonialidade, amefricanidade e justiça informacional

Para enfrentar a colonialidade, faz-se necessário propor outros modelos de sociedade, seja nas epistemologias, nos sistemas de organização da informação ou quaisquer outros lugares em que ainda se perpetue a hegemonia eurocêntrica. Um caminho possível e que tem sido apontado por diversas intelectualidades são os conceitos de decolonialidade. (Hélder Pires Amancio, 2020; Nelson Maldonado-Torres, 2023; Joaze Bernardino-Costa, 2023) e contracolonialidade (Antônio Bispo dos Santos, 2019) Considerando quão larga é a amplitude de estudos voltados para a decolonialidade, neste trabalho irei concentrar minha análise apenas em algumas das intelectualidades supracitadas.

O conceito de decolonialidade é apresentado de diversas formas, isso constitui o seu cerne. A decolonialidade é uma luta viva, que perpassa por diferentes

maneiras de viver: o tempo, o espaço, a subjetividade e a sociabilidade humana. (Nelson Maldonado-Torres, 2023, p. 29). Ao contrário do projeto da colonialidade, que nos empurra uma única “visão” de mundo e perpetua a hegemonia, há na decolonialidade o espaço para diferentes saberes. Há ainda a contracolonialidade, que define a contracolonização como uma imunização contra a doença da cosmofobia. (Antônio Bispo dos Santos, 2023, p. 18)

Já apontei que um passo importante para enfrentar a colonialidade é se desprender de suas amarras epistêmicas, o autor Valentin-Yves Mudimbe (1988)(*in* Hélder Pires Amâncio, 2020, p. 78) constatou que “tanto intérpretes ocidentais como analistas africanos têm vindo a usar categorias de análise e sistemas conceituais que dependem de uma ordem epistemológica ocidental”. É necessário romper com essas categorias. Em diálogo com Hélder Pires Amâncio (2020), esta é a única maneira de sair da “dependência intelectual”. De acordo com Walter Mignolo (2017, p. 6) “o pensamento descolonial e as opções descoloniais são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade”.

Tratemos de transformar esses pensamentos, e reduzir nossos esforços em compreender a lógica colonial, seguiremos portanto com a nossa própria lógica, da luta contra a colonialidade. Através de referências de autorias que propõem uma outra ótica para nossas análises, considerando que na colonialidade convencionou-se criar uma divisão entre conhecimento e sabedoria, de acordo com Patrícia Hill Collins (2019, p. 8) “o conhecimento desprovido de sabedoria é adequado para quem detém o poder, mas a sabedoria é essencial para a sobrevivência do subordinado (subalternizado)”. Aproximando ainda mais esse debate para a realidade brasileira, apontamos a sabedoria de Antônio Bispo dos Santos (2019):

Esse é o saber orgânico, aquele que diz respeito a ser. O outro, o saber sintético, é aquele que envolve ter. Por isso, para nós não se sustenta de que a academia produz ciência e nós produzimos saber popular. Essa nomeação é por demais colonialista, feita para nos esvaziar. Que popular é esse? Popular de quem? Produzimos saber quilombola, saber indígena, saber do povo de terreiro. Esses saberes têm nomes. Popular é uma palavra vazia. (Antônio Bispo dos Santos, 2019, p. 27)

É, pois, através de uma minuciosa análise sobre a colonialidade que pode se encontrar formas de combatê-la, para isso, também da necessidade de nos ampararmos em outras formas de conhecimento para descolonizar nossos pensamentos. Hélder Pires Amâncio (2020) aponta que “a resposta é, evidentemente, que eles(diálogos de saberes interepistêmicos) só são possíveis pela via da de(s)colonização do conhecimento das instituições produtoras e administradoras do mesmo”.(p. 88)

Ao tratar sobre as instituições “produtoras e administradoras” do conhecimento, o autor nos leva a refletir sobre a manutenção do colonialismo. Considerando que as instituições não são meros aglomerados de conceitos e concepções, e sim parte de um projeto colonial que se desenvolve através dessas instituições, da sociedade e das intelectualidades que permanecem perpetuando e aprimorando os mecanismos da colonialidade. Acerca dos mecanismos, o autor aponta:

Para isso, é importante visibilizar os mecanismos de reprodução da colonialidade, da desigualdade e do racismo nestas instituições. Estas reflexões têm ainda pouco lugar nos debates acadêmicos e dentro das instituições (LOPES, 2011); precisamos ampliá-las. Trata-se de enfrentar, transformar e tornar visíveis as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem que, ao mesmo tempo e, todavia, é, racial, moderna e colonial” (WALSH, 2005, p. 35). (Hélder Pires Amâncio, 2020. p. 95)

O processo de tornar essas estruturas visíveis perpassa por assumir a sua cor. O pacto da branquitude (Cida Bento, 2022) é o que perpetua esses mecanismos de dominação colonial. A ausência ou pequenez das reflexões acadêmicas acerca de temáticas como a colonialidade ou branquitude, é reflexo do medo latente da própria branquitude, que se pactua como uma forma de manutenção de seus privilégios enquanto classe dominante. Ainda há, porém, espaço para que esse debate se amplie, e o meio acadêmico é um dos lugares em que ainda há esperança de inserção e potencialização desse diálogo, considerando o papel da academia na desmarginalização dos nossos saberes, as instituições precisam se abrir tanto para receber os sábios das comunidades como verdadeiros professores (Hélder Pires Amâncio, 2020. p. 102).

A parcela de culpa da Academia na produção e reprodução do controle colonial deve ser assumida urgentemente pelos/as acadêmicos/as, faz-se necessário que não somente acadêmicos/as que tratam de perspectivas contracoloniais ou decoloniais se movimentem em favor do enfrentamento dessas práticas epistemicidas. Afinal, para nós, população negra, LGBTQIA+, populações indígenas, quilombolas, de terreiro, da favela etc, existir é um ato revolucionário, existir dentro da academia, ainda mais, acerca dessa dimensão da decolonialidade Joaze Bernardino-Costa (2023) aponta:

Ao contrário desse conhecimento desincorporado e sem localização geopolítica, o projeto decolonial assume a necessidade de afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento como estratégia para desarmar essa "bomba cultural" da qual nos fala Wa Thiongo. Invertendo a constatação de Maldonado-Torres mencionada anteriormente, trata-se aqui de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica.(Joaze Bernardino-Costa. 2023, p. 13)

Não é apenas sobre a cultura que a colonialidade atua e envolve seus tentáculos, o enraizamento de seu domínio se amplia para ameaçar as múltiplas formas de existir, segundo Oyèrónké Oyěwùmí, o eurocentrismo promovido pela colonialidade tende a racializar o conhecimento (Oyèrónké Oyěwùmí, 2019 [2002], p. 171). Além de racializar este conhecimento, a colonialidade também atua sobre a imposição de papéis de gênero, e promove uma combinação de práticas que “desgenerificam” e “regenerificam”, o que é resultado de um processo de desarticulação de sujeitos colonizados, o que Nelson Maldonado-Torres (2023, p.41) considera como sendo as áreas chave nos estudos da colonialidade e decolonialidade.

No delineamento da decolonialidade contamos com o aporte teórico de intelectuais que combatem a colonialidade partindo do seu “lugar de fala” de ser “colonizado”, ou como definido por Fanon (1961) “condenado”. Utilizando as ferramentas da colonialidade contra ela própria, realizando um giro epistêmico, como defendido por Nelson Maldonado-Torres (2023, p. 46) onde os sujeitos “condenados” para além de melhor conhecer a colonialidade também podem “mais radicalmente mudar o mundo”. Cada indivíduo colonizado, ou condenado, pode e deve se impôr, falar e escrever contra a colonialidade, essa atitude será somente o reflexo das

ações coloniais. Entretanto, se nos colocarmos enquanto grupos que lutam em conjunto contra essa colonialidade precisamos “estendermos as mãos aos outros condenados” para “desestabilizar a colonialidade do saber, poder e ser”. (Nelson Maldonado-Torres, 2023, p. 50)

Considerando a decolonialidade enquanto projeto de libertação, mobilizo o conceito de *Amefricanidade* cunhado por Lélia Gonzalez (1988), que irá nos fornecer as ferramentas que precisamos para compreender onde nos localizamos na luta contra a colonialidade. Acerca do conceito a autora discorre:

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o *t* pelo *d* para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina* (não é por acaso que a *neurose cultural* brasileira tem no *racismo* o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os "pretos" e os "pardos" do IBGE) são ladinoamefricanos. Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (*Verneinung*): "processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença" (Laplace e Pontalis, 1970). (Lélia Gonzalez, 1988, p. 69)

Para pensar numa unidade de luta e resistência negra, é necessário analisar diferentes conjunturas. As articulações políticas desenvolvidas pela negritude no Brasil, ou na América Latina, são muitas vezes desarticuladas, seja por questões internas, ou por ações orquestradas pela colonialidade. Ao refletir sobre isso também estamos tensionando que esse pensamento por si só, sem considerarmos as interferências da colonialidade, pode ser errôneo e equivocado. Devemos portanto, considerar os avanços dessa articulação política da negritude em diáspora. Acerca da articulação do movimento de direitos humanos nos Estados Unidos, Alice Walker (2021) aponta que “o movimento está morto para o homem branco porque não lhe interessa mais” porque “ele pode se dar esse luxo: não precisa se dedicar ao Movimento(...) como os negros precisam”, pois pode “tirar uma folga das notícias de surras, assassinatos e prisões(...) se sua pele for branca”, um privilégio que os negros não podem ter, “pois são eles - e não o homem branco - o alvo.”(p. 112)

Já no Brasil, Lélia González (1988) aponta uma contradição em relação a nossa passividade em “face da postura política e ideológica da potência imperialisticamente dominante: os Estados Unidos.” A autora defende que foi, também, a partir da observação da articulação política que começou a refletir sobre a categoria de amefricanidade. (Lélia Gonzalez, 1988, p. 75).

A autora aponta também que além do caráter geográfico, o termo cunhado é composto ainda de um processo histórico, de uma dinâmica cultural intensa de adaptação, interpretação e criação de novas formas, que considera afrocentrada. Ou seja, que se referencia em modelos africanos, a exemplo dos povos iorubá, banto e ewe-fon, considerando a diversidade étnica. A autora relaciona a categoria de Amefricanidade ao pan-africanismo. (Lélia Gonzalez, 1988, p. 76-77). Amefricanidade é, portanto, uma categoria que abarca os povos em diáspora, mas não somente a população negra:

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa colaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. (Lélia Gonzalez, 1988, p. 77)

O questionamento que pode surgir é: qual a razão para utilizarmos uma categoria de denominação de uma antropóloga, em um trabalho de Ciência da Informação? É necessário considerar que quando mencionamos epistemologias, nos referimos à decolonialidade, precisamos considerar que toda linguagem é epistêmica. De acordo com Molefi Kete Asante (1988, p.31), "Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade, uma linguagem revolucionária

não deve embriagar, não pode levar à confusão.” É tendo essa questão em vista que Lélia Gonzalez (1988) aponta:

Então, por que não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente, mas de muitas outras partes do mundo e reafirmar a particularidade da nossa experiência na AMÉRICA como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África? Num momento em que se estreitam as relações entre os descendentes de africanos em todo o continente, em que nós, americanos, mais do que nunca, constatamos as grandes similaridades que nos unem, a proposta de M.K. Asante me parece da maior atualidade. Sobretudo se pensamos naqueles que, num passado mais ou menos recente, deram o seu testemunho de luta e de sacrifício, abrindo caminhos e perspectivas para que, hoje, nós possamos levar adiante o que eles iniciaram. Daí a minha insistência com relação à categoria de Amefricanidade, que floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcam a nossa presença no continente. (Lélia Gonzalez, 1988, p. 79)

O pensamento revolucionário de Lélia Gonzalez (1988) nos faz refletir sobre a perspectiva da decolonialidade tendo como base a nossa própria realidade. Encontrar caminhos que enfrentam a colonialidade dentro ou fora da Ciência da Informação demanda esforços multidisciplinares, que apontam novas direções, refazendo conceitos e estabelecendo uma nova linguagem. Esses esforços não serão em vão e para além de cumprir um objetivo de reformulação teórico-metodológica, serão propulsores na busca por mais justiça social.

Construir uma sociedade mais justa e igualitária é uma tarefa conjunta. Não deve ser delegada apenas para os grupos sistematicamente oprimidos pela colonialidade, é uma tarefa, que deve ser assumida principalmente por grupos e indivíduos que categoricamente pertencem às classes dominantes, ou estão em lugares de privilégios. A justiça social deve ser prioridade nos debates das salas de aula, dos congressos e encontros científicos dentro e fora das universidades.

A produção intelectual é pautada por uma lógica positivista, que centraliza o conceito de “desenvolvimento” como objetivo principal das ciências. O capitalismo também pode ser racial, considerando que é um sistema fundamentado em uma lógica monetária, e de acumulação de bens, o que evidencia as relações de dominação. Para refletirmos acerca da justiça social, precisamos, portanto, considerar também os efeitos da globalização e capitalismo racial como impeditivos da conquista da justiça social:

As sociedades hegemônicas passaram, então, a hierarquizar aqueles sujeitos considerados por elas como “Outros”, de forma a determinar quais podiam ascender a status de ser considerado ser humano, utilizando de instrumentos como os dispositivos de racialidade (CARNEIRO, 2005), a escravidão (LEITE, 2017), a necropolítica (MBEMBE, 2016), o epistemicídio (CARNEIRO, 2005), entre outros, para dominação, exploração e extermínio. Todos esses instrumentos foram usados sob o discurso do desenvolvimento dos países hegemônicos, especialmente após períodos de crises financeiras e guerras, sendo vigentes na atualidade aqueles vinculados à globalização, capital e ao neoliberal.(Franciéle Garcês da Silva, 2022, p.140)

Os grupos dominantes, pertencentes às classes hegemônicas que hierarquizam os “outros”, o fazem através de ferramentas de domínio do discurso, do conhecimento, da força de trabalho, dos corpos, das vidas desses “outros”. A justiça social tem no seu caminho alguns impeditivos proporcionados pela globalização e neoliberalismo. Todo o projeto colonial que se perpetua através do neoliberalismo e capitalismo racial é intencional.

Para falar sobre Justiça Informacional é necessário falar sobre justiça social, pois é uma de suas esferas, tendo em vista que a C.I considera pessoas como “fontes de informação, sujeitos informacionais e buscadores de informação” (MATHIESEN, 2015; SILVA et al., 2021) (Franciéle Garcês da Silva, 2022, p. 5) A justiça informacional é portanto um subconjunto da noção mais ampla de justiça política e se aplica a questões de informação e tecnologia da informação. Pela ótica da Justiça informacional é possível compreender melhor em quais condições determinada sociedade está assegurando justiça política, considerando o uso da informação como ferramenta de inclusão, ou exclusão, considerando também o acesso à informação e à tecnologia. (Franciéle Garcês da Silva, 2022).

Ainda acerca da Justiça Informacional, a autora aponta que se “refere a uma estrutura de justiça social para fornecer aos profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação elementos que lhes permitam reconhecer as questões centrais de justiça social nos serviços de informação”, nesse sentido a justiça informacional serve como uma “substituta para a justiça social em grande escala” tendo em vista que as oportunidades de receber e partilhar informações “são meios centrais para melhorar todos os aspectos da vida das pessoas”(p. 6).

Elenco aqui os princípios que norteiam o conceito de justiça informacional, proposto por Franciéle Garcês da Silva (2022) que serão utilizados posteriormente na compreensão deste trabalho:

- Princípio 1: Utilizamos da justiça informacional para o combate às injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais, representacionais, etc., bem como para capacitar e emancipar comunidades vulneráveis em informação;
- Princípio 2: Conscientes da dualidade ricos em informação versus pobres em informação, repudiamos as lógicas capitalistas de manutenção de poder e comércio sobre a informação, as quais promovem o acesso desigual à informação por parte de grupos geopoliticamente situados e classificados pelos marcadores étnico-raciais, de classe, de gênero, de credo e culturais;
- Princípio 3: Acreditamos que a justiça informacional se concretizará com a atuação e formação bibliotecárias críticas e conscientes da existência e operacionalização de sistemas de opressão, exclusão e desigualdades de populações em situação de vulnerabilidades.
- Princípio 4: Entendemos que ao projetarmos produtos, programas e serviços em BCI, a orientação em justiça social nos cobra ciência das injustiças sociais e informacionais embutidas em sistemas institucionais, organizações culturais, bibliotecas e unidades de informação;
- Princípio 5: Enfocamos a justiça distributiva, de reconhecimento e participativa para estabelecer estruturas comuns de distribuição, recepção e comunicação da informação, na qual as pessoas integrantes das sociedades interagem entre si como pares, sem hierarquias ou castas que as separem, visando criar sociedades social e racialmente justas;
- Princípio 6: Entendemos que o direito de acesso à informação, assim como o direito à privacidade, a segurança e a confidencialidade da informação como direitos humanos;
- Princípio 7: Advogamos em prol das licenças e softwares de acesso aberto das tecnologias da informação e comunicação como uma das formas de atender à justiça informacional;
- Princípio 8: Compreendemos que a educação para a informação, voltada para o desenvolvimento da Competência em Informação para justiça social são fundamentais para que os sujeitos possam identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessitem de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para o pleno exercício da cidadania e transformação social.

O caminho para a construção de uma Justiça informacional efetiva pode ser marcado por desafios. A decolonialidade e a justiça informacional são apenas alguns dos conceitos que possibilitam o debate acerca dos efeitos da colonialidade. A

Ciência da Informação apesar de ainda ter muito o que avançar, é uma área do conhecimento que pode auxiliar na construção de um mundo mais justo e igualitário. Para isso, não basta que os/as profissionais da C.I compreendam os conceitos de decolonialidade. É preciso lutar contra o racismo epistêmico. É necessário adotar práticas antirracistas e traçar estratégias de ações diretas para o enfrentamento à hegemonia eurocêntrica.

1.3 - Por uma Ciência da Informação antirracista

A responsabilidade da C.I em romper com práticas de opressão é inegável e deve ser dividida entre seus diversos âmbitos. Da formação acadêmica à ética profissional, passando pelas práticas de instituições museológicas, arquivísticas e bibliotecárias e centros de documentação. É necessário rever cada um dos passos que parte da C.I tem dado em direção à busca por uma sociedade mais justa e igualitária:

Para debater as estruturas paradigmáticas que nortearam diretamente a CI no seu transcurso histórico e científico, recorreremos novamente a Capurro (2007, p. 3) que assim se posiciona: “Minha tese é que a CI nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social” (Henry Oliveira e Mirian Aquino, 2012, p. 471)

A preocupação da C.I com questões sociais têm sido evocada em discussões mais recentes, entretanto precisamos cavar mais fundo e voltar a nossa perspectiva para a história da C.I e seu surgimento. Considerando que algumas teorias fundamentaram a criação desta ciência, e que se perpetuam até os dias atuais, deixando alguns resquícios na nossa forma de enxergar e lidar com essa ciência e suas práticas.

Essa concepção positivista está enraizada nas práticas da C.I, mas também é repassada através da formação acadêmica dos cientistas da informação. Algumas aulas que assisti no mestrado em C.I, reproduziram alguns desses conceitos. É quase como se alguns professores/as, na ânsia de repassar o conhecimento de teóricos que fundamentam esta ciência, acabassem por repassar também as suas ideias excludentes.

O problema da C.I está intimamente ligado à epistemologia colonialista, tendo em vista a necessidade dessa transformação, mobilizo o conceito de epistemografia, apresentado por Antonio García Gutiérrez (2018):

A epistemografia é o conjunto de estudos, ferramentas, práticas e resultados relacionados à organização descolonizada do conhecimento em redes globais de intercâmbio. Uma epistemografia é a representação ou mapa conceitual de um único documento, a partir de categorias autonarrativas ou heteronarrativas (sempre que a heteronarração seja descolonizante), como a construção de todo um sistema no qual as estruturas e conteúdos daqueles documentos seriam ligados e articulados para outro sistema de representação que lhes daria visibilidade mundial através de uma língua franca digital (outra ferramenta epistemográfica). A epistemografia, finalmente, também seria o conjunto de observações, descrições, reflexões e conclusões derivadas de tais práticas, sistemas e ferramentas que promove não só autonarracões, mas também, de acordo com os vetores de transformação, “autonarracões escutantes”, isto é, uma enunciação descolonizada e aberta à troca e à miscigenação em igualdade de condições.(p. 110 - 111)

A heteronarração apontada por Gutiérrez é essencial no processo de enfrentamento ao epistemicídio, para evitar o risco da história única da qual Chimamanda Ngozi Adichie (2009) nos fala. Essa história única que legitima e é legitimada através dos anos é o que nos impede de inserir, ainda hoje, disciplinas que tratam especificamente dessa diversidade epistêmica, cultural e histórica, dentro da faculdade de Ciência da Informação ou nos espaços de propagação da informação. É necessário, também, que se invoque o “trabalho de vigília” de Christina Sharpe (2023) apresenta:

Se, como sugeri até agora, pensarmos a metáfora do vestígio [wake] na totalidade de seus significados (a vigília pelas pessoas mortas, o rastro ou a esteira de um navio, uma consequência de algo, o trajeto de voo e/ou linha de visão, estar em alerta e consciente) e unirmos o vestígio ao trabalho para que possamos fazer do vestígio e do trabalho de vigília nossos modos analíticos, poderemos continuar a imaginar novas maneiras de viver no vestígio da escravização, nas vidas após a morte da escravização, para sobreviver (e mais) à vida após a morte da propriedade. Em suma, quero dizer que o trabalho de vigília é um modo de habitar e romper essa episteme com nossas vidas conhecidas vividas e (in)imagináveis. Com esse modo analítico, podemos imaginar outramente a partir do que sabemos agora no vestígio da escravização. (Christina Sharpe, 2023, p. 42)

Ao nos debruçarmos sobre a produção de novos métodos analíticos, enquanto cientistas da informação, refletimos sobre a responsabilidade social da C.I. discutida por Henry de Oliveira e Mirian Aquino (2012) que apontam que o acesso e uso dos dispositivos informacionais deve ser realizado por todos os grupos e culturas. Os grupos historicamente desprivilegiados podem e devem ser estudados no âmbito da C.I. para que por meio da pesquisa científica seja possível “produzir conhecimentos relevantes para a melhora das relações humanas na sociedade da aprendizagem”. (Henry Oliveira e Mirian Aquino, 2012, p. 472)

Essa ausência de disciplinas com temática racial causa desconfortos e constrangimentos que estão além do que se pode imaginar, ao menos para mim, enquanto estudante negro, que ao longo do primeiro semestre tive que lidar com diversos momentos constrangedores proporcionados por colegas de profissão que não tem a mínima consciência de suas ações racistas. A exemplo da colega que levou uma citação de um genocida para a sala de aula, a mesma que abordou dois colegas negros para dizer-lhes que eu “criava guetos” através das minhas falas racializadas e que a Inteligência Artificial não era capaz de ser racista. A colega se equivoca e, em sua ignorância, não foi capaz de assimilar, por exemplo, que existem trabalhos como o de Tarcizio Silva (2020), que realizou um estudo aprofundado acerca do racismo algorítmico e suas implicações.

Logo no primeiro dia de aula no mestrado acadêmico em Ciência da Informação já tive que lidar com a “ferida colonial” de Frantz Fanon (2013), quando ao responder uma pergunta do professor, todos os colegas riram da minha fala. Talvez por considerá-la *informal*, talvez porque não entendem *pretuguês*²⁵. Meus colegas talvez não compreendessem que a linguagem é uma ferramenta de dominação colonial como Lélia González (1988) discorre, e que falar e escrever diferente pode ser uma estratégia de enfrentamento ao projeto da colonialidade. Talvez não compreendam que em suas risadas, falas e citações, estão pactuando com a colonialidade e se estabelecendo enquanto mais uma dificuldade no alcance à justiça informacional dentro da Ciência da Informação. Esse constrangimento causado por colegas que pactuam com o projeto colonial é exatamente o que precisa ser mudado, para que possamos ter uma C.I antirracista. É o tipo de

²⁵ Termo utilizado por Lélia González(1988) para designar as influências africanas no idioma e na forma de falar dos negros brasileiros.

pensamento que só pode ser alterado quando o corpo docente e as ementas se transformarem. É uma tarefa complexa mas não impossível, entretanto, é urgente. Quando assumida por profissionais da área, é capaz de uma transformação social exponencial.

É possível observar essa transformação na C.I nos debates que assumem posturas contracoloniais e antirracistas. Dentre alguns exemplos desse avanço é possível citar a criação do GT 12 do ENANCIB, um grupo de trabalho voltado apenas para debater a *Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades*, que em sua ementa apresenta alguns conceitos como epistemicídio, branquitude, relações sociais de poder e resistências. Anterior ao GT 12, o GT 10 - *Informação e Memória*, do mesmo congresso, concentrou a maior parcela da produção de trabalhos com temáticas étnico-raciais. (Felipe Alves, 2023, p. 18) Em suas seis primeiras edições o ENANCIB não apresentava nenhum registro de trabalhos voltados às questões étnico-raciais, entretanto, nota-se um grande crescimento de trabalhos nessa temática em suas edições posteriores.

Além dos debates que têm sido evidenciados em congressos, também estão sendo produzidos diversos livros acerca de temáticas decoloniais, o Selo Nyota, por exemplo, é uma organização de bibliotecários disposta a realizar todo o processo editorial de livros com temáticas que “visibilizem os conhecimentos de pesquisas realizadas por mulheres, pessoas negras, população indígena e LGBTQIAP+”²⁶. Alguns títulos presentes no catálogo do selo Nyota podem ser essenciais na transformação das discussões antirracistas dentro da Ciência da Informação. A exemplo do livro *Epistemologias Negras: Relações Raciais na Biblioteconomia* por Danielle Barroso(2019) ou do livro *Informação, estudos étnico-raciais gênero e diversidade* organizado por Izabel França de Lima e Maria Aparecida Moura(2023), que estão também na linha de frente do GT 12 do ENANCIB.

Considerando os avanços na C.I e nos aproximando das discussões que serão apresentadas nos próximos capítulos deste trabalho, gostaria de apontar que no âmbito dos museus públicos, é possível observar que:

Contudo, essas transformações não ocorrem sem tensões e desafios. É necessário enfrentar estruturas museais arraigadas que

²⁶Selo Nyota é uma plataforma online de divulgação científica, mais informações podem ser encontradas no site do selo (<https://www.nyota.com.br/sobre>)

resistem às mudanças significativas. As mudanças requerem uma desconstrução não apenas das narrativas da colonialidade, tendenciosas, silenciadoras e tidas como universais, mas também das próprias estruturas de poder e controle que na longa duração moldaram museus e processos de musealização. Nessa perspectiva, a decolonização das práticas museais torna-se um processo profundo de desconstrução e autoquestionamento sobre as práticas desenvolvidas e o refazimento dos processos museológicos a partir de um olhar decolonizador. (Clóvis Carvalho Britto, 2023, p.9)

Figura 3 - Racismo violenta, desumaniza e mata!



Foto: Layó Pereira, 2025.

Há exemplos de algumas das exposições a serem analisadas neste trabalho, que expressam as narrativas da colonialidade, de um lado e de outro há exemplos de exposições que subvertem essa lógica e apresentam perspectivas de descolonização das práticas museais. Uma delas é uma exposição de longa duração, *Poeira, Lona e Concreto*, localizada do Museu Vivo da Memória Candanga no Distrito Federal que perpetua uma narrativa da colonialidade (Débora Pereira, 2021). Outro exemplo é a exposição denominada *Reintegração de Posse: Narrativas da presença negra no DF*, organizada pela historiadora Ana Flávia Magalhães, da

Universidade de Brasília, que foi adaptada para ser exposta em uma parada de ônibus da cidade.(Figura 2)

Na imagem, é possível ver uma mulher negra apontando para uma frase em destaque: “Racismo violenta, desumaniza e mata!”. Abaixo da frase pode-se ver outras dezoito imagens de pessoas negras, em algumas delas essas pessoas são violentadas pelas forças policiais. Há também um pequeno texto que relata essas violências. Também pode-se observar na imagem a intervenção do *pixo* acima e abaixo do título em destaque. Essas e outras imagens da exposição refletem o cunho de denúncia da realidade experienciada por pessoas negras durante a construção da cidade. As dezoito fotografias demonstram uma realidade dura que, apesar de estar marcada na vida e na memória dessas pessoas, não é problematizada nas exposições de longa duração dos museus públicos do DF, o que perpetua as injustiças sociais e corrobora para o silenciamento e marginalização dessa população.

As exposições, desde seu surgimento, se configuram como ferramentas para difusão de ideias coloniais (Marcelo Cunha, 2006, p. 140) por atingirem um “imenso público, das mais variadas faixas etárias, classes sociais e formação cultural” o autor afirma ainda que “todas as potências coloniais, em maior ou menor escala, utilizaram estas exibições como veículos de propaganda, através das quais eram apresentadas imagens reais, ou construídas das suas possessões. (Marcelo Cunha, 2006. p. 142)

Considerando ainda o âmbito das exposições e suas produções de sentidos, é possível compreender também que essas lógicas hegemônicas presentes nas narrativas expográficas ressaltam determinados sujeitos em detrimento de outros. A exemplo da exposição *Poeira, Lona e Concreto* do MVMC que ressalta a história dos pioneiros, silenciando as contribuições de inúmeros/as candangos/as, como a minha avó ou o avô de Andressa Marques (2024), que faleceu devido a um acidente na época da construção de Brasília. Ao centralizar a narrativa, essas exposições se constituem como um reflexo da formação do acervo e do imaginário, como apontado por Silvia Pantoja (2022).

As lógicas hegemônicas de hierarquização se encontram articuladas nas narrativas expográficas de museus, exemplo é o caso do Museu Histórico de Belém - MABE e sua exposição de longa duração, a

tipologia que apresenta e que atribui uma identidade ao museu. Centralizar a narrativa nos “heróis da república”, na busca incessante por uma capital com estética e valores de uma modernidade europeia, nos mitos fundadores da cidade, é também um reflexo da formação do acervo e do imaginário que se quis criar com ele em seu uso pelo poder público, imaginário esse que se coloca como resistente, pois as narrativas persistem no âmbito do museu até então, sem romper com a placidez que se assentou, na ausência da inquietude das incertezas. (Silvia Pantoja, 2022, p. 42)

Por fim, para exemplificar ainda mais o papel da C.I e sua contribuição central para efetivação da justiça social através da justiça informacional, é possível refletir o quanto a priorização da perpetuação de histórias de “heróis da república” presentes em exposições, arquivos e bibliotecas (Ana Paula Costa Rosa, 2018; Evelyn Goyannes, 2019; Franciele Garcês Silva *et al*, 2022, Françoise Vergés, 2023) contribuem para o silenciamento de heroínas como minha avó, que contribuíram na construção da cidade, ou como o avô de Andressa Marques (2024) um trabalhador adoecido pelo ritmo da cidade, esquecido e apagado pela historiografia oficial e por alguns discursos expositivos como o da exposição de longa duração do MVMC. Histórias de heróis e heroínas do cotidiano que são, entretanto, lembradas e destacadas por outros discursos como o da exposição *Reintegração de Posse*, cujo título faz referência a uma reintegração simbólica das narrativas que sofreram tentativas de silenciamento, o que evoca o Princípio 1 da justiça informacional, tendo em vista que se configura enquanto uma estratégia de romper com a injustiça representacional vivenciada pela comunidade negra na história da construção da cidade. (Franciele Garcês da Silva, 2022, p. 8)

Exposições que apresentam modelos contracoloniais ou que possuem propostas decoloniais têm ganhado cada vez mais espaço, sobretudo na construção das *museologias decoloniais* (Marcele Pereira, 2019). São essas exposições que ampliam perspectivas, garantem a justiça informacional, pois apresentam propostas de conteúdos capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento de grupos historicamente vulnerabilizados, e conseqüentemente se configuram como passos essenciais na busca pela efetivação da justiça social. É a partir dessa noção que apresentarei discussões sobre os vestígios da presença de mulheres negras nos museus públicos do DF. Também nos ocuparemos de apontar caminhos para a

construção de estratégias informacionais que não compactuam com o projeto de colonialidade.

CAPÍTULO 2 – AS ESQUECIDAS: INDÍCIOS DA AUSÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NOS MUSEUS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

“Muitas já se foram, se perderam
Outras se mataram em meio ao desespero
Então as que ficaram, fizeram mais um apelo
Para que não esquecessem das que
desapareceram.”
(Layó - O grito das esquecidas)

Quantas histórias são necessárias para erguer uma cidade como Brasília? Apesar de ser feita de concreto e aço, a cidade erguida no meio do cerrado goiano é construída também de inúmeras memórias. Algumas se foram, outras ficaram. Algumas são permanentemente lembradas nos museus da cidade, outras foram sistematicamente esquecidas. Eu poderia citar dentre essas memórias esquecidas a de minha avó, Geralda Alves de Souza, que veio para a capital, sozinha, em 1965, entretanto, assim como inúmeras mulheres negras, não há registros fotográficos para a ilustrarem. As histórias de minha avó, e de mulheres como ela, seguem reverberando apenas pelos becos da memória dos seus.

Acontece que, como muitas das mulheres negras que ajudaram na construção dessa cidade, de forma direta ou indireta, Dona Geralda não possui registro algum. A entrevistei quando ainda estava na graduação para o trabalho de conclusão do curso de Museologia, perguntei a ela se teria alguma fotografia da época em que chegou na cidade, ou da sua adolescência. Além da timidez para fotos, minha avó mencionou que tinha pouco recurso para se dar ao luxo de ter fotografias. Foi assim com ela e com meu avô Joaquim Firmino Pereira, cuja primeira fotografia, só tive acesso quando completei 26 anos, foi quando descobri também que ele tocava acordeon.

Contarei a história da fotografia que me instigou a realizar a primeira pesquisa no Museu Vivo da Memória Candanga. A fotografia da moça ao lado das marmitas (Figura 3) está na exposição de longa duração *Poeira, Lona e Concreto*, que foi objeto de estudo do artigo de iniciação científica, indicado ao prêmio destaque, que

escrevi em 2018. Ao visitar a exposição pela primeira vez na disciplina de Introdução a Museologia, ministrada pela Profa. Dra. Deborah Silva Santos, meu olhar foi atraído por aquela fotografia da jovem negra no meio do canteiro de obras, com suas marmitas. Na época eu pensei que poderia ser minha avó, pela semelhança da moça com ela, afinal eu nunca tinha visto nenhuma fotografia da minha avó ainda jovem, além disso um dos homens ao fundo da imagem se parecia muito com meu avô. A *ficção* estava montada.

A partir daí, com uma imensa empolgação, iniciei uma busca incessante para encontrar o nome da mulher na foto pois não havia nada na legenda da imagem que a identificasse. O texto expositivo não contava sua história, deixou de contextualizar aquela fotografia e refletir sobre a participação das mulheres negras na construção da cidade. Os objetos expográficos, em todo o seu sossego, não responderam às minhas questões sobre sua história. Foi a partir daí que constatei que havia um silêncio repleto de ausências (Eni Orlandi, 2007) presente naquela exposição, um esquecimento sistemático que preenchia os espaços entre os textos, as legendas e os objetos. (Débora Pereira, 2018)

Figura 4 - Detalhe da exposição *Poeira, Lona e Concreto* do Museu Vivo da Memória Candanga.

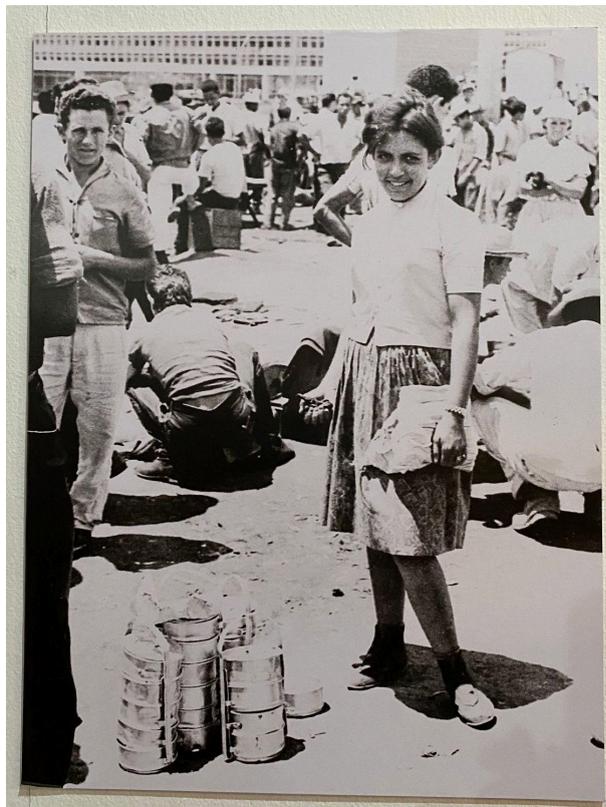


Foto: Layó Pereira, 2024.

Na figura anterior pode-se observar ao centro da imagem uma moça negra, de cabelos pretos, vestindo camisa branca e saia estampada, ao lado de uma pilha de vasilhas de metal utilizadas para armazenamento de refeições. Olhando para a fotografia, ela sorri. Ao fundo há homens e mulheres em pé ou sentados/as. Um homem de cabelos pretos também está olhando para a direção em que a foto é tirada, não é possível identificar se seu olhar está direcionado para o fotógrafo ou para a moça.

Ao longo de minha pesquisa descobri que a moça da imagem não era a minha avó. Apesar de, ao mostrar essa imagem para Dona Geralda, ela confirmou a semelhança de um dos operários ao fundo com o meu avô. Descobri, todavia, quem poderia ser a mulher negra naquela fotografia, através da exposição temporária *Outras Brasília: Memórias Sensíveis e Contranarrativas* que esteve na Biblioteca Nacional de Brasília - BNB, com a curadoria de Cristiane Portela que reuniu alguns depoimentos do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal -

ArPDF com fotografias também presentes no acervo do ArPDF e narra a seguinte história:

“Suzana Conceição Mendonça nasceu em 10 de agosto de 1929, em Santa Cruz de Inharé, Rio Grande do Norte. Aos cinco anos se mudou com a família para Fortaleza, capital do Ceará, Veio para Brasília com trinta anos, durante a construção da nova capital. Foi morar na Vila Amaury, e foi neste lugar que nasceu o seu primeiro filho, Haroldo. Pouco depois, a vila seria inundada para a construção do Lago Paranoá, e assim que foram abertas as comportas da barragem ela teve que sair às pressas. Fruto dos seus três casamentos, nasceram catorze filhos, entretanto, sete foram natimortos. As condições de vida eram difíceis durante as gestações, o frio era muito e várias doenças acometiam as famílias. Trabalhou como cozinheira em cantinas de empresas construtoras e vendia marmitas para trabalhadores. Morando na Vila Planalto, viu erguerem-se os prédios da Esplanada dos Ministérios. Foi cozinheira, camareira e lavadeira. Trabalhou muito, mas não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever.” (Biografia inspirada em relato oral concedido ao ArPDF de 1990, trecho retirado na íntegra da exposição *Outras Brasília: Memórias Sensíveis e Contranarrativas* com curadoria de Cristiane Portela)

A biografia de Suzana Conceição Mendonça foi atrelada à fotografia de uma mulher negra que não foi identificada pela curadora de nenhuma das duas exposições. A diferença, entretanto, está na possibilidade criada pela curadora da segunda exposição mencionada. Minha curiosidade enquanto pesquisador não foi sanada, mas através da fabulação de Cristiane Portela na curadoria da exposição *Outras Brasília: Memórias Sensíveis e Contranarrativas*, (Figura 4) imaginei as possibilidades presentes na história daquela mulher negra com as marmitas.

Por não ter sido identificada, ela poderia ser Suzana, Geralda, ou Maria Abadia. Ela poderia ter vindo do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais ou do Quilombo Mesquita. Este último, um território pertencente ao povo quilombola que ocupa, desde o século XVIII, as terras onde a capital federal foi construída, cujo mito fundador cita como personagens principais três mulheres negras. O mito fundador, de tradição oral, da comunidade quilombola do Mesquita se ampara na doação por José Correia Mesquita de sua fazenda a três mulheres negras ex-escravizadas: Maria Abadia, Martina Pereira Braga e Maria Pereira Dutra. (Deborah Silva Santos, 2021, p. 220)

Figura 5 - Exposição *Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas*, na Biblioteca Nacional de Brasília - BNB.

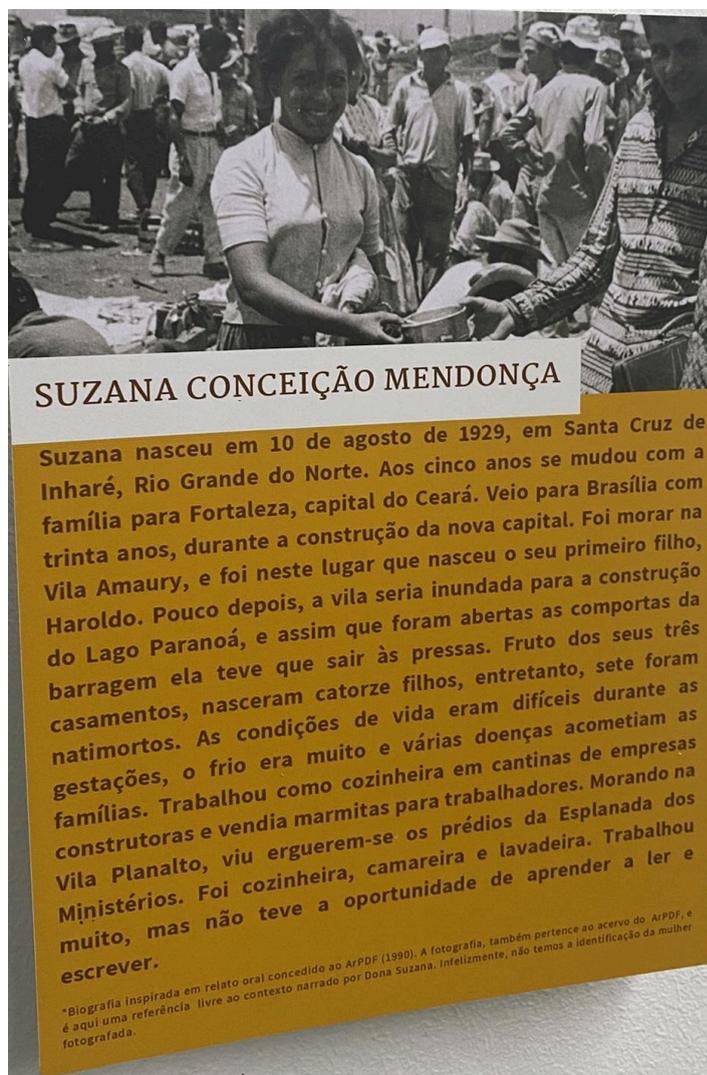


Foto: Layó Pereira, 2023.

Na figura acima(Figura 4) a mesma moça da outra imagem (Figura 3) aparece sorrindo e entregando uma marmitta a um homem que também está posando para a foto. Abaixo da fotografia há um nome “Suzana Conceição Mendonça” e um texto que conta a história dessa mulher, já descrito na íntegra anteriormente. Abaixo do texto, há uma nota de rodapé que explica que a biografia é inspirada em relato oral concedido ao ArPDF. A nota relata também que a fotografia pertence ao acervo do Arquivo e que é apenas uma referência ao contexto narrado por Suzana, haja vista que não há informações sobre o nome da mulher na fotografia.

Evidenciar, portanto, a existência de grupos que foram sistematicamente excluídos da historiografia oficial da construção de Brasília, é apontar narrativas e memórias que nunca deixaram de existir. Que não deveriam ter sido esquecidas, que sempre estiveram aqui. Este capítulo apresenta brevemente alguns apontamentos acerca de silenciamento, colonialidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023) e epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005). É uma busca por vestígios (Christina Sharpe, 2023) dessas inúmeras histórias, narrativas e memórias, que poderiam ocupar as galerias e exposições de longa duração dos museus públicos do Distrito Federal.

No primeiro tópico apresentei apontamentos acerca da presença das mulheres negras na história da construção de Brasília, dialoguei brevemente com o texto de Elna Dias Cardoso (2018), doutora em Sociologia, que através de pesquisas em jornais e periódicos da época da construção evidenciou as memórias de mulheres negras na construção da cidade. Além disso também realizei alguns apontamentos acerca das mulheres que habitavam este território antes mesmo da construção da cidade, a exemplo das quilombolas do Quilombo Mesquita, que contribuíram significativamente com as obras que ergueram Brasília. Há inclusive alguns breves apontamentos acerca da influência das mulheres do Quilombo Mesquita nessa participação. Neste tópico mobilizo também o texto de Deborah Santos (2021), doutora em Museologia, que aponta vestígios de narrativas esquecidas. As narrativas de gente negra que habitava e ainda habita o território da capital federal. Em diálogo e confluência com essas autoras, este tópico apresenta ainda, mesmo que brevemente, os processos de marginalização infligidos ao povo que construiu a “capital da esperança”.

O segundo tópico discorre sobre a colonialidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023) presente nos discursos expositivos dos Museus Públicos do DF. Inicialmente apresenta um debate acerca da condição das mulheres negras no Brasil, através de conceitos discutidos por Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (2020) que trazem reflexões sobre as especificidades do racismo brasileiro. Neste tópico também são apresentados alguns dados sobre os museus públicos do Distrito Federal, e reunimos algumas informações em um quadro informativo acerca da realidade desses museus. São apresentados alguns estudos que evidenciam as problemáticas de gestão dessas instituições. Por fim, encontro-me com alguns

vestígios da presença negra nas exposições de longa duração nesses museus e realizo um questionamento sobre a ausência de mulheres negras nestas exposições.

Já no terceiro e último tópico deste capítulo apresento alguns dados sobre o Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC, a análise de duas de suas exposições, a de longa duração: *Poeira, Lona e Concreto* e de duração indeterminada: *A importância da Mulher Pioneira na Construção da Nova Capital*. Realizei um debate acerca da ausência de informações sobre a participação da população negra nas exposições. Além de apontar algumas problemáticas na construção do conteúdo, através da análise das fotografias, legendas e textos expositivos. Por fim, retomo o debate acerca das questões que envolvem o MVMC, questionando o epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005) presente nessas exposições.

2.1 - Delimitando o caminho: o silenciamento das mulheres negras na história da construção de Brasília

Brasília conta uma história de exclusão (Diego Martins dos Santos, 2016). A foto icônica do início da construção da cidade, em que se vê um “X”²⁷(Figura 5) dos eixos que atravessam o território onde seria construída a nova capital do país revela o seu futuro, consequentemente apagando o seu passado. O território em que foi construída a “capital da esperança”, ao contrário do que alguns ainda acreditam, não era uma região inabitada. Ana Lúcia de Abreu Gomes (2009), em sua tese intitulada: *Brasília: De espaço a lugar, de sertão a capital(1956-1960)* problematiza esse discurso de que a cidade surgiu do “nada” e aponta:

Retornando à questão discursiva do “nada”, essa abordagem reforça a compreensão de que Brasília é a expressão de um mito fundador que se realiza na história divina, e é executada por uma legião de homens especiais como “(...) Bernardo Sayão desbravador do sertão goiano(...)” 518, Israel Pinheiro, e, é claro, Juscelino Kubitschek, que parecia “(...) enfrentar e vencer o que parece impossível.(Ana Lúcia de Abreu Gomes, 2009, p. 289)

²⁷ “Usualmente, a foto é lida como uma cruz, uma marca de tomada de posse a ressaltar o que havia de inaugural ali, a explosão de modernidade que ganhava forma na nova cidade. Mas, como autêntica obra de arte, não tem um único sentido possível: aparece também como um “x”, um sinal de apagamento, um recalque, inconsciente registro de exclusão a denunciar que, nas visões sobre a capital que nascia, algo era riscado das páginas da História - como em toda história, aliás.”(*Museu dos Correios*, 2013, p. 7)

O imaginário midiático que foi criado acerca da construção da cidade vendia os ideais desenvolvimentistas de JK para milhões de pessoas que deixaram seus Estados em direção ao cerrado goiano começando uma corrida em busca de uma nova vida na terra prometida. Alguns acreditavam que Brasília seria Eldorado (Silvano Peloso, 2011) a cidade de ouro perdida. Outros a chamaram de “Ilha da Magia” (Ricardo Bezerra, 2017). Poucos imaginariam as injustiças presentes na vida de quem realizou com as próprias mãos o sonho de Dom Bosco e contribuiu para a construção da “capital da esperança”. Não se podia imaginar que a desigualdade orbitaria nas cidades satélites de Brasília.

Figura 6 - Marco Zero



Foto: Mário M. Fontenele, Eixo Monumental, 1957.

Esta fotografia está localizada no primeiro módulo da exposição *Poeira, lona e concreto*, é uma figura constantemente utilizada para se referir ao início da construção de Brasília, intitulada como Marco Zero, apresenta o cruzamento de duas estradas no Eixo Monumental, a sua utilização constante pode estar relacionada aos ideais do urbanista Lúcio Costa, que em seus esboços iniciais cruza dois eixos em

ângulo reto, em formato de cruz. Mas pode assumir outras simbologias, a exemplo da simbologia de encruzilhada, como evidenciado por Clóvis Britto (2023):

“Nesse aspecto é estimulante pensar em Brasília como uma cidade fruto de uma encruzilhada, conforme o relatório do plano piloto elaborado por Lúcio Costa: “a ideia nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse, dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (Relatório... 2018, p. 30). A cidade foi planejada, assim, a partir de uma encruzilhada, repercutindo as suas contradições e a fusão de temporalidades:(Clóvis Britto, 2023, p. 450)

As contradições que permeiam a história da capital, antecedem a sua construção. O território onde hoje está localizado o quadrilátero do Distrito Federal assenta-se sobre algumas das rochas mais antigas do Planeta. (Paulo Bertran, 1995, p. 3) Foi uma importante rota de comércio e migração ao longo do século XVIII. E era o lar de uma qualidade específica de gente, denominada por Paulo Bertran (1995) de *Homo Cerratisis*. Houve inúmeras expedições para o centro do país a fim de reconhecer o território em que seria construída a nova capital. Antes disso ocorreram massacres promovidos por bandeirantes, como da família Anhanguera aos povos Goyazes (Paulo Bertran, 1995). Essas terras, no entanto, eram imediações do Quilombo Mesquita. Os primeiros operários da construção, antes mesmo da chegada dos/as candangos/as em 1956, foram quilombolas. (Elna Dias Cardoso, 2018, p.29)

O Quilombo do Mesquita, Fazenda Mesquita, Sítio do Mesquita, Tapera do Mesquita, Arraial dos Pretos, Arraial dos Crioulos, Crioulos etc, é um vasto território pertencente a comunidade quilombola, cuja origem remonta a meados de 1874 (Manoel Neres, *apud* Deborah Silva Santos, 2021, p. 222). O Quilombo foi fundado por três mulheres negras livres que receberam como doação as terras abandonadas da Fazenda Mesquita por seu proprietário. De acordo com Antônia da Silva Samir (2014):

Em um contexto de abandono da Fazenda Mesquita que resultou na doação de terras às senhoras por seu proprietário, abrigará a partir de então uma comunidade negra rural que assimila seu nome, e que é a origem de um enraizamento ao lugar e a gênese de um grupo no interior do qual se constrói uma memória e tradição, que se comunicam e comunicam aos indivíduos de cada geração a própria história formando o povoado de Mesquita. (Antônia da Silva Samir, 2014, p. 70)

Ao considerar a história do território antes das intenções de interiorização da capital, devemos relatar a participação das pessoas do Quilombo Mesquita, cuja terra possuía aproximadamente 4.160 hectares (Deborah Silva Santos, 2021. p. 223). E realizava vasta produção de alimentos que viriam a ser essenciais para abastecimento da futura capital, ainda de acordo com Deborah Silva Santos (2021):

Como relata o autor, questão de parentesco, apadrinhamento e solidariedade ligada à terra mantiveram a comunidade por mais de 200 anos. Um espaço geográfico que tem e teve como produção principal, desde o século XVIII, a agricultura do marmelo e a comercialização pela região da produção artesanal de seu doce, a Marmelada de Santa Luzia, feita a partir da receita herdada de gerações anteriores. E também de uma agricultura de sobrevivência com produtos como frutas, verduras, cereais, leite, queijo e o quiabo de angola, denominado de n'golo, característico da alimentação local que nos últimos anos vem se transformando em mais uma opção de comercialização, ganhando uma festa específica como a do marmelo.(Deborah Silva Santos, 2021, p. 223)

Ainda no período colonial brasileiro já havia o desejo de interiorização da capital, pautando-se na experiência de Washington D.C (EUA) o jornal *Correio Braziliense*²⁸, em 1813, já apresentava argumentos a favor da mudança da capital. (Elna Dias Cardoso, 2018, p.39) Uma cidade moderna, planejada para ser um símbolo do desenvolvimento da nação brasileira, construída sob ideais “luso-elitistas” fazia parte de uma nova orientação política governamental onde o Estado era responsável pelo crescimento acelerado da economia (Elna Dias Cardoso, 2018, p. 43). Os ideais desenvolvimentistas que pautavam a nova capital ignoravam completamente os efeitos colaterais desse crescimento acelerado.

A mídia e a propaganda que vendia Brasília como um celeiro de oportunidades mobilizaram centenas de pessoas em uma corrida rumo ao Planalto Central. Ao chegar à “capital da esperança”, entretanto, o cenário que se apresentava aos candangos/as era de condições extremamente insalubres. (Andre Felipe Fernandes, 2018, p. 19). As péssimas condições de trabalho causaram revolta em alguns dos candangos, que foram brutalmente assassinados, no massacre promovido pela Guarda Especial de Brasília (GEB) um crime sem precedentes que foi ocultado da história da construção de Brasília e mais tarde viria

²⁸ O jornal *Correio Braziliense* supracitado é considerado o primeiro jornal brasileiro, também conhecido como Armazem Litterario foi publicado em Londres durante 14 anos (junho de 1808 a dezembro de 1822). Fonte: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1303>>

a ser conhecido também como Massacre da Pacheco Fernandes, que aconteceu em 8 de fevereiro de 1959 tirando a vida de 48 candangos, antes mesmo da inauguração de Brasília.

Há muitos outros ocultamentos presentes na história da capital. A “ilha da esperança” que era vendida nas propagandas mudancistas, e o ideário de uma cidade de oportunidades igualmente distribuídas era gradativamente desconstruído ao longo do breve período de construção da capital. Todavia, havia um efeito colateral que já era previsto, tratava-se das condições de moradia dos *candangos*:

Estima-se em 100.000 habitantes a população de Brasília, a quase totalidade vivendo em habitações provisórias; para onde irão? Nota-se a tendência imediatista de afastá-los da Capital criando agrupamentos satélites; neste sentido, já existe a vila Taguatinga. Esta tendência parece-nos pelo menos apressada e reflete uma política de avestruz: escamotear o problema de habitação popular, nada “glamurosa”, afastando-a de Brasília para não afetar a limpidez do plano original! (WILHEIM, 1960, p. 30).(Beatris Silva de Deus, 2022, p. 14)

Antecipando-se à possibilidade de não conseguirem lugar para morar na nova capital, centenas de trabalhadores/as erguiam ocupações ao redor do Plano Piloto. A Vila do IAPI foi uma das mais importantes ocupações de trabalhadores/as da construção, entretanto não era apenas uma massa hegemônica de casas, havia diversas vilas na mesma região²⁹, o que causou uma “favelização” da cidade e conseqüentemente gerou uma reação quase imediata da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e de JK que, na ocasião, criaram a cidade de Taguatinga em 1958. (Diego Martins dos Santos, 2016, p. 27). Os ideais da “capital do novo mundo”, entretanto, não acolhiam àqueles e àquelas que a construíram:

Não por acaso, a versão oficial escrita por JK (1975, p. 79), segundo a qual ‘Brasília nascia, de fato, sob o signo da comunhão social’, deixou de lado outro tema controverso, obscuro e praticamente desconhecido: os candangos que ajudaram a construir a cidade não puderam morar nela e foram empurrados para o que se convencionou chamar de ‘cidades satélites’ (GUSMÃO, 2019, p.33 in Beatris Silva de Deus, 2022, p. 20)

Toda a ideia de “comunhão social” presente no discurso de Juscelino ocultava uma insegurança constante presente na vida das/os trabalhadoras/os, que eram compulsoriamente expulsos do centro da capital, através de uma política higienista e

²⁹ “É imprescindível reconhecer distinções no conjunto de vilas que geralmente aparecem amalgamadas sob o termo “invasão do IAPI”. Como dissemos, o presente trabalho investiga em particular a Vila do IAPI, enfatizando uma localidade específica da qual a população fora removida para dar origem à Ceilândia.”(Beatriz de Oliveira Andrade, 2021. p. 26)

segregacionista que destinava moradias em bairros elitistas como ParkWay e Lago Norte para os “burocratas” vindos do Rio de Janeiro (Diego Martins dos Santos, 2016, p. 25) enquanto empurrava centenas de trabalhadores/as para uma área de mais de 20km de distância do centro da capital:

Esses habitantes do DF que atenderam o chamado de JK, que construíram a grandiosa capital do Brasil, de repente, de Guerreiros passaram a simples anônimos em meio às massas que desde então circulam pela Rodoviária do Plano Piloto, buscando os ônibus rumo a Taguatinga, Sobradinho, Gama, Brazlândia ou Planaltina. Faziam essa jornada diariamente por falta de outra opção melhor, por existir uma política habitacional que dividiu o DF entre moradores do Plano piloto (Cidade Central) e Cidades Satélites (Diego Martins Santos, 2016, p. 25)

Das múltiplas histórias que se contam sobre a construção da “capital da esperança”, do sonho de Dom Bosco a Juscelino, dos/as pioneiros/as aos candangos/as, dos canteiros de obras aos cinquenta anos em cinco, há sempre uma brecha, um vestígio, uma incompletude na maneira de contar a história do nascimento de Brasília. É dito comumente que a cidade com nome de mulher surge a partir das mãos de homens que vieram de diversas partes do país “deixando para trás mulher e filhos”³⁰, mas é necessário destacar que essa cidade também foi construída por mulheres.

Uma cidade moderna, cuidadosamente arquitetada e planejada por homens com sobrenomes imponentes, que ousaram erguer, em meio ao cerrado, uma nova esperança para o Brasil. É possível que na história da construção dessa cidade com nome de mulher, não há sequer uma mulher a ser permanentemente lembrada pela sua participação no nascimento da “capital da esperança”?

Acerca da aparente ausência de mulheres, constata-se que, inicialmente os trabalhadores eram selecionados a partir de um critério que excluía a possibilidade de constituição de família, de acordo com Gustavo Lins Ribeiro (2008) dentre os critérios de seleção estavam “homens jovens fortes, solteiros, ou que tenham deixado suas famílias em seus locais de origem”.

A combinação destes fatores, em especial dos dois últimos, configura uma situação em que a ausência de mulheres torna-se fonte de

³⁰ Trecho retirado de poesia de Vinícius de Moraes, datado de 1960, presente na exposição “Poeira, Lona e Concreto” do Museu Vivo da Memória Candanga.

conflitos determinados basicamente pela dificuldade de se manter relacionamentos com o sexo oposto - namoros, casamentos, relações sexuais, e - especialmente para o operário casado que tenha deixado a família no seu local de origem - obter prestações de serviço desempenhadas pelas mulheres no âmbito de uma divisão sexual do trabalho. Deste modo, toda uma esfera importante para a reprodução da vida social e para a reprodução da força de trabalho - a esfera doméstica - encontra-se reprimida ou praticamente inexistente. O imbricamento entre a ausência relativa de famílias e a ausência relativa de mulheres são faces da mesma questão aqui apresentadas separadamente apenas para efeito de exposição. (Gustavo Lins Ribeiro, 2008, p. 97)

O fenômeno conhecido como “a questão feminina” na construção da capital foi motivo de inúmeros conflitos, inicialmente por conta da ausência da possibilidade das/os trabalhadoras/os de manter um relacionamento com o sexo oposto, as revoltas eram causadas, em grande parte porque milhares de indivíduos se depararam com situação incomum considerando as proporções entre homens e mulheres que formavam suas experiências sociais anteriores. A partir dessa problemática, surge uma movimentada zona de prostituição na Cidade Livre. (Gustavo Lins Ribeiro, 2008, p. 108)

Além da questão da prostituição, as mulheres de Brasília também estavam sujeitas a abusos constantes por parte da, inicialmente, majoritária proporção de homens na época da construção da cidade. Em relato retirado do livro *O capital da esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília* de Gustavo Lins Ribeiro (2008) a mulher de um carpinteiro, cujo nome não é mencionado no livro, aponta:

Em 57 foi que começou a vir muita gente. Cinquenta e sete a gente num podia nem sair na rua (ri). (- Por que?) Ah, os home pegava a gente (ri). E. Nessa época tinha umas três mulhé aqui em Brasília, né? Então nós ajuntava as três mulhé e ia de noite lá pra beira do córrego, de noite, lavar roupa, mas tinha que os hôme ficar lá perto porque (ri) .. invadia, sabe? Às vezes eu saía assim na porta da rua que tinha um restaurante, era bem na esquina, né, eu saía assim na porta pra olhar assim, né, pegar um ar livre. Aí os hôme vinha agarrava no braço da gente saía puxando pela rua abaixo (ri). Nós gritava aí os hôme saía correndo pra acudir, eu vou te falar uma coisa (ri). O lugar terrível. (Gustavo Lins Ribeiro, 2008, p. 107)

O trabalho invisível, realizado pelas mulheres da época, fez falta para os operários da construção, “alguns reclamavam ainda de terem que se sujeitar, por

estarem sós, à comida de péssima qualidade que era produzida nas grandes cantinas existentes” em outros casos a ausência de cuidado com as roupas também gerou reclamações por parte do operariado que “por não poderem contar com, por exemplo, a lavagem de roupas” eram obrigados “a gastar parte do pouco tempo livre ou do salário recebido com esta atividade.” (Gustavo Lins Ribeiro, 2008. p. 109-110)

Acerca da presença das mulheres na construção de Brasília, esta se deu alguns anos após o início das obras, as “peoas” de obra como ficaram conhecidas, podiam ser vistas pelos canteiros de obras, entretanto enfrentaram situações de insalubridade por conta das restrições das leis trabalhistas, acerca disso, Nair Bicalho (1997) aponta:

Um grupo informal de mulheres - "peoas" de obra —, ao qual se agregam os colegas de trabalho dispostos a partilhar do aconchego feminino nesse espaço grosseiro da obra. A presença feminina no cenário da construção é algo recente. Houve sina tentativa, anos atrás, no sentido de incorporar o trabalho das mulheres nas construtoras, mas a própria natureza dessa indústria, ao oferecer riscos frequentes, além do peso e da insalubridade das tarefas, ao lado das restrições da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), acabou reduzindo a participação produtiva feminina.(Nair Heloisa Bicalho de Souza *in* Brasilmar Ferreira Nunes, 1997, p. 154-155)

Na entrevista que realizei com minha avó, ela também falou sobre a dificuldade do emprego de carteira assinada, ela trabalhou como diarista e algum tempo depois também auxiliou no plantio dos gramados e áreas verdes do centro da capital federal. Acerca do trabalho como diarista, ela descreve: “Naquele tempo, as patroas não davam muito valor à empregada, não. Elas tratavam empregada quase que igual o escravo.” e segue o relato:

(...)trabalhei lá plantando grama, rastelando, plantando grama. Eu saia cortando as gramas e a gente ia rastelando, botando no saco pra o lixeiro levar. Era desse jeito. Aí quando não era assim, era naquelas árvores que tinha, caia aquelas folhas, a gente saia rastelar(...) Aí veio o fiscal conversar comigo e falou... Eu falei pra ele assim, ah, por que vocês plantam essas árvores que não dão fruto? Por que a gente não planta árvores que dão fruto? Pé de abacate, pé de manga, pé de coco, tem aquele coqueiro lá do Prédio Palácio do Buriti...Aquelas mangas que tem lá? Foi nessa época que a gente plantava lá. Era uma maior luta(...) A firma era IPAO, eles não *fichavam* carteira. Como era o nome da firma? IPAO (...) Não fechava nada. Era firma particular, sabe? Não era fichada(...) Tinha os

documentos ali pra me fechar e eu não conseguia fichar. Aí eu também saí de lá.(Entrevista com Geralda Alves de Souza, 2025.)

Apesar de imprescindível, a participação das mulheres na construção foi invisibilizada de diversas formas na historiografia oficial, entretanto, há alguns trabalhos que não estão em consonância com esse silenciamento, a exemplo de Elvira Barney (2001), no livro memorialístico *Mulheres Pioneiras de Brasília*; da historiadora Nancy Magalhães (2005) no livro *Mulheres presentes na História de Brasília: direito à vida*; o livro, intitulado *Poeira e batom no Planalto Central – 50 mulheres na construção de Brasília* de Tânia Fontenele (2011) e o trabalho da socióloga Nanah Vieira, no artigo *A mulher candanga e a consolidação da nova capital* (2007).

No que se diz respeito à participação de mulheres negras, há uma escassez de registros oficiais, entretanto, a partir de alguns relatos é possível constatar que a participação das mulheres negras na construção da capital foi maior do que se destaca na historiografia oficial, a exemplo das quilombolas do Mesquita, que ocupavam o território onde seria construída a capital muito antes da chegada dos/as primeiros/as trabalhadores/as, onde contribuíram essencialmente no período em que se formavam os canteiros de obras:

As mulheres quilombolas também tiveram papéis relevantes no processo. Muitas se responsabilizaram pelas hortas e assumiram a agronomia na comunidade para que os homens cuidassem das jornadas onde eram transportados mantimentos até os núcleos de obras. Outras preparavam os alimentos e zelavam dos espaços onde eram servidos aos operários. (Neres, 2016, p.67 *apud* Deborah Silva Santos, 2021, p. 223)

A participação das mulheres quilombolas nos primórdios da construção da capital não recebeu o devido destaque pela mídia da época. Em sua tese de doutorado intitulada *Nós também fazemos parte desta história: memórias de mulheres negras em Brasília*, Elna Dias Cardoso (2018) analisa minuciosamente os jornais e outros periódicos que circulavam em Brasília, e observa que:

Observa-se que nos textos jornalísticos as mulheres não adquiriram tanto espaço, principalmente as mulheres negras. Uma das possibilidades para tal fato está descrito no Diário da Noite de 23 de setembro de 1959 que expõe a legenda: “São quase todas brancas as poucas mulheres de Brasília”. Utilizando-se do Censo de 1959,

expõe-se que a população de Brasília duplicou no período de três anos, sendo que no final de 1956 eram seis mil habitantes e em maio de 1959 já apresentava 64.314 homens e 21.982 mulheres.(Elna Dias Cardoso, 2018, p. 61)

Antes da inauguração da capital, foi realizado um *Censo Experimental* para aferir a população que constituía a cidade de Brasília e seus arredores. Havia uma hipótese no censo de que Brasília possuía uma maior quantidade de famílias brancas radicadas. (Elna Dias Cardoso, 2018, p. 47 - 48) Entretanto, nas cidades satélites que já se formavam, a exemplo do Núcleo Bananal, a maioria da população era constituída de pessoas negras. (Elna Dias Cardoso, 2018, p. 49)

As manchetes jornalísticas da época muitas vezes enquadravam as mulheres utilizando como base conceitos estéticos como a matéria “moça bonita nos canteiros de obras” que contava a história de Eleonora Quadros, mineira, nascida no Rio de Janeiro e proprietária de uma empresa de terraplanagem que causou comoção ao declarar seu “amor pelo sertão” e desvincular sua imagem das projeções que se tinham para as mulheres da época, de que seus objetivos deveriam ser inteiramente voltados para o casamento. Sendo também a primeira mulher a receber publicamente a denominação de “pioneira”, termo amplamente utilizado para designar os exploradores do território da nova capital.

É inegável que as mulheres eram imprescindíveis na construção da capital. É evidente também que havia diversidade nas funções de trabalho dentre essas mulheres. No *Correio da Manhã* é noticiado que as mulheres seriam trocadoras de ônibus na cidade (Elna Dias Cardoso, 2018, p. 76). Havia entretanto algumas mulheres “invisíveis” a exemplo das trabalhadoras que possuíam o trabalho doméstico ou de lavadeiras como ofício.

Elna Dias Cardoso (2018) salienta ainda que:

Nesta reflexão, observa-se que o lugar atribuído às mulheres brancas nos jornais geralmente é demarcado pelas atividades que são por elas desenvolvidas, que é o de “ajuda”, cuidados, enquanto das mulheres negras está associada a “prestação de serviços”. Os apontamentos são produtos de um discurso que construiu o homem como figura central. Ao compor as imagens e narrativas das mulheres negras buscando compreender a vivência desses agentes históricos no cenário de construção de Brasília(...)(Elna Dias Cardoso, 2018, p.76)

A disparidade racial entre as poucas mulheres presentes nos registros da história da construção de Brasília provoca questionamentos profundos acerca, não somente da divisão de trabalho, mas também das condições de vida dessas mulheres. Levando em consideração as desigualdades nas condições de moradia que foram apresentadas no início deste tópico, é possível compreender que as condições de trabalho das mulheres negras na capital eram atravessadas por sua condição de moradia. O ofício de lavadeira, por exemplo, aparece constantemente nas matérias jornalísticas da época, evidenciando as precariedades presentes na vida das mulheres negras. “De acordo com o referido jornal, em todas as tardes era possível encontrar mulheres e crianças no córrego do IAPI realizando esse trabalho.(de lavadeira)”(p. 69) Ainda acerca das especificidades das mulheres negras, Elna Dias Cardoso (2018) aponta:

Se pensarmos essas questões no contexto da construção de Brasília (1956-1960), período em que a concepção de trabalho doméstico era parte da condição da mulher, e que a busca por uma atividade que gerasse renda fazia parte da condição da mulher pobre, compreenderemos melhor as notícias dos jornais do período em Brasília, que expõem o contexto no qual se encontravam as mulheres negras: morando, em sua maioria, nas áreas mais pobres da capital e lavando roupas à margem do lago.(Elna Dias Cardoso, 2018, p. 91)

Ao analisarmos o contexto das mulheres negras tendo como base suas condições de trabalho é possível cair em um lugar de estereotipificação, porém, ao levarmos em consideração as suas múltiplas formas de existência, é possível compreender que, em determinado contexto, as experiências das mulheres negras descritas nos periódicos, podem ser consideradas como ações que sinalizam para a noção de resistência, no sentido de sobrevivência do cotidiano da mulher negra, pobre e migrante (Elna Dias Cardoso, 2018, p. 97)

Resistir e sobreviver em meio à precarização imposta pelas condições sociais é quase uma máxima no que se diz respeito à vida das mulheres negras. É importante salientar que ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de dupla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. (Lélia Gonzalez, 2020, p. 58) Ao analisarmos as condições de vida das mulheres negras na época da construção de

Brasília, é possível perceber que há um silenciamento acerca de suas trajetórias e memórias, e quando são mencionadas em algum registro oficial, essas mulheres são lembradas apenas por conta de seu trabalho:

Nos jornais, assim como na literatura que aborda a história de Brasília, as mulheres negras, as lavadeiras aparecem em pouquíssimos momentos. Constrói-se uma invisibilidade a respeito das vivências dessas mulheres. Como as operárias descritas por Elisabeth Souza-Lobo (2011), são visíveis apenas como objetos especiais amparadas por lentes de aumento, mas invisíveis quando se analisa a história da capital federal. (Lélia Gonzalez, 2020, p. 98)

A construção da invisibilidade da mulher negra em Brasília, descrita por Elna Dias Cardoso (2018), se dá através de um processo de violência que antecede a história da construção da capital, e se enraíza na estrutura social. Compreender as bases dessa estrutura nos permite ampliar o nosso olhar para além das lentes de aumento supracitadas. As estruturas de dominação que se cristalizaram ao longo dos processos históricos da sociedade brasileira são sustentadas pela manutenção dos privilégios da classe dominante e se perpetuam através, principalmente, das relações de trabalho. A mulher negra, se vê ocupando espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. (Beatriz Nascimento, 2021. p. 58) E quando não trabalha como doméstica, ou lavadeira, encontramos essas mulheres atuando na prestação de serviços de baixa remuneração, sob a denominação genérica de “servente” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 59).

Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima, que a essas sobrevivências ou esses resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados. (Beatriz Nascimento, 2021, p. 58)

A perpetuação da marginalização e silenciamento impostos às mulheres negras na sociedade brasileira afetam diretamente no delineamento de uma história das mulheres negras na construção da capital. O que encontramos na historiografia oficial, na literatura e nos periódicos são apenas vestígios da presença dessa

população que apesar de invisibilizada contribuiu significativamente e de diversas maneiras para a construção da “capital da esperança”. A exemplo de minha avó que trabalhou nas cozinhas improvisadas, nos canteiros de obras, no auxílio ao plantio dos gramados do centro da capital, na limpeza das casas das famílias abastadas e lavando roupas das mesmas famílias na beira do lago, é inegável e incontestável a participação de mulheres negras como Dona Geralda para a construção da cidade de Brasília. E a colonialidade é a mantenedora principal desse silêncio ensurdecedor.

Na contramão do silenciamento explícito nos registros oficiais temos memórias e narrativas de resistência. Essas memórias que sofreram tentativas de silenciamento permanecem vivas, portanto, é possível recorrer às mulheres que são fontes vivas dessas histórias como forma de recuperar essa memória propositalmente editada em nome dos interesses de uma minoria branca e privilegiada. (Débora Pereira, 2019, p. 11) Algumas dessas narrativas estão registradas no Arquivo Público do Distrito Federal, e foram coletadas através do programa de história oral, no entanto permanecem ocultas em instituições públicas de preservação da memória coletiva, como é o caso dos museus públicos do Distrito Federal.

2.2 – A colonialidade como regra: mulheres negras nas exposições de longa duração dos museus públicos do Distrito Federal

As relações raciais e de gênero que atravessam a existência de mulheres negras provocam violências que estão para além do racismo inegavelmente presente na sociedade brasileira. Estão além porque moram na subjetividade e se enraízam em todas as esferas das instituições públicas e privadas. A colonialidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023) como regra, imposta em todas essas esferas, acarreta na marginalização, invisibilização e estereotipificação das mulheres negras e diversos outros grupos que não se enquadram nos padrões sociais. Acerca das condições da existência negra no Brasil, Beatriz Nascimento (2021) discorre:

Entretanto, nós, os negros, vamos acompanhando esse poço de contradições e esse emaranhado de sutilezas com uma visão bastante cética. Lá se vão noventa anos de abolição da escravatura, e não consta que os imigrantes que vieram nos substituir na lavoura cafeeira estivessem mais aptos a entrar numa sociedade capitalista (que ainda não se tinha formado por volta de 1930) do que nós. Por meio de que milagre sua situação social ficou melhor que a nossa? Se somos parte integrante de uma democracia racial, por que nossas oportunidades sociais são mínimas em comparação com os brancos? A resposta nos parece clara, embora discorrer sobre os fatores que nos levaram a isso constitua ainda hoje um tabu, e (o mais sério) esbarramos com um total despreparo para enfrentar os problemas advindos da prática da discriminação. Despreparo cuja origem está principalmente na falta de oportunidades no terreno da educação, o que reduz nossa capacidade de organização em torno do objetivo comum. Essa impotência parece legitimar a crença num sistema de relações raciais pacífico reforçando a ideologia de "democracia racial". (Beatriz Nascimento, 2021, p. 66)

O despreparo para enfrentar problemas advindos da prática da discriminação mencionado pela autora, é a barreira principal quando se trata da representação das memórias e narrativas negras nas instituições públicas de informação. Está para além do denominado "racismo institucional" porque se manifesta enquanto uma ausência de estratégias para compensar os anos de práticas discriminatórias que são normalizadas nessas instituições. Apesar dos escritos da autora terem sido realizados em meados dos anos 80³¹, a sua reflexão ainda é válida nos dias atuais, tendo em vista que o racismo é ainda encarado como um tabu. Enquanto estudante negro de uma Universidade Federal, enfrentei inúmeras violências subjetivas e algumas escancaradas, como o caso citado no capítulo anterior, da colega que insistiu em deslegitimar minha fala e, apontou em seu discurso que eu estava criando "guetos" ao buscar por representação igualitária dentro de espaços de informação. Esse é um exemplo do pensamento da imensa parcela da população que insiste em acreditar na democracia racial brasileira. Acerca desse mito, Lélia Gonzalez (2020) aponta:

Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas. Numa dimensão consciente, ele reproduz

³¹ A citação está datada em um período mais recente por ser retirada de um livro de compilação de textos da autora que faleceu em 1995.

aquilo que os brancos dizem entre si a respeito dos negros e constitui um amplo repertório de expressões populares pontuadas por imagens negativas dos negros: "Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão"; "O preto, quando não suja na entrada, suja na saída"; "Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar" etc. Essa última expressão aponta para o segundo nível em que atuam os mecanismos do branqueamento: um nível mais inconsciente que corresponde aos papéis e lugares estereotipados atribuídos a um homem ou mulher negros. Assim, ele (ou ela) é representado como um trabalhador braçal, não qualificado, ou como alguém que conseguiu ascender socialmente, mas sempre pelos canais de mobilidade social considerados adequados para ele ou ela. Imagens positivas são aquelas em que os negros desempenham papéis sociais a eles atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor de música popular, jogador de futebol, mulata. Em todas essas imagens, há um elemento comum: a pessoa negra é vista como um objeto de entretenimento. Essa tipificação cultural dos negros também assinala outro elemento comum condensado em atributos corporais: força/resistência física, ritmo/ sexualidade. Não é preciso dizer aqui que o homem ou mulher negros que não se adequam a esses parâmetros são rejeitados pelo estereótipo. (Lélia Gonzalez, 2020, p. 169 - 170)

A autora apresenta algumas expressões populares carregadas de estereótipos raciais, utilizadas ainda até os dias atuais, que habitam em um nível consciente e inconsciente, essas expressões são traços de colonialidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023) que perduram nos imaginários, um desses traços está relacionado à criação e reforço de estereótipos sobre os corpos negros, estereótipos que afetam diretamente e especificamente as mulheres negras e que estão visíveis e reafirmados em diversas instituições de difusão e preservação da informação na esfera pública. Ao analisarmos os vestígios da presença das mulheres negras nas exposições de museus públicos brasileiros, é possível observar que esses estereótipos se apresentam nos dois níveis de consciência apontados pela autora, é a manifestação do racismo à brasileira.

Para tentar compreender, como estão representadas as mulheres negras nos museus públicos do DF, devemos, portanto, compreender também a situação das mulheres negras nos museus públicos brasileiros (Deborah Santos, 2014; Silvia Pantoja, 2022; Joana Flores, 2015). A alarmante situação de silenciamento, estereotipificação e marginalização das mulheres negras nos museus brasileiros reflete a realidade social deste grupo, aponta a permanência de estereótipos em

níveis conscientes e inconscientes e se mostra como parte da herança colonial. Esta situação se manifesta também nas exposições de longa duração dos museus públicos do DF, como veremos a seguir.

Os museus públicos do Distrito Federal, de acordo com pesquisa realizada na plataforma MuseusBR totalizam 16³², entretanto, destaco apenas 10 dentre os museus públicos do DF(Quadro 1), considerando que estes trabalham com temáticas relacionadas à história da construção da cidade. A gestão desses museus se caracteriza como uma problemática que chama a atenção por suas mudanças advindas de interesses políticos. A pesquisa de Amanda Costa Soares (2019), um estudo de caso sobre o Sistema de Museus do Distrito Federal, revelou que:

A pesquisa sobre o processo de consolidação do SIM/DF demonstrou uma série de atividades que já vinham sendo realizadas, chegando a acontecer dois Fóruns de Museus do Distrito Federal. As resoluções desses fóruns devem possuir informações agregadoras, mas infelizmente não estão no processo consultado e não são de fácil acesso, apesar das diversas tentativas de obtenção das informações. Em seu primeiro ano de funcionamento, o SIM/DF teve capilaridade suficiente para realizar sua auto-organização, dar início a construção de ferramentas importantes como o cadastro de museus e a oferta de capacitação para a realização do Plano Museológico, estabelecido em lei, dos museus do Distrito Federal. Essas conquistas parecem ter sido interrompidas pelos mesmos motivos apresentados por outros sistemas, dificuldade de organicidade e esvaziamento do sistema.(Amanda Costa Soares, 2019, p. 87)

Quadro 1 - Principais Museus Públicos do DF, 2024.

Nome do Museu	Ano de criação	Vinculação	Tipologia
Museu do Catetinho	1956	Secretaria de Cultura do DF	Histórico
Museu da Cidade	1960	Centro Cultural 3 Poderes	Histórico
Museu de Valores	1972	Banco Central do Brasil	Numismático
Museu Histórico e	1974	Secretaria de	Histórico

³² Pesquisa realizada no site MuseusBR através da aplicação de 4 filtros, sendo: Estado; Status Aberto e Esfera Administrativa Pública Federal e Distrital.

Artístico de Planaltina		Cultura do DF	
Museu de Arte de Brasília (MAB)	1985	Secretaria de Cultura do DF	Arte Moderna e Contemporânea
Memorial dos Povos Indígenas	1987	Secretaria de Cultura do DF	Etnográfico
Museu Vivo da Memória Candanga	1990	Secretaria de Cultura do DF	Histórico
Espaço Lúcio Costa	1992	Secretaria de Cultura do DF	Arquitetônico e Histórico
Espaço Cultural Renato Russo	1993	Secretaria de Cultura do DF	Cultural e Artístico
Museu Nacional da República	2006	Secretaria de Cultura do DF	Arte Contemporânea

Fontes: Sites da Secretaria de Cultura do DF; Banco Central do Brasil; Governo do Distrito Federal; Fundação dos Museus do DF. Autoria: Layó Pereira, 2024.

Acerca dessa ausência de organicidade e esvaziamento do sistema, é possível inferir que se dá por conta da má gestão desses museus. Ao analisarmos os museus públicos do DF devemos levar em consideração que, apesar das tentativas de criação de um Sistema de Museus, a deficiência na gestão de cada um desses museus, em particular, pode ser um fator determinante para a precarização desses espaços. Apesar da regulamentação da profissão de museólogo/a e da criação do curso de Museologia da Universidade de Brasília, há ainda uma defasagem de profissionais museólogos/as na gestão de Museus no Distrito Federal. Águeda Macias de Oliveira (2016) detalhou como foram os processos de criação e gestão dos museus a partir da pesquisa documental realizada na Secretaria de Cultura, um dos principais órgãos responsáveis por gestão de museus públicos do DF, e apontou:

A distância entre os museus distritais e as tendências de gestão é tamanha que a ausência de estrutura de cargos dentro dos museus impediu tanto o desenvolvimento de gerências curatoriais quanto das funcionais. Outra consequência da inexistência de quadros de cargos nos museus é a falta de museólogos nas equipes, mesmo com a profissão tendo sido regulamentada em 1984. (Águeda Macias de Oliveira, 2016, p. 69)

O problema do silenciamento de determinados grupos nos museus públicos do DF, entretanto, não está somente na provável falta de ações museológicas de aquisição, pesquisa, preservação, comunicação e educação, deve estar para além da escassez de profissionais de Museologia nas instituições, ou da ausência de gestão em rede, o problema está mais enraizado do que é possível imaginar pois está imbricado nas relações de poder associadas ao projeto da colonialidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023). A fim de compreendermos, portanto, como estão representadas as mulheres negras nesses museus, é necessário compreender que o projeto da colonialidade, que exclui sistematicamente essa população desses espaços, é também o que mantém essa exclusão através de inúmeras práticas ou ausências.

As pesquisas voltadas para a análise da presença das mulheres negras nos museus do Distrito Federal, infelizmente, são escassas. Realizei em 2018 um artigo de Iniciação Científica onde apontei o epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005) através do silenciamento presente na exposição *Poeira, lona e concreto* do Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC e mais tarde em 2021 continuei a pesquisar na mesma exposição. Tanto em 2018 quanto agora em 2025 não foi possível recuperar, ao menos na base de monografias da Universidade de Brasília - UnB, nenhum outro trabalho além do meu, que tratasse especificamente da presença das mulheres negras nos museus públicos do DF. Temos, entretanto, o trabalho de Julia Carrari (2014) que trata da presença negra na exposição de longa duração do Museu Vivo da Memória Candanga. Ao analisar a presença negra nesse museu público, a autora concluiu que:

O que se observou é que aos olhos de qualquer um, o MVMC possui sim negros em sua exposição, é possível vê-los em fotos, trabalhando nas construções, aparecem em sua maioria como os ditos candangos. Mas suas memórias e suas histórias não se encontram na exposição "Poeira, Lona e Concreto". Os candangos, apesar de estar no nome da instituição, são representados a partir da perspectiva dos pioneiros. A sua identificação no espaço está sujeita ao seu papel anônimo, não são mulheres, negros ou nordestinos, não possuem identificação própria, apenas atendem pelo nome que os massifica, os iguala e os torna homogêneos. Não se leva em consideração suas origens, sua cultura, sua identidade, mesmo

sabendo que eles são provenientes de vários locais do Brasil, país de grande diversidade cultural. Tal como é colocado no discurso expositivo, os negros são invisíveis na história da construção de Brasília e da formação do DF. (Julia Carrari, 2014, p. 55-56)

A homogeneização das memórias e narrativas da população negra em instituições de preservação e difusão do conhecimento como é o caso dos museus públicos do DF faz parte de uma herança colonial. É fruto do despreparo para enfrentar os efeitos advindos das práticas de discriminação supracitado por Beatriz Nascimento (2021). Uma exposição de longa duração de um dos museus públicos mais importantes para retratar a história da capital, que permanece com um discurso que ignora as memórias e narrativas de um grupo que constitui a maior parcela da população do território, é um exemplo alarmante da necessidade de reparação.

A ausência de pesquisas que se voltem para compreender como estão representados outros grupos dessas maiorias minorizadas (Richard Santos, 2020), a exemplo das mulheres negras, é um dado extremamente relevante para compreendermos a realidade da representação desses grupos nos espaços destinados à informação, este dado se torna mais um traço da expressão da colonialidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023).

Por trás da aparente neutralidade, o museu tem participação nos processos de dominação e na representação do Estado-nação sobre si mesmo. O poder do museu não se apoia exclusivamente em taxas de visitação ou prestígio; apoia-se também na transformação de quadros e objetos em símbolos da glória nacional e da riqueza da nação. Esses objetos, elevados ao status de ícones de uma civilização "superior", estampados infinitamente em livros didáticos, selos, louças, cartões-postais, calendários etc., tornaram-se inseparáveis da narrativa ocidental. As pessoas vão ao museu para se cultivar não apenas numa história eurocentrada da arte, mas também numa disciplina da visão e do corpo. O museu é visitado em silêncio, com o recolhimento próprio de certa concepção da recepção da beleza conveniente à cultura burguesa. O museu é também um centro comercial, um local importante de turismo, um espaço de hierarquia social, de gênero e raça, no qual a norma é a propriedade privada e nacional. (Françoise Vergès, 2023, p. 83)

O Museu Vivo Da Memória Candanga possui em seu título uma proposta de representar a memória candanga, ou seja, a memória das pessoas que construíram

com suas próprias mãos a capital federal, por trás de toda sua neutralidade esconde a perpetuação da colonialidade, que engrandecem símbolos da “glória” regional e nacional e apequenam todas as outras histórias que poderiam contribuir significativamente para elevação da autoestima e sentimento de pertencimento da população candanga. O museu então se apresenta enquanto um espaço de hierarquia social, como citado por Françoise Vergès (2023).

Já o Museu do Catetinho, fundado em 10 de novembro de 1956, passou por reformulações recentes que incluíram em um de seus módulos, a participação da população do Quilombo Mesquita para a construção da capital. A exposição *Catetinho: a flama inspiradora* inaugurada em Abril de 2022 tem como objetivo “repensar o Museu do Catetinho, transformando-o em um espaço que fortaleça os valores históricos e de memória associados ao local” (Artani da Silva Pedrosa, 2023, p. 113) e foi realizada através de uma extensa pesquisa de mestrado acadêmico de Artani da Silva Pedrosa (2023) que aponta:

Na sala que aborda os trabalhadores (Figura 62), destacam-se não apenas os operários que vieram da região sudeste, especificamente da empresa Fertisa, mas também os trabalhadores da comunidade tradicional Quilombo Mesquita em Luziânia, Goiás. Os quilombolas desempenharam um papel fundamental como a força de trabalho inicial na construção não apenas da residência presidencial provisória, mas também das primeiras cantinas, hospedarias, refeitórios e escritórios na Cidade Livre. Além disso, eles foram responsáveis por garantir a subsistência dos novos moradores, fornecendo frutas, verduras, carnes, leite e doces, como mencionado na visita da comitiva de Portugal em 1957, conforme documentado por Souza (2012). Neste ponto, é relevante ressaltar a localização do Quilombo Mesquita, que está demarcado no mapa do novo Distrito Federal. (Artani da Silva Pedrosa, 2023, p. 116)

Há alguns vestígios de exposições que tratam de questões pertinentes aos grupos constantemente silenciados pela colonialidade, entretanto, muitas dessas exposições são de curta duração e estão fora dos museus do DF. Outra problemática que se pode apontar é relacionada à ausência das mulheres nessas exposições. A exposição, recentemente inaugurada no Museu do Catetinho, por exemplo, apesar de apresentar as pessoas do Quilombo Mesquita, destaca somente a participação dos quilombolas responsáveis pela construção do Palácio de Madeira

de JK, não há nenhuma menção quanto à inegável participação das mulheres do quilombo para a garantia da “subsistência dos novos moradores”.

As exposições presentes nos museus públicos do DF que destacam a participação dos denominados “Candangos” quase sempre esquecem-se de destacar a participação das mulheres na construção da capital. A exemplo das fundadoras do Quilombo Mesquita que foram esquecidas na exposição reformulada do Museu do Catetinho. Nas exposições fala-se muito dos candangos que construíram a cidade, porém pouco se menciona sobre as candangas que contribuíram significativamente para erguer e manter a “capital da esperança”.

Além das exposições que serão analisadas mais adiante neste trabalho; temos outras que ressaltam a presença das mulheres na construção de Brasília mas que estão fora dos Museus, como *Mulheres: Violência e Cotidiano na Construção de Brasília*, com a curadoria de Cristiane Portela e Guilherme França, que esteve em cartaz em 2012 no Arquivo Público do DF ou a exposição *Memórias Femininas na Construção de Brasília*, de 2013 com curadoria de Tânia Fontenele que foi apresentada no Museu Correios. Acerca dessas exposições:

O projeto Poeira & Batom no Planalto Central - 50 Mulheres na Construção de Brasília, de 2010, foi um dos marcos na questão de gênero na história da construção de Brasília. O projeto Memórias Femininas na Construção de Brasília, de 2013, nasce como um aprofundamento das suas pesquisas. Ambos os projetos obtiveram o apoio efetivo do Arquivo Público, enquanto órgão que preserva e dá acesso a suas fontes primárias. (Gustavo Chauvet, 2013, p. 55)

É imprescindível ressaltar que essas exposições, em sua maioria, contam com pesquisas realizadas no Arquivo Público do DF, que se constitui enquanto uma importante fonte primária para pesquisas acerca da história e memória do DF. O ArPDF, além de seu acervo fotográfico e digital, e seus fundos privados e públicos, também possui um Programa Permanente de História Oral que conta com catálogos subdivididos em temáticas e que trazem também a história da formação das regiões administrativas, ou cidades satélites do Distrito Federal.

A maioria dos museus públicos do Distrito Federal adota a tipologia de museus históricos, o que implica diretamente na forma como a narrativa expográfica

é conduzida. Em grande parte das exposições a história de Brasília é contada a partir da perspectiva dos "pioneiros", privilegiando figuras como Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer e os engenheiros que projetaram a cidade, enquanto os/as candangos/as são frequentemente retratados de maneira superficial, como um grupo homogêneo e indistinto. Essa abordagem reforça uma leitura historiográfica que marginaliza e ignora sistematicamente a multiplicidade de narrativas dos/as trabalhadores e trabalhadoras que vieram construir a capital. Os candangos e candangas são grupos compostos por pessoas de diferentes origens, porém não são tratados em sua pluralidade nas exposições de longa duração nos museus históricos do DF e, quando mencionados, são reduzidos a uma categoria universal que apaga as especificidades de suas narrativas, memórias, e contribuições para a construção de Brasília.

As exposições que tratam da presença de mulheres negras ou não, oriundas do acervo do arquivo público do Distrito Federal possuem uma curadoria realizada por mulheres, ou por pessoas negras. Não há, até o presente momento, nenhuma perspectiva de que alguma dessas exposições tornem-se exposições de longa duração dos museus públicos do DF. Através dessa reflexão é possível intuir que não é por ausência de conteúdo e realização de pesquisas que as memórias e narrativas de mulheres negras estão fora dos museus públicos do DF, e sim por uma manutenção das práticas de dominação que, sistematicamente, insistem em excluir, marginalizar e estereotipar as narrativas dessa e de outras populações.

2.3 – Epistemicídio nas exposições “Poeira, lona e concreto” e “A importância da mulher pioneira na construção da nova capital” no Museu Vivo da Memória Candanga

Em 26 de abril de 1990, foi inaugurado o Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC, com um acervo composto por cinco coleções principais. Entre elas, destaca-se a coleção do fotógrafo Mário Fontenelle, que inclui fotografias e equipamentos relacionados ao período da construção de Brasília. Outra coleção reúne equipamentos, mobiliário e utensílios do icônico Brasília Palace Hotel. Há também a coleção originada do primeiro projeto nacional que integrou artesãos e

designers, denominado Artesanato Renovado, além de uma coleção de arte popular do Museu de Arte de Brasília (MAB), que apresenta modos de fazer e obras de artistas da região Centro-Oeste. Por fim, o museu abriga a coleção do fotógrafo Joaquim Paiva, doada pela Caixa Econômica Federal, e possui ainda diversos materiais doados pela comunidade local (Luciana de Maya Ricardo, 2017, p. 52).

Figura 7 - Museu Vivo da Memória Candanga, entrada da exposição de longa duração.



Foto: Layó Pereira, 2024.

A imagem anterior é uma fotografia de uma das entradas da exposição de longa duração do Museu Vivo da Memória Candanga, com um banner contendo o nome do museu e três fotografias de detalhes das casinhas de madeira que compõem sua estrutura.

A data de criação do MVMC coincide com o aniversário de 30 anos da capital federal. Antes de abrigar o MVMC, no mesmo território, algumas décadas antes, foi inaugurado, precisamente em 6 de julho de 1957, o primeiro hospital provisório sob a responsabilidade do IAPI, que levava o nome de Juscelino Kubitschek. O hospital que também possuía abrigo para suas/seus trabalhadoras/es era inicialmente temporário e por isso foi desativado em 1966. De 1966 a 1973 funcionou como posto de saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. A

desativação fez com que a estrutura das casinhas, como são popularmente conhecidas, se tornasse cada vez mais sensível à ação do tempo. O governo tinha a intenção de pôr abaixo toda a estrutura do antigo hospital de campanha. O complexo arquitetônico onde foi construído o hospital passou a ser reconhecido como Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, tombado pelo Decreto nº 9.036 de 13 de novembro de 1985. (Débora Pereira, 2021, p. 34)

Em pesquisa realizada por Anaxímenes Vale Santos (2004) a pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN a autora relata que:

Assim, este primeiro hospital e os primeiros médicos serviram: não só à comunidade própria do IAPL mas a um contingente muito maior.. inclusive pela sua localização na tangência entre a cidade em construção e a "Cidade Livre" - hoje cidade satélite do Núcleo Bandeirante - que foi o core urbano pleno e palpitante nos primeiros dias e anos da construção. Onde temos: outros "núcleos bandeirantes" (ou bandeiristas.. na história do Brasil e no patrimônio cultural brasileiro? Temos por exemplo a "Cruz de Anhangüera" às margens do Rio Vermelho na antiga capital de Goiás, temos outros marcos e - aldeias por onde passaram os bandeirantes nas terras de São Paulo, de Minas, e do próprio Centro-Oeste. Se estes referenciais históricos, o IPHAN os tem todos tombados, protegidos; e na medida do possível restaurados e integrados à vida contemporânea de suas respectivas coletividades urbanas ou não, qual trato dar ao núcleo bandeirante da nova capital patrimônio histórico e artístico nacional e mundial O mesmo trato, a mesma proteção: o tombamento do Hospital HJKO e do acervo do Museu Vivo da Memória Candanga impõe-se e justifica-se pela sua importância histórica, cultural, social, e até didática no que diz respeito à História ali contada como se poderá ver pouco mais adiante neste dossiê. Antigo "Hospital do IAPI", a saúde propriamente dita do metabolismo da chamada "Cidade Livre". Não bastasse o valor histórico e correlato, há ainda a considerar o valor arquitetônico, dentro de sua singeleza enquanto belo representante de arquitetura datada e contextualizada naqueles anos da construção de Brasília. (IPHAN, 2005, p. 11)

Havia, no entanto, uma comunidade de acampamentos nas proximidades de onde fica localizado o MVMC hoje, esses acampamentos estavam destinados a desaparecer após a inauguração da capital, entretanto, houve intensa mobilização dos/as moradores/as exigindo a fixação e urbanização dos seus territórios. Próximo ao território do antigo hospital também surgiu uma série de ocupações irregulares que ficou conhecida como "invasão do IAPI". (Karoline Pacheco dos Santos, 2025, p. 228).

Em algumas bibliografias o MVMC parece ter sido fundado com o objetivo de caminhar na contramão da perspectiva histórica que prioriza as memórias dos ditos pioneiros, como no caso do Museu do Catetinho e Espaço Lúcio Costa. De acordo com Daniela Pereira Barbosa (2021):

O Museu Vivo da Memória Candanga foi fundado com a missão de preservar e difundir a memória e a cultura dos operários que trabalharam na construção de Brasília. O acervo do museu, contudo, reforça a imagem do operário como herói anônimo da construção da cidade, tendo como suporte a visão idealizada que havia sido impulsionada pelo Governo JK. Isso fica evidente pela escolha de um trecho do pronunciamento de Juscelino Kubitschek na ocasião da inauguração de Brasília para abrir a exposição permanente do Museu. (Daniela Pereira Barbosa, 2021, p. 210)

Acerca do discurso que inicia a exposição, a autora aponta ainda que “reforça uma imagem positiva do candango e sugere a união entre os operários e a classe política durante a construção de Brasília” e que o então presidente, Juscelino Kubitschek, ao definir a si mesmo enquanto candango, havia dito que “um dia alguém fixará no papel a nossa vida de ‘candango’” (Daniela Pereira Barbosa, 2021, p. 210) A memória candanga presente no museu gera, de acordo com Maria Cecília Gabriele (2012) uma forte carga emotiva, tendo em vista que a autora observa que todos os envolvidos no processo de recuperação de sua história, “mesmo sem conhecer algum protagonista, sentem-se emocionados com o tema” e se comovem com a coragem que os primeiros habitantes da cidade tinham de acreditar na capital quando Brasília era ainda poeira, lona e concreto. (Maria Cecília Gabriele, 2012, p. 210)

Antes mesmo de ter uma data para sua inauguração, o Museu Vivo da Memória Candanga já era noticiado. Em reportagem do *Correio Braziliense* da época (Figura 7), Júlio Mosquéra realiza alguns apontamentos acerca da situação dos museus no DF e aponta o argumento da museóloga Célia Corsino que diz “Nos grandes centros, o hábito de ir aos museus começa a ganhar corpo, mas em Brasília, a frequência manteve-se estacionada em números nada entusiasmantes.” Há relatos ainda do impacto desses números em relação aos recursos disponíveis para os Museus. “Sem prestígio junto à comunidade, os museus não conseguem crescer e a própria obtenção de recursos fica prejudicada”, completa a então coordenadora da Secretaria de Cultura.

Figura 8 - Brasiliense não lembra de visitar os museus.



Fonte: Arquivo *Correio Braziliense*, 12 de março de 1990 p.16.

A mesma matéria destaca que o Memorial JK é visitado por uma maioria de turistas. E aponta o Museu Vivo da Memória Candanga como uma alternativa para criar na população um maior interesse em conhecer a história candanga. Acerca disso é necessário destacar também que, de acordo com Daniela Pereira Barbosa (2021) no contexto em que o MVMC foi criado havia aspirações que viam na valorização da memória da construção, um meio de fomentar o turismo no Distrito Federal. (Daniela Pereira Barbosa, 2021, p. 209).

Nesse contexto, é importante destacar os interesses políticos que envolveram o tombamento da área do MVMC. O Museu não foi tombado a pedido da população

que residia ao seu redor, haja vista que, antes mesmo do tombamento do local, havia em curso uma reforma higienista dos arredores do museu, que fica localizado em uma região de entroncamentos importantes, a apenas alguns minutos de distância do centro da capital. A esse respeito, é imprescindível destacar que as questões preservacionistas não eram o objetivo principal da mobilização popular para permanência no território, Karoline Pacheco (2025) aponta:

É preciso destacar que a questão preservacionista não foi preocupação de primeira hora da comunidade do acampamento HJKO; aceitava-se a ideia inicialmente de construir um novo hospital, inclusive necessário para a região, desde que garantida a transferência das famílias para um conjunto habitacional ou um convênio especial com a Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS).¹⁶³ A insegurança habitacional motivou a ação organizativa. A orientação preservacionista em relação às edificações do hospital se conformou já em 1980 em consonância com outras iniciativas locais de recuperação dos chamados remanescentes de acampamentos pioneiros (Iphan, 2016b, p. 21), muitos deles ocupados por décadas por ex- funcionários/as e novos/as moradores/as, como o HJKO, e que passaram a ser considerados pelo governo como ‘favelas’ e áreas de ‘invasão’, logo, suscetíveis as campanhas remocionistas e ameaçados de desaparecimento (Barbosa, 2021, p. 261). Neste período, acampamentos tradicionais das construtoras que operaram em Brasília na década de 1950, como a Vila Planalto e a Vila Metropolitana, estavam diariamente no noticiário que denunciava as péssimas condições de moradia nos locais e a possível remoção das famílias. (Karoline Pacheco, 2025, p. 232 - 233)

O Museu Vivo da Memória Candanga abriga também uma biblioteca que possui um acervo de obras variadas sobre temas como a construção de Brasília, literatura, meio ambiente, artesanato e arte popular. O museu também dispõe de um auditório e uma área externa. Julia Carrari (2014) relatou a existência de um Telecentro, um espaço equipado com computadores para cursos de informática. No entanto, em visita recente ao museu, não foi possível confirmar se o Telecentro ainda está em funcionamento e se é aberto ao público. Há, porém, um novo espaço no museu, destinado ao setor educativo.

Atualmente, o MVMC apresenta, além da exposição permanente "Poeira, Lona e Concreto"; a exposição recém inaugurada "A importância da Mulher Pioneira na Construção da Capital" e a exposição "O cerrado de Pau de Pedro", que destaca o trabalho do artista Pedro de Oliveira Barros, conhecido por esculpir figuras de

animais a partir de árvores do Cerrado. Pedro, que viveu na região e faleceu em 2005, deixou um legado de valorização da cultura local. Além disso, o museu realiza diversas oficinas, como a "Oficina do Saber Fazer", que oferece cursos de formação em cerâmica, papel artesanal, tecelagem, xilogravura, costura e outras técnicas artísticas.

Até 2017, segundo entrevista de Tiago de Paula (2017) com o funcionário Ronaldo Medeiros, eram oferecidas oficinas de cerâmica, tecelagem, xilogravura, madeira, papel e batik, uma técnica tradicional de pintura em tecido (Tiago de Paula, 2017, p. 36). Inicialmente, o museu foi pensado para atender principalmente ao público escolar, sendo este um de seus principais públicos-alvo, incluindo escolas de ensino médio e fundamental. No entanto, o MVMC também recebe visitantes da comunidade em geral, pesquisadores/as e turistas interessados/as na história e cultura de Brasília (Tiago de Paula, 2017, p. 37 *apud* Débora Pereira, 2021, p. 35).

A exposição de longa duração do Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC, intitulada "Poeira, Lona e Concreto"(Figura 8), foi inaugurada junto com o museu em 1990. Na manchete da reportagem da época(Figura 9) pode-se observar que há um destaque para a memória candanga, a reportagem também aponta que a exposição a ser inaugurada apresentava acervo sobre a construção da cidade, contava com utensílios utilizados no antigo hospital. Seu objetivo inicial era narrar a história da construção de Brasília, desde sua concepção até os dias atuais, dividida e inicialmente dividida em dois módulos. No entanto, apenas o primeiro módulo foi efetivamente implementado, e subdividido em mais módulos, este apresenta fotografias e itens do acervo do Brasília Palace Hotel como principais elementos expográficos.

Figura 9 - Poeira, Lona e Concreto.



Foto: Layó Pereira, 2024.

Figura 10 - Memória candanga ganha museu



Fonte: *Correio Brasileiro*, abril de 1990.

A exposição foi originalmente concebida para atender ao público escolar, conforme relatado por Edenise de Souza, uma das funcionárias responsáveis pela reformulação do conteúdo expográfico. De acordo com a ficha técnica, a exposição é composta por doze módulos, predominantemente formados por fotografias, além

de objetos que recriam cenários para ilustrar o contexto da construção da cidade. Esses objetos servem para estabelecer uma conexão mais tangível com as imagens, evocando a atmosfera do período da fundação de Brasília.

Ao longo do tempo, a exposição "Poeira, Lona e Concreto" passou por diversas reformulações, a mais recente em 2022, algumas das quais foram detalhadas por Edenise de Souza e Luciana de Maya Ricardo em entrevistas realizadas por Ingridde Alves (2014), cuja monografia *Exposições e Sentidos: Análise da Exposição 'Poeira, Lona e Concreto' do Museu Vivo da Memória Candanga* documenta tais mudanças. As modificações incluíram a criação de ambientações para proporcionar maior imersão ao público, atualizações das plotagens e aumento do número de fotografias em exibição. Segundo Edenise de Souza, com o tempo, tanto os elementos visuais quanto às informações apresentadas na exposição se tornaram defasados, e a necessidade de reestruturações se fez evidente. Como mencionado por ela, as adaptações são essenciais para garantir que a exposição continue a atrair o interesse das/os visitantes e a transmitir informações de maneira eficaz (Ingridde Alves, 2014, p. 49).

Grande parte das reformulações foi conduzida por Luciana de Maya Ricardo e Edenise de Souza, que, mesmo afastadas da equipe durante um período de mudança governamental, retornaram ao museu e se empenharam em buscar recursos públicos e privados para viabilizar o projeto de reformulação. Essas ações visaram não apenas a preservação da exposição, mas também a atualização e aprimoramento da experiência oferecida aos visitantes. (Débora Pereira, 2021, p. 40)

Ao longo de minha trajetória acadêmica, realizei algumas pesquisas aprofundadas nesta exposição, a primeira quando ainda estava na graduação, no projeto de iniciação científica em 2018, a outra para o trabalho de conclusão de curso, em 2021. Apontarei, portanto, algumas análises que já foram realizadas em trabalhos anteriores, trazendo uma nova leitura utilizando discussões de pesquisas mais recentes.

A exposição de longa duração do MVMC é composta majoritariamente por fotografias, possui também algumas cenografias, objetos e breves textos expográficos. Em minhas pesquisas anteriores pude constatar que o discurso expográfico prioriza a celebração dos ditos heróis da construção de Brasília, dando

destaque para os nomes e as histórias dos ditos pioneiros, a exemplo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Por outro lado, esse discurso homogeniza a participação das pessoas que construíram a cidade e perpetua o anonimato dos ditos candangos. (Julia Carrari, 2014). Em uma das imagens icônicas desta exposição(Figura 10) é possível observar uma mulher negra no centro da imagem, cercada por objetos de cozinha e outros trabalhadores da construção da cidade.

Figura 11 - Esplanada dos Ministérios.



Foto: Mário M. Fontenele, Eixo Monumental, 1959.

A fotografia em questão está localizada acima de uma cenografia de cozinha, representando uma das condições de trabalho e alimentação da época.(Figura 11) Questionei em outros trabalhos acerca da estereotipificação presente nessa escolha expográfica, uma representação que opta por manter as mulheres negras em espaços de trabalho doméstico, ao conectá-las ao ambiente de uma cozinha e a uma posição de subordinação. (Débora Pereira, 2021, p. 58). A mesma imagem possui uma legenda que desumaniza todas as figuras presentes, onde constam apenas o local da fotografia, a data e o nome do fotógrafo.(Figura 12)

Figura 12 - Cenografia da exposição Poeira, Lona e Concreto.



Foto: Layó Pereira, 2024.

Figura 13 - Legenda da Imagem



Foto: Layó Pereira, 2024.

Uma outra fotografia presente na exposição, no entanto, me gerou uma estranha curiosidade, por possuir como figura central uma mulher negra jovem(Figura 3) na época da realização da minha primeira pesquisa, esta imagem me levou ao questionamento que motivou meus estudos mais aprofundados acerca

desta exposição. A mulher na fotografia me lembrou as feições de minha avó, como já mencionei na introdução deste capítulo, que veio para Brasília ainda jovem e realizou diversos serviços durante a época da construção da cidade. A legenda desta fotografia, na pesquisa que realizei em 2018, seguia os mesmos padrões da anterior, constando apenas o local, data e nome do fotógrafo. A ausência de informações presentes na legenda desta fotografia nos leva a questionar sobre o silenciamento presente na exposição. Como apontado por Grada Kilomba(2010) a colonialidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023) produz intencionalmente esse silenciamento, a autora questiona:

Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito Negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? E o que é que o sujeito branco teria que ouvir? (Grada Kilomba, 2010, p. 54)

O questionamento realizado por Grada Kilomba (2010) acerca do silenciamento projetado pela colonialidade contra corpos negros, está em consonância com o pensamento de Sueli Carneiro (2005), que analisa o conceito de epistemicídio enquanto uma perpetuação da colonização que suprimiu conhecimentos através da catequização, escravização e tentativas de genocídio (Andrade Gonçalves, 2021, p. 7-8). À supressão desses conhecimentos dá-se o nome de epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005). Acerca do racismo epistêmico brasileiro:

No Brasil o racismo epistêmico tem sido responsável pela consolidação de campos de saberes altamente hierarquizados, e assim, constrói-se dia após dia campos de saberes nos quais toda uma racionalidade afro-descendente ou negra é ausente, sub-representada ou estereotipada.(Mireile Silva Martins, 2018, p.8)

Ainda acerca das ausências e silenciamentos que envolvem as fotografias dessas mulheres negras, é necessário destacar, principalmente, a inexistência dos nomes dessas mulheres nas legendas das fotografias. Um nome, uma informação tão significativa, que poderia evocar inúmeras percepções para além do que está colocado. É uma ausência constante, entretanto, em acervos e exposições com fotografias de mulheres negras, a esse respeito Saidiya Hartman (2022) discorre:

(...)Se o fotógrafo ou algum jovem assistente no estúdio tivesse registrado o nome dela, eu poderia tê-la encontrado no censo de 1900, ou descoberto se ela alguma vez residiu no Abrigo para Órfãos de Cor, se dançou no palco do Lafayette(...) **Sem um nome, há o risco de que ela nunca escape do esquecimento que é o destino de vidas secundárias** e de que seja condenada àquela pose pelo resto da sua existência, permanecendo como uma figura insignificante anexada à história de um grande homem, relegada ao item número 308, Menina afro-americana, no conjunto de sua vida e obra. Se eu soubesse o nome dela, poderia localizá-la, descobrir se teve irmãos, se a mãe era falecida, se a avó "morava" com uma família branca, se o pai era um vendedor de jornais ou trabalhador diurno, ou se ele havia desaparecido. **Um nome é um luxo que ela não pode se permitir** — outras modelos não são nomeadas, mas podem ser identificadas; ela é a única anônima.(...) Sem um nome, era improvável que um dia eu fosse encontrar essa menina em particular. O importante é que ela representava todas as possibilidades e perigos à espreita de jovens negras nas primeiras décadas do século 20. **Ao ter um nome negado**, ou, talvez, ao recusar a fornecer um, **ela passa a representar todas as outras meninas que seguem pelo seu caminho. O anonimato permite que ela assuma o lugar de todas as outras.** A figura secundária cede ao coro. É ela quem deve suportar toda a dor e a promessa da rebeldia. (Saidiya Hartman, 2022. p. 35-38 *grifos meus*)

Há, também, uma hierarquização de saberes presente na exposição “Poeira, lona e concreto” do MVMC tendo em vista a sub-representatividade da população negra. Visivelmente, além da estereotipificação das mulheres negras, do silenciamento de suas histórias e narrativas, há também uma homogeneização dessas histórias por meio do termo “candango”. A participação das/os candangas/os, porém, é referenciada em um dos textos expositivos, todavia este texto está repleto de termos extremamente problemáticos. transcreverei pois um desses textos:

...começaram a chegar de todos os campos da imensa pátria os trabalhadores: os homens simples e quietos, com pé de raiz, rosto de couro e mãos de pedra, e que, no calcânho, em carro de boi, em lombo de burro, em paus-de-arara, por todas as formas possíveis e imagináveis, começaram a chegar de todos os lados da imensa pátria. Sobretudo do Norte; foram chegando do grande Norte, do Meio Norte e do Nordeste, em suas simples e áspera doçura: foram chegando em grandes levas do grande Leste, da zona da mata, do centro-oeste e do grande Sul; foram chegando em sua mudez cheia de esperança, muitas vezes **deixando para trás mulheres e filhos** a aguardar suas promessas de melhores dias; foram chegando de tantos povoados, tantas cidades da imensa pátria, sobretudo do

Norte; de tanta cidades cujos nomes pareciam cantar saudades a seus ouvidos, dentro dos antigos ritmos da imensa pátria.

Boa viagem! Boca do Acre! Água Branda! Vargem Alta! Amargosa! Xique Xique! Cruz das Almas! Areia Branca! Limoeiro! Afogados! Morenos! Argelim! Tambori! Palmares! Tiberóá! Triunfo! Aurora! Campanário! Águas Belas! Passagem Franca! Bom Conselho! Brumado! Pedra Azul! Diamantina! Capelinha! Capão Bonito! Campinas! Canoinhas! Porto Belo! Passo Fundo! Cruz Alta...

Que foram chegando de todos os lados da imensa pátria

Para construir uma cidade **branca e pura**...

Uma cidade de homens felizes... (Vinícius de Moraes, 1960. grifos meus)

O texto que está localizado no módulo 7, denominado de Candangos inicialmente já apresenta alegações controversas pois invisibiliza as mulheres presentes na construção da capital. Ao longo do texto é possível ver que houve uma tentativa de apresentar a multiplicidade de locais de onde vieram as/os candangas/os, entretanto, ao final, a utilização das palavras “uma cidade branca e pura” retira a significância que poderia estar presente nessa multiplicidade, reduzindo essa participação. É evidente também que as palavras “branca e pura” possuem um simbolismo extremamente problemático pois remetem à ideais coloniais de branqueamento da população, a este exemplo, Lélia Gonzalez (2020) discorre:

Defendendo a política que estimulava a imigração europeia, afirmava que, desse modo, era possível diminuir o "índice de nigrescência de nossa gente, arianizando nosso povo e caminhando para um refinamento cada vez mais apurado da raça, num processo de classificação" Temos aí, num nível muito mais sofisticado de articulação, a representação do papel desempenhado por feitores e capitães do mato no passado. A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa "democracia racial"(Lélia Gonzalez, 2020, p. 33)

A ideologia de branqueamento a qual a autora se refere enquanto pano de fundo dos discursos que exaltam o processo de miscigenação pode estar relacionada ao discurso expositivo apresentado ao longo da exposição de longa duração do MVMC, tendo em vista que evidentemente há uma perpetuação de

discursos excludentes nesta exposição. Analisar as heranças coloniais presentes no discurso desta exposição é de suma importância para compreender também o epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005) presente no discurso expográfico e no silenciamento dessas vozes.

O Museu Vivo da Memória Candanga, talvez como uma forma de amenizar os efeitos deste discurso hegemônico presente em sua exposição principal, inaugurou em 2022, a exposição “A importância da mulher pioneira na construção da capital”(Figura 13) que, como o nome aponta, se propõe a evidenciar as mulheres presentes na época da construção. Essa intenção de amenizar esses efeitos ficou evidente após entrevista realizada com a gerente do museu Eliane Falcão, que aponta:

(...)E já voltando aqui à a segunda exposição, que é a importância da mulher na construção da nova capital, inclusive foi eu que fui a estruturadora, né, quando eu cheguei aqui no museu em 2019, estava muito vazio os espaços, e aí eu fui pesquisando, fui pesquisando e essa exposição um dia já aconteceu, e eu falei assim, não tem porque essa exposição não continuar, aí eu fui fazendo pesquisa, fui vendo os acervos que eu tinha dentro do museu e fui e juntei a equipe e fomos montar essa exposição, que eu acho que é muito importante, que é a valorização da mulher na construção da nova capital, porque assim, você vê muito falando de homens, os pioneiros, você não vê falando das pioneiras, a gente vê muita valorização do homem, então assim, eu acho importante a gente valorizar a mulher, né, então aí a gente montou essa exposição e esse ano a gente já deu uma reestruturada na exposição, então foi uma exposição que eu tenho orgulho, tá, de ter montado, porque ela se remete muito fala muito da mulher e é o que nós precisamos também(...) (Entrevista com Eliane Falcão, 2025)

Em reportagem realizada na época da inauguração(Figura 14) há um destaque para as mulheres pioneiras. A seguir analisaremos, portanto, alguns pontos específicos desta exposição. O texto de abertura transcrito na íntegra aponta:

“A atuação feminina na construção de Brasília se deu muito além do espaço doméstico. As pioneiras de Brasília exerceram várias profissões entre as quais as de professoras, cozinheiras, engenheiras, parteiras, secretárias, administradoras nos escritórios de obras, dentre outras. Entre sonhos de vida e ausência de infraestrutura, Brasília nasceu em meio à poeira, ao som de tratores e máquinas, choros e risos, onde tudo e todos se misturavam para construir a capital do país. A importância das mulheres no processo de construção e formação da cidade foi e continua sendo o elemento

motor de seu sucesso.”(Texto de apresentação da exposição A importância da mulher pioneira na construção da capital, autor desconhecido)

Figura 14 - A importância da mulher pioneira na construção da capital

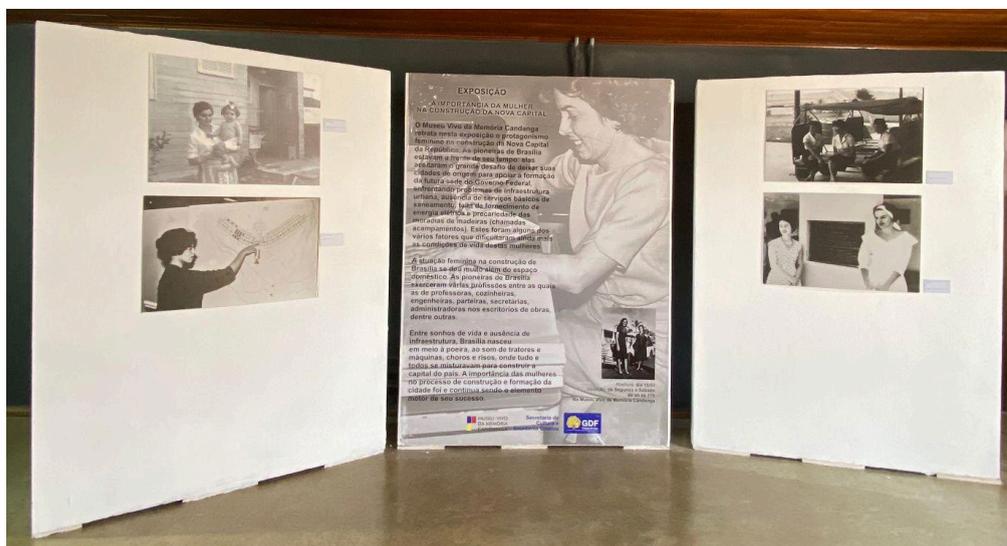


Foto: Layó Pereira, 2024.

Figura 15 - Exposição destaca as mulheres pioneiras na construção de Brasília.

Q CORREIO BRAZILIENSE Diversão e Arte WhatsApp Facebook X

Exposição destaca as mulheres pioneiras na construção de Brasília

Exposição 'A importância da mulher pioneira na construção da nova capital' fica em cartaz por tempo indeterminado no Museu Vivo da Memória Candanga



Exposição destaca a importância das mulheres pioneiras na construção de Brasília - (crédito: Acervo do Museu Vivo da Memória Candanga)

Com a curadoria feita a partir do acervo da própria instituição, o [Museu Vivo da Memória Candanga](#) lança a exposição *A importância da mulher pioneira na construção da nova capital*, que fica disponível por tempo indeterminado e destaca a coragem das mulheres que vieram ao Planalto Central para a construção de Brasília e na busca por uma vida melhor.

Fonte: *Correio Braziliense*, março de 2022.

A exposição é também formada em sua maioria por fotografias, intercaladas por alguns objetos que remontam ao período em que Brasília era construída. Acerca de seu texto de apresentação, é possível dizer que o objetivo desta exposição é evidenciar essa presença das mulheres na construção através de demonstrações de suas múltiplas ocupações. Anteriormente, no início deste capítulo apontei alguns exemplos de buscas realizadas pela autora Elna Dias Cardoso (2018), que ao citar a matéria realizada no *Diário da Noite* de 23 de setembro, evidencia a legenda referente ao Censo de 1959 que diz que “São quase todas brancas as poucas mulheres de Brasília”. Explicito esta frase porque creio que ela representa também a realidade desta exposição.

Uma das imagens desta exposição que destaco, mostra uma senhora branca sentada à porta de uma casa de madeira ao lado de um rapaz também branco.(Figura 15) Na legenda desta imagem há os nomes das pessoas fotografadas e uma informação que aponta que a senhora seria a primeira moradora da vila do IAPI.(Figura 16) Não há nenhum outro texto que complementa esta legenda contando a história dessa senhora e de seu filho, entretanto, cabe ressaltar que a senhora está condicionada como mãe do rapaz. A questão que se apresenta não é relacionada à veracidade desta informação, entretanto está centrada na utilização dos nomes das pessoas presentes, pois é uma das poucas fotografias contendo essa especificidade de informação.

Em entrevista realizada com a gerente do museu e curadora da exposição Eliane Falcão, foi revelado que, após tomar conhecimento de que Edson Porto foi o primeiro diretor do HJKO, local sede do MVMC hoje, ela viu a necessidade de contar a história do diretor nas redes sociais do museu, entretanto enfrentou dificuldades em relação às informações que encontrou acerca do diretor e aponta:

(...)aí, eu pedi para, no dia, e aí assim, a Marilda Porto, que é a esposa dele, ele já é falecido há uns 6 anos, ela me ligou, me deu os parabéns, aí eu pedi para as meninas postarem alguma coisa dele, porque eu acho legal isso. Aí, eu nem falei ainda com as meninas, saiu Edson Porto alguma coisa, aí ela me ligou, Eliane, Edson Porto findou. E pronto. E pronto. Aí, quer dizer, no arquivo público tá errado, você entendeu? Aí, ela virou e falou assim, Eliane, eu te dou autorização para você mudar isso. Aí, eu fiquei assim, bom, eu não posso fazer isso. Como? Eu tenho acesso ao arquivo público, mas eu não posso chegar lá e falar assim, ó, ela que tem que mandar uma carta, eu posso até entregar a carta, mas eu não posso chegar

lá e falar, só o nome dele tá errado. Não posso. Tá além da minha alçada. Não posso fazer isso.(...)(Entrevista com Eliane Falcão, 2025)

A problemática que observo aqui está presente nos vestígios de informações que se encontram nos arquivos. A ausência de pesquisas mais aprofundadas é uma indagação frequente que causa um incômodo latente na gerente do Museu, acerca das questões sobre as pesquisas ela aponta ainda:

(...)O maior desafio foi encontrar os nomes daquelas mulheres, porque Brasília, o acervo é muito fotográfico e eu acho, sinceramente, muito desorganizado, a gente não tem um acervo com aquele acervo assim, digital, que dá para você falar que olha, aquela dali foi a Eliane do passado, que construiu N coisas, não tem, então assim, se eu acho uma falha, eu acho que a gente tem que começar a pensar numa forma de arquivar isso, eu faço aqui, tento fazer isso, mas eu não tenho recursos para fazer.(...)(Entrevista com Eliane Falcão, 2024)

Figura 16 - Edson Porto e sua mãe D. Elídia Porto, 1957.



Foto: Layó Pereira, 2024.

Figura 17 - Legenda da Imagem.

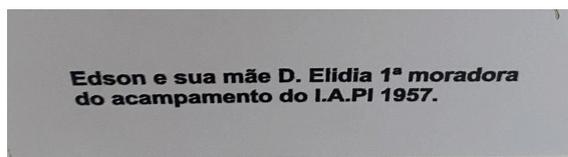


Foto: Layó Pereira, 2024.

Na imagem(Figura 15) Dona Elídia Porto, vestida com uma camisa branca e saia preta está de pé ao lado de seu filho Edson Porto que está sentado, vestindo camisa branca, calça e sapato social, ambos estão em frente a uma casa de madeira com janela de vidro e posam para a foto, Edson Porto sorri, Dona Elídia Porto está com expressão séria. A estrutura da casa se parece com as “casinhas” do antigo HJKO, onde funciona o MVMC hoje.

Mencionei anteriormente que a citação recuperada por Elna Dias Cardoso(2018) acerca da raça das mulheres brasilienses está relacionada com a exposição, tendo em vista que, de inúmeras imagens de mulheres brancas presentes nesta exposição, há apenas uma fotografia com a presença de três mulheres não brancas, à direita, uma delas faz pose para a foto e sorri, ao centro a outra parece falar e a terceira come uma maçã, ao fundo há homens e mulheres caminhando em um local que parece ser uma feira.(Figura 17) Quanto à legenda desta imagem, pode-se observar que segue o mesmo padrão de legendas presentes na exposição “Poeira, lona e concreto” pois evidencia apenas o local em que a fotografia foi realizada, além de mencionar que as mulheres presentes na fotografia são “ciganas”.(Figura 18) O questionamento que se apresenta, portanto, é acerca da ausência de nomes, ou manutenção do anonimato, a mesma problemática observada por Julia Carrari(2014). Nota-se que há uma permanência de um discurso que homogeniza toda uma população e também desumaniza, pois não há nenhum outro texto que contextualize a fotografia acerca da presença do povo cigano na época da construção da capital.

Figura 18 - Ciganas em frente ao Hotel Souza na Cidade Livre



Foto: Mário Fontenelle, 1959.

Figura 19 - Legenda da Imagem

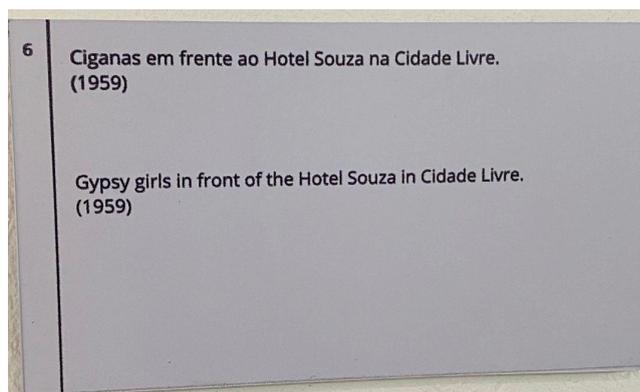


Foto: Layó Pereira, 2024.

As duas exposições do Museu Vivo da Memória Candanga, apesar de evidentemente possuírem objetivos distintos, perpetuam o mesmo discurso, que está presente, quase como regra, em inúmeros museus públicos brasileiros. Uma prática que marginaliza, silencia e mantém narrativas e memórias de grupos inteiros em detrimento de um grupo hegemônico, que garante e mantém seus privilégios através de práticas da colonialidade, que perpetuam o epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005) nos espaços de informação.

As inquietações de Maria Roque (2015) acerca da comunicação museal com o registro do “título, autor e data” apontam que esse registro por vezes não traduz o

significado da obra e não permite decodificar os sentidos desta. A autora também realiza um debate acerca da epistemologia presente na apresentação desses dados “factuais e do registo das componentes materiais, formais e visuais”(p. 7), além de também mencionar como erro da maioria dos museus a formulação desta meta-informação, e a falha nos discursos museológicos. A autora destaca ainda que:

Este modelo de tabelas corresponde a uma ideia elitista que remonta aos primórdios do museu moderno. Mesmo quando se assumia a função pedagógica do museu, como instituição complementar ao ensino, prevalecia o conceito de que identificar a obra era mais importante (ou básico) do que interpretá-la. A historiografia, influenciada pela obra de Johann Joachim Winckelmann, reformulada pelos estudos formalistas de Alois Rieg e Heinrich Wölfflin, impôs um discurso museológico assente na evolução dos estilos e, por conseguinte, no agrupamento das linguagens formais e nas suas ligações a um determinado grupo, época ou região. Porém, enquanto a reflexão historiográfica se desenvolvia noutros parâmetros, cruzando várias influências e domínios do conhecimento, a museografia, neste âmbito, deixou-se cristalizar em cânones que se tornavam cada vez mais anacrônicos e desadequados. (Maria Roque, 2015, p. 8)

O trecho de Maria Roque (2015) e os questionamentos que a autora apresenta podem estar em consonância com o pensamento de Joaze Bernardino-Costa (2023) que aponta que “o projeto decolonial assume a necessidade de afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento como estratégia de qualificação epistêmica(p. 13). Os modelos de legenda adotados pelo Museu Vivo da Memória Candanga são um exemplo de perpetuação dessa epistemologia excludente, considerando que duas das legendas destacadas de ambas as exposições do MVMC(Figuras 12, 16 e 18) seguem o padrão questionado por Maria Roque (2020), e que as informações presentes nesses dados, além de não serem suficientes para traduzir os significados da obra, por muitas vezes reforçam o epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005) através do modo como apresentam alguns nomes em detrimento de outros. No caso das figuras de mulheres negras, a legenda da fotografia da primeira exposição exclui totalmente a possibilidade de existência dessa mulher, reduzindo as informações ao local onde a foto foi realizada.

Um museu vivo com o objetivo de fixar “a vida do candango no papel” e refletir a memória das pessoas candangas, perpetua um discurso que faz parte do projeto da colonialidade. Há inúmeras problemáticas que não são abordadas pelo

Museu, que estão presentes no silêncio das fotografias e legendas que permanecem em seu “sossego museal” apontado por Joseania Freitas (2020), um sossego que ignora complexidades acerca do próprio território em que se estabelece, e não reflete as memórias candangas.

Sugerimos que as memórias candangas fazem parte do repertório das memórias das diásporas. De memórias-fragmentos que são carregadas por corpos que nunca são neutros e devido a suas marcas, lidas como desiguais, estão suscetíveis aos processos de desenraizamentos promovidos pela exploração do seu trabalho e das suas terras. Corpos retirantes, corpos despejados, corpos removidos. Nas elaborações de Beatriz Nascimento (2021), são como corpos-documentos e integram a espinha dorsal da experiência popular brasileira, os deslocamentos. Movimentos forçados pelos sequestros e pelos aldeamentos da sanha colonial e figurados no corpo transatlântico das diásporas, bem como atualizados nas migrações internas que ainda movimentam alguns corpos como corpos-recursos aos projetos de modernização. E como memórias diaspóricas se tornaram, também, memórias dos traumas e das resistências que atravessam gerações e subsidiaram distintas frentes de luta que colaboraram para a atual organização territorial do DF. (Karoline Pacheco, 2025, p. 200)

As questões territoriais que envolvem a memória candanga não são apontadas em nenhum dos textos presentes nos módulos do MVMC. Não há nenhuma exposição temporária que aborda quaisquer questões relacionadas às tensões presentes na história da construção de Brasília, mencionadas pela curadora Eliane Falcão que afirma:

Olha, eu acho assim, que a história de Brasília, ela é muita elite(...) O que aparece é elite. Aparecem aquelas, digamos, as patricinhas da época, que aparecem na história como esposa de não sei quem, esposa de, vamos supor, de Ernesto Silva, esposa de... desses políticos que participaram, mas quem realmente participou, uma engenheira, uma arquiteta, até uma pessoa que trabalhou no hospital, a enfermeira, a pessoa da limpeza, que teve uma contribuição muito grande, onde ela está? Cadê? Onde é que se fala nessas mulheres? Entendeu? Não se fala nela, a gente não ouve falar.(Entrevista com Eliane Falcão, 2025)

Entende-se que os esforços da equipe atual, ou que já auxiliou na curadoria das exposições, não são suficientes para reduzir as injustiças informacionais presentes nas exposições do MVMC, até mesmo nos apontamentos da gerente do Museu, constatamos que há diversos fatores que interferem na produção de

narrativas emancipatórias. Eliane Falcão nos revelou que enquanto gerente do Museu tentou realizar uma exposição sobre as mulheres negras, mas não encontrou apoio suficiente para consolidar o processo.

(...)Olha, eu estou aqui há cinco anos e eu tenho tentado de fazer uma exposição com mulheres negras. Eu consegui? Não. Por quê? Por que será que eu não consegui? Porque eu não tenho foto, não tenho patrocínio, não tenho dinheiro. Eu não tenho quem chega para mim. Estou junto com você. Não tenho. Não tenho. Então, assim, eu acho que a gente tem que usar aquela forma, pesquisar. A pesquisa também vai ajudar muito a gente. Porque a gente precisa pesquisar. Mas é aquilo que eu te falo, o arquivo público, ele não teve esse tipo de história.(Entrevista com Eliane Falcão, 2025)

Apesar da falta de apoio, há alguns passos que podem ser dados para consolidação de uma exposição que caminhe na contramão do silenciamento. Enquanto as exposições do MVMC reduzem as memórias candangas à uma memória genérica, que quando não deixa no anonimato, produzem estereótipos e marginalizações de personagens, desumanizando ou expropriando os corpos candangos expostos nas fotografias, é possível encontrar iniciativas de pesquisa e exposições que fazem ecoar o grito das mulheres esquecidas pelos museus públicos do DF. Exposições pensadas e imaginadas por mulheres negras que encontraram, no mesmo acervo do ArPDF, imagens que mostram que as pessoas negras fizeram contribuições essenciais à história do DF, curadoras que encontraram ou imaginaram nomes e histórias para as fotografias e imaginaram outros usos para “os pedaços do arquivo”, criaram algo totalmente novo, afinal, os espaços não estão vazios, e os pedaços são o que temos para oferecer. (Christina Sharpe, 2023, p. 43)

CAPÍTULO 3 – O GRITO: PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO DE VOZES QUE SOFRERAM TENTATIVA DE SILENCIAMENTO NA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL

“As mães, guerreiras, pretas, putas, macumbeiras, sapatas, cabreiras, derrubam fronteiras, destroem barreiras. Por elas que eu não posso me calar.”

Layó - O grito das esquecidas

As inúmeras tentativas de desumanização das mulheres negras em algumas exposições de longa duração nos museus do Distrito Federal, que reduzem as memórias da população candanga ao lugar da subalternidade, do silêncio e da marginalização, não são capazes de anularem as histórias, trajetórias e vozes que gritam através desse silêncio e sobrevivem nos vestígios e nas brechas desse discurso desumanizante. Um grito ainda ecoa em cada canto dos museus que descansam sossegados diante das inquietações de gerações inteiras que se indignam diante do hiato de suas histórias e das histórias de suas famílias, bairros e cidades.

As vozes ecoam e convergem em consonância para encorpar esse brado que se tentou sufocar. Essas vozes pertencem às mulheres pretas, travestis, transexuais, mães, putas, sapatas, poetas, historiadoras, museólogas, intelectuais, filhas e netas de lavadeiras, diaristas e peoas de obra. São vozes que sempre estiveram aqui, e que ousaram gritar por seus direitos, de um jeito ou de outro, fosse nas associações de moradores exigindo seu direito de moradia, nas portas das escolas e creches, nas filas dos programas de assistência social do Governo, nas salas de aula. São vozes que ecoam em unísono, com anseios parecidos de uma vida digna, de garantia de direitos, e de reconhecimento pelas suas contribuições na sociedade.

Na contramão do silenciamento de narrativas, da manutenção do anonimato e da tentativa de transformação de histórias e lutas coletivas em termos genéricos há, portanto, diversas tentativas de “reintegração de posse” da história da construção da cidade, propostas que trilham caminhos de luta por justiça social, que abordam

memórias sensíveis, que legitimam as contribuições indispensáveis neste processo, que transformam o que era invisível em algo tangível, que transbordam emoções e ressaltam subjetividades. É nessa contramão que este trabalho se direciona, trilhando um caminho de luta por justiça social e informacional.

Neste capítulo abordarei as questões que envolvem as políticas de memória e a efetivação destas políticas na busca por justiça informacional, nas exposições museológicas, arquivos públicos e espaços de disseminação e guarda de informações, através de uma perspectiva que ressalta a necessidade do cuidado e da sensibilidade necessárias para documentar, analisar e expor memórias que foram sistematicamente invisibilizadas pelos dispositivos de colonialidade. Além de realizar apontamentos acerca dos mecanismos necessários para reintegração de vozes que sofreram tentativas de silenciamento às exposições museológicas.

Também analisarei o processo de construção e execução de duas exposições de curta duração que abordam memórias de pessoas negras na construção da capital. São elas “*Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra no Distrito Federal*” e “*Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas*” que ocuparam respectivamente o Museu Nacional da República e a parada de ônibus da Galeria dos Estados e a Biblioteca Nacional de Brasília. Discutirei as contribuições significativas que exposições como essas podem fazer para problematizar as práticas do projeto de colonialidade, compreendendo que, esse tensionamento se deve através da quebra de paradigmas estabelecidos por essa colonialidade, que se sobrepõem enquanto um impedimento para efetivação de justiça social e consequentemente de justiça informacional.

Por fim, debatarei a forma como metodologias de pesquisa e comunicação da informação podem contribuir para efetivação da justiça social e informacional. A exemplo dos conceitos da Fabulação crítica de Saidiya Hartman (2022) e escrevivência de Conceição Evaristo (2020) que quando utilizados enquanto ferramentas de pesquisa, organização e difusão da informação podem ser estratégias informacionais e tecnologias ancestrais de produção de infinitos³³, que

³³ Referência a obra de Cidinha da Silva de 2022, intitulada *Tecnologias Ancestrais de produção de infinitos*, neste livro a autora aborda diversas estratégias criadas pela população negra para sobreviver em tempos de caos.

contribuem para o enfrentamento das heranças coloniais de silenciamento, fazendo ecoar e reverberar, pelas ruas dos bairros dessa cidade, o grito das esquecidas.

3.1 – Exposições e políticas de memória para justiça informacional

Dentre as práticas de silenciamento são desenvolvidas estratégias complexas e articuladas para anulação de determinados sujeitos na compreensão de processos históricos e sociais. O acesso à informação é, decerto, uma das principais ferramentas que possibilitam a compreensão desses processos. É através do direito à informação, à educação e à memória que se possibilitam processos de redução de desigualdades sociais e se garante a equidade. Um dos princípios da justiça informacional, apresentado por Franciéle Garcês da Silva (2022), está relacionado à educação para a informação. A compreensão, por parte dos sujeitos, de suas necessidades informacionais, a capacidade de mobilizar conhecimentos e utilizar ferramentas que envolvem a informação para exercício de cidadania e transformação social:

Princípio 8: Compreendemos que a educação para a informação, voltada para o desenvolvimento da Competência em Informação para justiça social são fundamentais para que os sujeitos possam identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessitem de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para o pleno exercício da cidadania e transformação social.(Franciéle Garcês, 2022. p. 22)

A educação em informação pode contribuir significativamente para a efetivação da justiça social. O princípio 8 da justiça informacional aponta essa possibilidade, entretanto, o acesso à informação é restrito a determinados grupos sociais, essa manutenção da informação enquanto ferramenta de poder é uma articulação do projeto da colonialidade para manutenção da estratificação social, das desigualdades. Se o conhecimento é poder, a informação também é, a posse e a manutenção dessa ferramenta é estratégia de subalternização de sujeitos.

O acesso à educação formal ainda é restrito em nosso país, no que diz respeito, a informação seguem-se os mesmos parâmetros, tomarei como exemplo, a história de minha avó Geralda Alves de Souza, ela não teve acesso à educação, diversos fatores influenciaram e se tornaram empecilhos em seu processo educacional, em um dos relatos colhidos para essa entrevista, ao contar a história de um dos dias em que tentou estudar ela aponta:

Um dia eu fui estudar e deixei eles(os filhos) com seu avô(...)e a gente queimava a vela, porque não tinha luz, não tinha energia, né? Queimava a vela lá. Aí eu fui estudar e deixei a vela lá, eles dormindo, e a vela assim, em cima da parede, né? Aí eu fui. Aí me deu assim uma doidera de largar tudo lá e ir para casa. Fiquei preocupada, né? Quando cheguei lá, estava só um buraco na parede. Entre a cama assim. A vela tinha acabado, derretido lá e começou a pegar fogo. Foi Deus que me ajudou, porque se eu tivesse esperado, tinha matado e queimado, né? Queimado tudo. Mas sempre Deus me ajudou a fazer as coisas tudo direitinho, né?(Entrevista com Geralda Alves de Souza, 2025)

Em uma das tentativas de retornar aos estudos, minha avó teve de “largar tudo e ir pra casa”, pois por conta das condições sociais em que vivia no barraco na Ceilândia que “não tinha energia” estava em risco constante, em situação de vulnerabilidade, além das questões com ausências de oportunidades de emprego, ela se dividia entre a criação dos filhos e cuidados com a casa, sendo tolhida da possibilidade de acesso aos estudos por conta de sua condição social. Histórias como essa são comuns entre mulheres negras, que são vulnerabilizadas pela sua condição social, o que impossibilita o acesso a determinadas ferramentas como a educação e a informação.

Para os grupos que são historicamente marginalizados alguns acessos são negados, todo esforço é voltado para sobrevivência. Se a minha avó não pôde estudar, também não pôde ter acesso a determinadas informações. E essa ausência corroborou para que permanecesse em situação de vulnerabilidade. A ausência do acesso à informação também contribui significativamente para o apagamento de grupos historicamente marginalizados, pois anula a possibilidade de conhecimento de seus direitos.

A justiça informacional se configura enquanto ferramenta essencial para fortalecer a consciência coletiva da necessidade de se evidenciar memórias e narrativas de mulheres negras. É uma estrutura de justiça social, que fornece às/aos profissionais da área de Ciência da Informação elementos para que reconheçam as questões centrais que envolvem a justiça social, a exemplo do acesso à educação em informação.

A justiça informacional se refere a uma estrutura de justiça social para fornecer aos profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação elementos que lhes permitam reconhecer as questões centrais de justiça social nos serviços de informação. Nesse sentido, definida como justiça para pessoas e comunidades em suas atividades como buscadoras, fontes e sujeitos de informação, a justiça informacional serviria como substituta para a justiça social em grande escala, porque as oportunidades de receber e compartilhar informações são meios centrais para melhorar todos os aspectos da vida das pessoas (MATHIESEN, 2015).(Franciele Garcês, 2022, p. 5)

Os/as profissionais em C.I devem se responsabilizar por reconhecer os processos que envolvem a justiça social nos serviços de informação. Um caminho para essa responsabilização é através da compreensão da utilização desses serviços para criação e desenvolvimento de políticas de memória para mulheres como a minha avó, que participou da construção da cidade, no entanto, não tem o seu nome inscrito nos principais espaços de divulgação de informações sobre a construção de Brasília. A exemplo dos museus, que desde sua fundação são centro difusores do conhecimento, e explicitam ideias das instituições estatais:

Em artigos da época transparece o reconhecimento da importância dos museus como centros difusores de conhecimento e explicitação de ideias a partir das proposições do Estado, sendo entendido o potencial de comunicação destas instituições. Museus eram vistos como instrumentos para a manutenção de atividades que dessem continuidade aos êxitos de divulgação do projeto colonial atingidos com a Exposição Colonial. (Marcelo Cunha, 2006, p. 172)

As exposições museológicas podem (ou não) contribuir para construção e efetivação das políticas de memória, tendo em vista que se configuram enquanto continuidade de divulgação do projeto colonial. É necessário que os museus cumpram sua função social e comuniquem, de forma digna e efetiva, as memórias e

narrativas de grupos historicamente invisibilizados. Entretanto, esse ideal inicialmente introjetado na missão dos museus não pode cair no esquecimento. Ao analisar exposições que tratam da cultura africanas e da diáspora, Marcelo Cunha (2006) aponta que:

Não são referidas, na maioria das vezes (encontramos informação apenas em duas instituições), as diversas estratégias de registro de memórias, como objetos proverbiais, tapeçarias ideográficas, os asséns, as tampas de painéis e máscaras geledes, que agem como meio de comunicação. Não há menções a personagens responsáveis pela guarda das memórias e suas formas de transmissões através de largo repertório de cantigas, contos, ritos, danças, ritmos e outras práticas. (Marcelo Cunha, 2006, p. 89)

Essas ausências se refletem também nas exposições de longa duração dos museus do DF, entretanto é necessário que se busquem estratégias de implementação da justiça informacional nesses espaços museológicos sossegados que perpetuam cenas “congeladas” no tempo e no espaço como se representassem a realidade e não articulam os processos históricos para que se estabeleça uma compreensão das tais cenas congeladas. (Marcelo Cunha, 2006, p. 78)

Há, no entanto, iniciativas que caminham na contramão desse sossego *museal* (Joseania Freitas, 2020), são exposições e projetos que surgem das inquietações de pessoas pertencentes à grupos historicamente marginalizados, a exemplo das mulheres negras, e propõem uma reconfiguração desses espaços através de exposições que produzem imagens emancipatórias, que reverberam o grito das pessoas esquecidas pelos museus silenciadores. Ao contrário das exposições de longa duração, as exposições temporárias se configuram como “importantes espaços de oxigenação” para os museus, pois “oferecem a oportunidade de renovação da narrativa expositiva”. De acordo com Joseania Freitas (2014):

Em diversas partes do mundo as exposições temporárias têm sido utilizadas como instrumento para atrair um número cada vez mais expressivo de públicos, como salienta Neves (2000, p. 3): “[...] as exposições temporárias são, simultaneamente, potenciais instrumentos de captação e alargamento de públicos e importantes instrumentos de promoção dos museus que as produzem.” (Joseania Freitas, 2014, p. 192)

Algumas exposições temporárias que retratam a história da construção da capital apresentam essa “oxigenação” e produzem um novo sentido para antigos símbolos que permanecem irretocáveis nas exposições de longa duração. É através de projetos assim que se desenvolvem as políticas de memória que poderão garantir a efetivação de uma justiça informacional. Através da abertura de caminhos que não retornem aos ideais de marginalização, exclusão e silenciamento.

3.2 - Novas exposições e caminhos abertos: mulheres negras na exposição “Reintegração de posse” e “Outras Brasília: Memórias Sensíveis e contranarrativas”.

Nas esquinas e encruzilhadas do Distrito Federal há inúmeros caminhos que podem ser trilhados, as opções se multiplicam a depender da cidade satélite³⁴ em que se visita. Mesmo assim ainda nos dizem que em Brasília não existem esquinas, porém se esquecem que em cada canto desse quadradinho há inúmeras histórias que precisam ser contadas. De quem já estava aqui, ocupando o território, como a Dona Papuda³⁵, ou as quilombolas do Mesquita (Deborah Santos, 2021). Histórias de quem chegou na época da construção da capital federal, ou ainda de quem aqui se estabeleceu quando o concreto e o aço já estavam armados. Histórias que não deveriam ser ignoradas, pois ecoam em cada canto desse quadrilátero e reverberam ao longo de gerações, com riqueza de detalhes ou lembranças rarefeitas e refeitas no vestígio da existência das comunidades negras no Distrito Federal.

Os caminhos se abrem e as histórias tomam forma quando nos debruçamos para analisar projetos que caminham na contramão da colonialidade que é perpetuada em determinados espaços de informação. São projetos liderados e executados por mulheres negras, que se erguem para fazer ecoar o grito de suas iguais que foram esquecidas propositalmente pela seletividade excludente que se perpetua em algumas instituições museológicas e exposições de longa duração no DF. São projetos que ganharam notoriedade e se perpetuam, sobrevivendo, de um jeito ou de outro, às tentativas constantes de silenciamento e marginalização das

³⁴ Nome popular das regiões administrativas do Distrito Federal.

³⁵ Mulher presente no imaginário popular do DF, residente de uma fazenda localizada na cidade de São Sebastião, que deu origem ao nome do presídio do DF.

histórias, lembranças e contribuições da população negra na construção da capital federal.

A exposição “Reintegração de posse: narrativas da presença negra no DF”, coordenada pela historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto³⁶, ocupou a sala principal do Museu Nacional da República em 2019, abrilhantando as paredes do Museu com imagens de pessoas negras nos anos iniciais do surgimento da capital. Imagens de gente negra em família, no trabalho, se divertindo, passeando pela cidade, cuidando de seus filhos, vivendo. A imagem de abertura da exposição era a foto do marco zero, a primeira encruzilhada da cidade. Os textos expositivos davam nomes às pessoas nas imagens, contavam suas histórias, retratavam a vida e a presença negra na época da construção da capital federal, desenhavam críticas sociais essenciais na luta pela garantia de direitos. E todo esse relato apresentado até então, é baseado nas memórias da primeira visita que realizei, na inauguração da exposição no Museu Nacional da República. Na época não realizei registro algum da disposição dos tótems, textos e imagens na exposição, entretanto, fui fotografado pela organização e descobri a fotografia enquanto realizava a pesquisa para este trabalho. (Figura 19)

³⁶ Doutora em História pela Unicamp (2014), mestre em História pela UnB (2006); bacharel em Jornalismo pelo UniCEUB (2001); e licenciada em História pela Unip (2017). É professora adjunta do Departamento de História da UnB. Atua no Programas de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e Direitos Humanos (PPGDH) também da UnB. Desde a primeira graduação, desenvolve pesquisas articulando conhecimentos das áreas de História, Comunicação, Literatura e Educação, com ênfase em: atuação político-cultural de pensadores/as negros/as, imprensa negra, abolicionismos e experiências de liberdade e cidadania negras no período escravista e no pós-abolição no Brasil e em outros pontos da Diáspora Africana; sempre atenta ao Ensino de História. Foi coordenadora da Regional Centro-Oeste do GT Emancipações e Pós-Abolição da Anpuh (2017-2023) e é integrante da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros (RHN). Desde março de 2023, assumiu a Direção-Geral do Arquivo Nacional.(Texto informado pela autora, em seu Currículo Lattes)

Figura 20 - Inauguração Exposição Reintegração de Posse



Foto: Rede social da exposição *Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra no Museu Nacional da República*, 2019.

Na fotografia postada na rede social da exposição há três pessoas negras. Me encontro à esquerda, no centro da imagem há uma mulher usando indumentária tradicional de *Iyawó* recém iniciado no candomblé e, ao lado direito está minha colega de turma do curso de Museologia Yara Belo, estávamos parados em frente a uma colagem fotográfica com imagens de mulheres costurando a bandeira do Distrito Federal, e a caixa d'água da Ceilândia, um símbolo de resistência e luta por direitos na cidade³⁷. O texto expositivo que estávamos lendo apresentava dados da

³⁷ “Com um projeto modernista realizado pelo arquiteto paranaense Gerhard Leo Linzmeyer (Figura 7), a elevatória de 27 metros de altura tomou uma forma diferente de tudo que se tinha visto até então na cidade, o design arrojado da caixa d'água dava asas à imaginação da população: uns dizem que se parece com uma nave espacial, outros com uma flor e até mesmo um troféu. Essa última analogia se encaixa perfeitamente para o que a caixa d'água representa para o cidadão ceilandense: uma vitória depois de tantos anos de lutas para conseguir condições mínimas de vida, para uma população que desde o início da história do Distrito Federal foi abandonada e leva em seu nome a

Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) de 2019 que apontavam que 57,6% dos habitantes do DF se declararam pretos e pardos.

A inauguração da exposição contou com a presença de personalidades negras de destaque, a exemplo de Lydia Garcia, primeira professora de música da rede pública do DF, que também estava presente em algumas fotografias da exposição e fez uma fala carregada de emoção no evento de inauguração. Quando anunciada no caderno de Diversidade do jornal *Correio Braziliense*, foi descrita como “um lugar de ressignificação e resgate histórico” (Figura 20) e ficou em cartaz no Museu Nacional durante todo o mês de Setembro, estima-se que aproximadamente 20 mil pessoas visitaram a exposição.

Figura 21 - Exposição Reintegração de Posse chega ao Museu Nacional da República



Exposição Reintegração de Posse chega ao Museu Nacional da República
A mostra foi idealizada a partir de registros fotográficos pesquisados no Arquivo Público do DF, que datam de 1956 a 1998

VV Vinicius Veloso*
 Postado em 11/09/2019 07:00



O Museu Nacional da República, na zona central da capital federal, torna-se um lugar de ressignificação e resgate histórico até o fim do mês de setembro. A exposição fotográfica Reintegração de Posse surge com o ideal de resaltar a importância da presença negra no Distrito Federal.

Anúncios Google
Não exibir mais este anúncio
Anúncios? Por quê?

Assine a nossa newsletter
Digite seu endereço de e-mail para acompanhar as notícias diárias do Correio Braziliense.
Digite seu email...
INSCREVA-SE

MAIS LIDAS

- 1 Jovem é levada a força, torturada em mata e tem cabelo raspado: dupla é presa
08:53 - 14/09/2019 - Compartilhe
- 2 Neymar: Vaza vídeo de mulheres chegando à festa com presença do

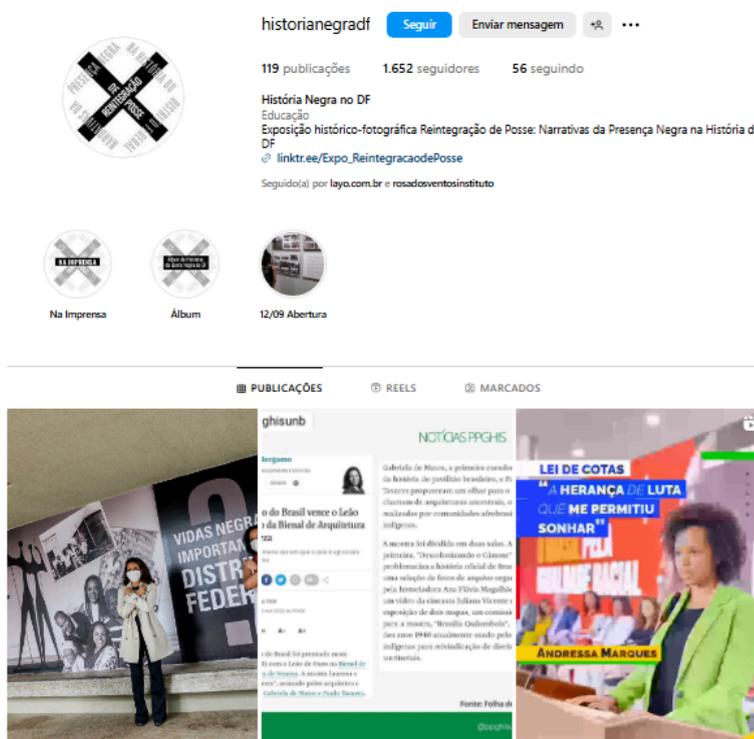
Fonte: Acervo *Correio Braziliense*, 2019.

Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), a marca de invasora da cidade que ela ajudou a construir.”(Vinicius Carvalho Pereira, 2018. p. 174)

A reportagem realizada por Vinícius Veloso do jornal *Correio Braziliense*, apresenta alguns aspectos significativos da exposição, aponta a importância de se debater a temática da presença negra na construção da capital e, além de evidenciar aspectos sobre a realização da pesquisa, destaca também o fato da exposição problematizar a Operação Retorno, “na qual os trabalhadores foram mandados de volta para a terra natal após o fim das obras para a construção da capital Brasília, na década de 1960”.

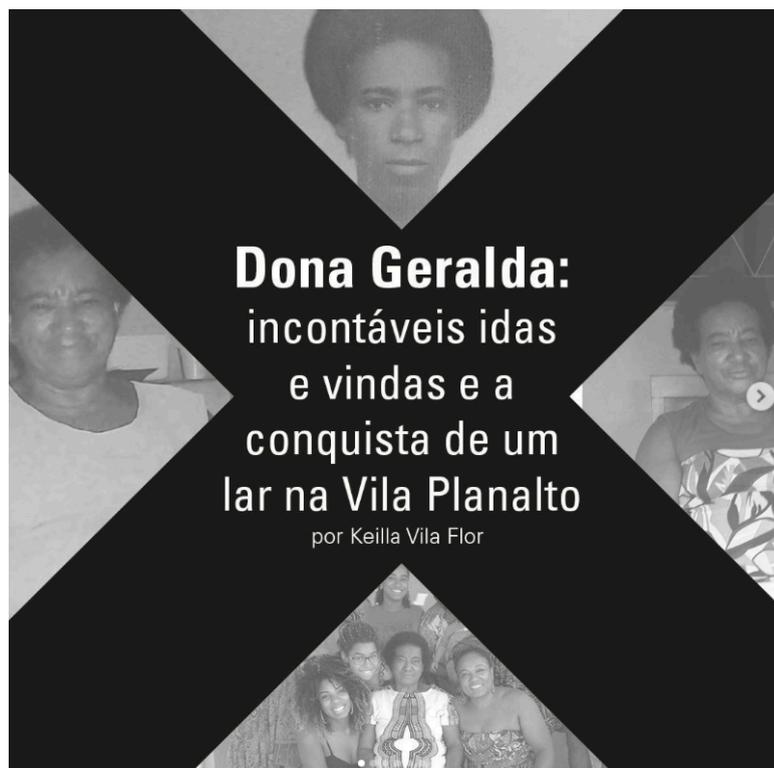
Atualmente, há alguns vestígios desta exposição em uma página de rede social criada pela equipe.(Figura 21) Algumas das referências apresentadas aqui foram retiradas desta página, que conta com postagens que retratam histórias de pessoas negras, com riqueza de detalhes, apresentam fotos de famílias e ressaltam trajetórias e narrativas. (Figuras 22 e 23) A exposição também está instalada na parada de ônibus da Galeria dos Estados(DF)(Figura 24).

Figura 22 - Página de rede social @historianegradf



Fonte: <<https://www.instagram.com/historianegradf/>>

Figura 23 e 24 - A história de Dona Geralda



”

Geralda Martins Dias é uma moradora da Vila Planalto muito orgulhosa de seus 81 anos de idade. Nascida em 13 de agosto de 1938, em Gonzaga, cidade próxima a Governador Valadares, veio para Brasília ainda solteira, em 1963. Por que razão? Confrontar a pobreza e ir atrás de seus sonhos de juventude. Para isso, começou trabalhando na casa de uma família que morava no Acampamento Nacional, também chamado de Acampamento dos Pioneiros. Por um tempo, lavou, passou e cuidou de quatro crianças pequenas.

Essa experiência a deixou tão exaurida fisicamente que a fez voltar para seu interior. Depois de uma respirada por lá, decidiu retornar para Brasília já no ano seguinte, em 1964. Quando saiu dessa vez, prometeu para si não trabalhar em uma casa que tivesse crianças. O que se demandava nesses contextos era uma sobrecarga de trabalho que tornava sua jornada diária massacrante. Disse e fez. Arrumou uma nova casa sem crianças para trabalhar, e ali permaneceu até 1965.

Às voltas com o seu enxoval de casamento, mas certa de seu senso de responsabilidade, ela conta que a passagem de sua cidade para a capital federal, passando por Belo Horizonte, custava 5 mil réis. Com um salário de 6 mil réis, Dona Geralda, comprou a passagem e, quando

2

Fonte: Rede social da exposição Reintegração de Posse. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/CIB-wSiHTk0/?img_index=1>

Além de apresentar fotografias de pessoas negras, a exposição também destaca os nomes, as histórias de vida, os desafios e as conquistas de pessoas reais. Essa é uma das estratégias utilizadas pela comunicação da exposição que, além de evidenciar e destacar pessoas negras, também aproxima o público, através das histórias de vida. Um exemplo dessa estratégia está nas figuras 21 e 22, que apresentam a história de Dona Geralda Martins Dias³⁸ narrada em um texto dividido em 6 partes, postado na rede social da exposição.

A exposição *Reintegração de Posse* surge como uma proposta de integração de vozes que sofreram tentativas de silenciamento na construção da capital, uma proposta de reposicionar os símbolos e imagens que geralmente se associam à construção da capital, em reconhecimento aos sujeitos históricos esquecidos e condenados ao anonimato ou a termos genéricos. Em entrevista dada a Agência Senado Notícias, a curadora da exposição aponta que:

Há uma nítida diferença expressa no perfil de raça e renda das regiões administrativas do Distrito Federal. Enquanto nas mais pobres a presença negra alcança até 70% dos habitantes, nas mais ricas essa participação gira em torno de 25%, tendendo para menos. Ocorre que muitas vezes não conseguimos articular esses dados para falar sobre a vida no Distrito Federal, porque eles não se encaixam nas imagens que aprendemos a mobilizar para dizer o que é Brasília, entendida geralmente como o Plano Piloto. Nesse jogo de escalas, em que a parte toma o lugar do todo, até mesmo Brasília fica reduzida a momentos como a Praça dos Três Poderes, que são registrados ora sem a presença de pessoas, ora protagonizados por sujeitos da política hegemônica, em sua maioria homens brancos e vinculados às elites. Além disso, a chave do anonimato, como materializado na escultura “Os Candangos” ou “Os Guerreiros”, de Bruno Giorgi, acaba por contribuir para a naturalização do apagamento das histórias dos trabalhadores antes e depois de 1960. Dessa maneira, fica comprometida nossa capacidade de reconhecer pessoas negras e brancas pobres como sujeitos históricos. O projeto buscou, então, reposicionar imagens que vão na contramão de tudo isso. Juntamente com textos curtos e diálogos diretos e indiretos com os cerca de 20 mil visitantes, buscamos evidenciar essa ampla participação, o que implica falar sobre o vivido nas muitas regiões administrativas, não apenas no período da construção, mas sobretudo nas décadas posteriores. (Ana Flávia Magalhães Pinto em entrevista à Agência Senado, 2020)

³⁸ Apesar do mesmo prenome, essa não é a minha avó.

Em outra entrevista, à repórter Milena Castro do portal de notícias G1 DF, a curadora apresenta as motivações para criação da exposição, que surgiu através de uma visita técnica ao ArPDF realizada com uma turma de estudantes do curso de História da Universidade de Brasília, quando um dos alunos sugeriu que o material que estavam analisando poderia se transformar em uma exposição, a partir daí, a professora decidiu criar um projeto de extensão e colocou a ideia em prática. Na mesma entrevista Ana Flávia Magalhães também apresenta uma problemática acerca do lugar do negro no DF e aponta:

"A presença negra não se resume à escravidão; e na história do DF, não existimos apenas na condição do 'candango', entendido como o trabalhador da construção civil que perde seu papel de relevância social quando os prédios e monumentos são concluídos" (Entrevista de Ana Flávia Magalhães ao G1 DF, 2020)

Figura 25 - Painel principal da Exposição Reintegração de Posse



Foto: Layó Pereira, 2025.

A imagem(Figura 24) é de uma das paredes da parada de ônibus da estação galeria, em uma das regiões mais movimentadas do centro de Brasília. Há doze pessoas negras em destaque, dentre elas crianças, homens e mulheres, com roupa de trabalho ou vestidos enfeitados, sorrindo ou cantando. Alguns registros com pose, outros espontâneos. O painel possui várias fotografias e textos expositivos que tratam sobre educação, trabalho, moradia, lazer e cultura, textos que possuem trechos ilegíveis pela intervenção do *pixo*, há um título em destaque “Afroarquitetado” e uma poesia descrita a seguir:

“Me olho no espelho
cerrado humano
torto dentro do plano
me diz mais ou menos assim
mais ou menos assado
afroarquitetado
saí do traço do Niemeyer
nasci no asfalto
quero o barro.”

- Marcos Fabrício Lopes da Silva(2018)

Andressa Marques da Silva³⁹ descobriu através da pesquisa para realização da exposição uma história pessoal. Andressa tinha poucas informações acerca de seu avô Irã que participou de algumas obras na construção da cidade e que foi morto em um canteiro de obras, entretanto, com o incentivo da professora Ana Flávia Magalhães Pinto, aprofundou a pesquisa sobre sua própria história e se deparou com algumas outras informações acerca de seu avô que nunca conheceu, uma história que ocupou espaço na narrativa expográfica da exposição *Reintegração de posse*.

³⁹ Atual coordenadora geral do livro e literatura da SEFLI-MinC. Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), 2021, com tese sobre a obra das escritoras negras brasileiras (século XIX ao XXI) e o ensino de literatura. É Mestra em Literatura, 2013, e graduada em Letras Português, 2010, pela mesma universidade. Dedicou-se ao estudo da formação dos(as) leitores(as) e autoria negra refletindo sobre a experiência literária na ampliação do horizonte de expectativas, imaginação e formação das subjetividades dos(as) estudantes. É escritora e se interessa pelo estudo da escrita criativa como ferramenta imprescindível ao ensino de literatura. Atualmente, é Coordenadora-Geral de Livro e Literatura, da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria de Formação, Livro e Leitura, do Ministério da Cultura.(Texto encontrado em currículo da autora)

As pesquisas para construção da exposição, como já mencionei, foram realizadas no acervo fotográfico do ArPDF, por iniciativa da professora Ana Flávia Magalhães Pinto, com a participação de estudantes dos cursos de História, Letras, Comunicação Social e Arquitetura da Universidade de Brasília, o que possibilitou uma construção multidisciplinar do conteúdo expográfico. Uma das estudantes presentes na ficha técnica da exposição, que também participou da coordenação da exposição, Andressa Marques da Silva, me concedeu uma entrevista e falou sobre os desafios enfrentados no processo de pesquisa:

A gente, partindo muito da experiência na reintegração de posse nessa exposição, a gente trabalhou basicamente com o arquivo público do DF. Então, todas as fotografias da exposição histórico-fotográfica foram de lá. E o maior desafio é a falta de identificação, a contextualização. São sempre fotografias soltas no meio do tempo e que a gente tem que fazer o trabalho de mineração e de tentar localizar. (Entrevista com Andressa Marques, 2025)

Desafios enfrentados também na construção de outras exposições que utilizam o acervo do Arquivo Público do DF como fonte primária de informação, a exemplo da exposição *Outras Brasília: Memórias Sensíveis e Contranarrativas* coordenada pela professora Cristiane Portela⁴⁰ que aponta a mesma dificuldade quando perguntada dos desafios da construção da exposição e relata:

⁴⁰ Docente do Departamento de História da UnB e do PPG em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG PCTs/MESPT). É Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB, 2011), Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2006) e Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2003). É líder do Grupo de Pesquisa Pluriepistemologias e Ensino de História, em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de Jataí (UFJ); e co-líder do Grupo de Pesquisa Caumim: estudos e práticas dialógicas no contexto de povos e comunidades tradicionais; ambos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa da CAPES. Coordena o Projeto LABHIS Experimental: ensino de História a partir de metodologias investigativas e pluriepistêmicas, mobilizado por estes Grupos e apoiado financeiramente pela Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT no 18/2021. Coordena dois projetos de pesquisa e extensão liderados pela UnB: Dados e Indicadores de Violências contra mulheres indígenas no Brasil (apoiado pelo Ministério das Mulheres- 2023 a 2025) e Memórias de lutas pela democracia no Distrito Federal: lugares, sujeitos e episódios no contexto da ditadura civil-militar brasileira (apoiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN- 2024 a 2025). Atuou como professora na rede pública de ensino básico em Goiás e no Distrito Federal durante 18 anos, e, paralelamente, durante 10 anos, foi docente e pesquisadora do curso de História no Centro Universitário de Brasília (CEUB), por 10 anos. Atuou também como Coordenadora de Pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal- ArPDF, entre os anos de 2011 e 2014. (Texto informado pela autora em seu Currículo Lattes)

Porque quando eu procurava fontes para trabalhar esse tema em sala de aula, eu tinha muita dificuldade. Então, é nesse momento que eu identifiquei o Arquivo Público do Distrito Federal como um lugar que eu poderia acessar e eu fico absolutamente encantada. Eu estou falando de 2005, 2006, e eu fico muito encantada por conhecer esse acervo, saber que existe um acervo que é muito rico, porque a construção de Brasília foi amplamente documentada, com documentação de diferentes tipos. Então, é uma documentação muito rica, uma pérola para historiadores, historiadoras, uma pérola. Mas me chama a atenção que mesmo o material do Arquivo Público é um material que ainda tem um recorte temático muito centrado ainda em grandes personagens, em grandes acontecimentos, e que aquilo que eu procurava num primeiro momento, que era a história dessa cidade de periferia, também não estava devidamente registrado lá no Arquivo Público do DF. (Entrevista com Cristiane Portela, 2025)

A exposição *Outras Brasília: Memórias sensíveis e contranarrativas*⁴¹ surgiu a partir de inquietações da professora Cristiane Portela no processo de ensino de história regional em uma escola de ensino público localizada na periferia do Distrito Federal. A exposição esteve em cartaz na Biblioteca Nacional de abril a junho de 2024. (Figura 24) O texto de apresentação da exposição aponta alguns questionamentos acerca das narrativas de “grandes personagens e acontecimentos da construção de Brasília” e acerca desse discurso provoca:

Quem elaborou esse discurso, por onde ele foi difundido e quais efeitos ele produziu nos modos pelos quais olhamos para a história do Distrito Federal? Como podemos compreender o passado desse lugar a partir de nossas preocupações do presente? Quais são as evidências que nos permitem reconhecer a quem este discurso atende? Há espaço e lugar para propor contranarrativas? Do ponto de vista do ensino da história, teremos sempre que lidar com uma questão: identificados os eixos das narrativas hegemônicas – que

⁴¹ Curadoria da Exposição: Cristiane de Assis Portela- Coordenação Geral, Idealização e Pesquisa Renata Silva Almendra- Coordenação Adjunta e Pesquisa Luiz Gustavo Assunção Silva- Identidade Visual, Pesquisa e Ações Educativas Equipe de Produção de Conteúdos da Exposição e Ações Educativas Anna Lorena Morais Silva- Pesquisa e Ações Educativas Beatriz Bianca Teixeira Caetano- Pesquisa Breno Eduardo Walter Ribeiro- Apoio à Pesquisa e Ações Educativas Davi da Silva Alves Ribeiro- Apoio à Pesquisa e Ações Educativas Denise Mota Pereira da Silva- Pesquisa Carla Neves da Silveira- Apoio à Pesquisa e Ações Educativas Daniel Barbosa Andrade de Faria- Consultoria de Pesquisa Deusdedith Alves Rocha Jr.- Consultoria de Pesquisa Elmiza Nogueira Pires- Apoio à Pesquisa e Ações Educativas Isabel Escobar Crescencio- Apoio à Curadoria Kayllane Bianca da Costa Lima- Apoio à Pesquisa e Ações Educativas Maria Clara Alves da Costa de Jesus- Apoio à Pesquisa e Ações Educativas Maria Fernanda Dertnl- Consultoria de Pesquisa Nicolle Mariah Batista Calixto de Lima- Apoio à Pesquisa e Ações Educativas Paulo Henrique Honorato- Design do Mapa e Apoio à Pesquisa Tereza Eleutério- Consultoria de Pesquisa Valtemir Rodrigues- Apoio à Pesquisa.

circulam para além da escola – qual é o lugar que devemos atribuir a estes eixos na seleção dos conteúdos, metodologias e estratégias didáticas?(Texto de abertura da exposição *Outras Brasília*)

Figura 26 - Exposição *Outras Brasília*: conheça contranarrativas e memórias sensíveis da capital federal.



Fonte: UnB Notícias, 2024.

A exposição aborda memórias sensíveis porque apresenta alguns acontecimentos traumáticos presentes na história da construção da capital. Além de apontar as narrativas que caminham em um sentido contrário às narrativas oficiais, são expressões que dão sentido ao seu título. Já nos títulos de seus módulos apresenta questionamentos e aponta existências ignoradas na historiografia oficial. Os módulos são: Povos Originários: (Pré) Existências; O processo colonizador do Distrito Federal: Vazios e Esvaziamentos; Sujeitos coletivos no Distrito Federal: Quilombos e povoados; Caminhos e Ocupações no Distrito Federal: Lutas pelo direito à cidade; O que há para além dos genéricos “candangas” ou “pioneiras”?; E o módulo Memórias sensíveis que abordam: O massacre da GEB; Lutas de Mulheres: o Incêndio da Cidade Livre e a Luta pela Água em Taguatinga; Ditadura à espreita; Fantasmas Antidemocráticos e em seu último módulo demonstra os cenários de repressão e de lutas pela democracia no DF.

O módulo que gostaríamos de destacar, entretanto, é o que apresenta a biografia de mulheres na construção da capital(Figura 25). Um módulo de narrativas imaginadas e ficcionadas que relaciona fotografias encontradas no acervo do ArPDF com nomes e histórias de mulheres que contribuíram significativamente para construção do imaginário coletivo da cidade, a exemplo de Dona Papuda que, nesta exposição ganha um nome e uma história, para além da figura popularmente conhecida, que sensibiliza uma narrativa inexplorada. Neste módulo também é possível ouvir relatos de mulheres que estão presentes no acervo de história oral do ArPDF.

Figura 27 - O que há para além dos genéricos “candangas” ou “pioneiras”?



Foto: Layó Pereira, 2024.

Este módulo apresenta a biografia ficcionada de seis mulheres: **Conceição Quintino dos Santos**: nascida na primeira metade do século XIX, conhecida com Papuda, habitava uma fazenda na região de São Sebastião; **Maria Domingas Gonçalves**: nascida em 1938, já como professora veio para Brasília em 1962,

trabalhou na Fundação Educacional do Distrito Federal e foi a primeira diretora do Ginásio do Guará; **Maria Olímpia Costa:** nascida em 1929, descendente de indígenas Xakriabá, veio para Brasília em 1960 e foi vítima do grande incêndio da Cidade Livre que atingiu mais de cem casas no dia 01 de setembro de 1960; **Alzira Alves de Vasconcelos:** nascida em 1933, veio para Brasília em 1957, trabalhou como enfermeira no IAPI e foi uma das primeiras mulheres a registrar ocorrência policial na Divisão de Segurança da NOVACAP, por perseguição de dois vizinhos; **Zenaide Barbosa dos Santos:** nascida em 1936, veio para Brasília em 1956, trabalhava e vivia na Fazenda Gama e, ficou conhecida por aparecer em uma foto ao lado de Juscelino Kubitschek com um bule de café; **Suzana Conceição Mendonça:** nascida em 1929, veio para Brasília aos 30 anos, morou primeiro na Vila Amaury de onde teve que sair às pressas por conta da construção do Lago Paranoá que inundou toda a vila, mudou-se para a Vila Planalto onde trabalhou como cozinheira, camareira e lavadeira e assim como minha avó, por precisar priorizar o trabalho, não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever.

Figura 28 - Suzana Conceição Mendonça

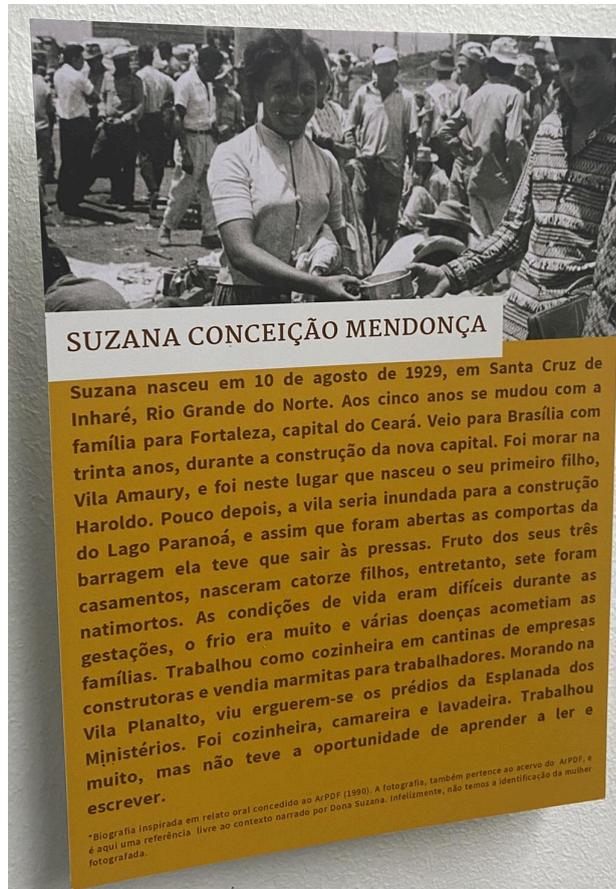


Foto: Layó Pereira, 2024.

Na imagem apresentada (Figura 27), uma jovem aparece sorrindo enquanto entrega uma marmita a um homem que também posa para a fotografia. Abaixo da imagem, encontra-se o nome “Suzana Conceição Mendonça”, acompanhado de um texto biográfico descrito a seguir:

“Suzana Conceição Mendonça nasceu em 10 de agosto de 1929, em Santa Cruz de Inharé, Rio Grande do Norte. Aos cinco anos se mudou com a família para Fortaleza, capital do Ceará, Veio para Brasília com trinta anos, durante a construção da nova capital. Foi morar na Vila Amaury, e foi neste lugar que nasceu o seu primeiro filho, Haroldo. Pouco depois, a vila seria inundada para a construção do Lago Paranoá, e assim que foram abertas as comportas da barragem ela teve que sair às pressas. Fruto dos seus três casamentos, nasceram catorze filhos, entretanto, sete foram natimortos. As condições de vida eram difíceis durante as gestações, o frio era muito e várias doenças acometiam as famílias. Trabalhou como cozinheira em cantinas de empresas construtoras e vendia

marmitas para trabalhadores. Morando na Vila Planalto, viu erguerem-se os prédios da Esplanada dos Ministérios. Foi cozinheira, camareira e lavadeira. Trabalhou muito, mas não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever.” (Biografia inspirada em relato oral concedido ao ArPDF de 1990, trecho retirado na íntegra da exposição *Outras Brasília: Memórias Sensíveis e Contranarrativas* com curadoria de Cristiane Portela)

Logo abaixo do texto, há na fotografia, uma nota de rodapé esclarece que a biografia foi inspirada em um relato oral concedido ao Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). A mesma nota informa ainda que a fotografia integra o acervo do Arquivo e serve apenas como ilustração do contexto descrito por Suzana, uma vez que não há registros que confirmem a identidade da mulher retratada na imagem.

A biografia de Suzana Conceição Mendonça foi associada à imagem de uma mulher negra não identificada, a mesma imagem que encontrei em minha pesquisa na exposição *Poeira, lona e concreto* do MVMC. A distinção, no entanto, reside na abordagem proposta pela curadora da exposição *Outras Brasília*, que abriu espaço para imaginar as múltiplas possibilidades que compõem a história daquela mulher negra retratada com as marmitas. O método utilizado pela curadora, a fabulação crítica, é descrito por Saidiya Hartman (2022) como um método de:

(...) enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação aquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico. (Saidiya Hartman, 2022, p. 11)

Essas exposições desenham caminhos inteiramente novos, abordam histórias e narrativas que estiveram esquecidas nos anais da historiografia oficial, apresentam relatos complexos de pessoas consideradas anônimas, ou categorizadas em termos genéricos, trazem à tona questões e problemáticas que atravessam a história da construção e permanecem vivas e latentes na vida de quem reside no DF. Surgem a partir de inquietações, enfrentam desafios informacionais, como a ausência de informações nos arquivos, utilizando ferramentas sensíveis que intencionam narrativas que jamais deveriam ter sido esquecidas.

3.3 – Do museu às paradas de ônibus: fabulação crítica e escrivência como estratégias informacionais

A história de minha avó não é contada nos museus públicos do DF. É uma história de sofrimento, de silenciamento, de vulnerabilidades. A minha avó é apenas mais uma mulher negra que teve seu direito à memória negado. Dona Geralda nunca visitou um museu. Ela não sabe ler e nem escrever nada além do próprio nome. É uma história que conflui com muitas outras. A história da minha avó Geralda não está nos museus mas está em exposições como a *Reintegração de Posse* ou *Outras Brasília*s, onde há Geraldas, Conceições, Marias, Zenaides, Suzannas, Alziras. E por mais que tenha sido ficcionada, imaginada ou recontada, se faz presente, de uma maneira sensível, e ocupa as paradas de ônibus, bibliotecas ou redes sociais com seus vestígios. São histórias e narrativas coletivas e individuais que enfrentaram o silenciamento dos arquivos. O conceito de fabulação crítica de Saidiya Hartman (2022) se configura enquanto um método de:

(...) enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação aquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico. (Saidiya Hartman, 2022, p. 11)

A ficcionalização realizada por Cristiane Portela para a exposição *Outras Brasília*s foi realizada a partir de uma compilação de diferentes dados em diferentes fontes documentais, somada a uma imaginação aguçada e desejo de dar um nome e uma história à fotografias de pessoas que não estão identificadas, como descrito pela própria curadora no relato abaixo:

Mas aí eu falo assim, eu sei que é a história da dona Suzana, então poderia colocar um print lá do *Conterrâneos Velhos de Guerra*, mas aí eu penso o seguinte, é a história de uma mulher, de uma mulher que foi lavadeira, que vendeu mamitas, que fez várias coisas e essa história é uma história que outras pessoas poderiam se identificar muito. Então eu penso o seguinte, o relato oral eu tenho, mas eu posso contrapor esse relato com uma fotografia que não é necessariamente dela, mas que poderia ser. Então não é necessariamente a dona Suzana que está naquela biografia. E aí

junto com isso eu faço a mesma coisa para uma ocorrência policial. Então pego uma ocorrência policial e pelo que está descrito ali na ocorrência policial eu imagino uma pessoa que pudesse ter aquelas características e é uma dessas fotos, essas são duas fotos e essas são duas fotos que estão identificadas no arquivo público como desconhecidos. Então eu pego essas fotos que estão identificadas como pessoas desconhecidas e trago justamente essas fotos para complementarem, para serem complementares às narrativas que eu consigo encontrar alguma referência. Então, na verdade, são três histórias que são reais e três histórias que são ficcionadas, que são misturadas com outras. Então foi assim que surgiu lá na exposição, por perceber que existiam lacunas, que mesmo que eu soubesse um pouco da história da Suzana, tinham muitas coisas incompletas, me chamava a atenção, por exemplo, o fato de lá no Conterrâneo Velho de Guerra ela não ser identificada, mas nenhum dos homens é também. Então é isso, surgiu disso, dessa identificação de que existem lacunas e que, portanto, é melhor que a gente assuma que as narrativas de mulheres negras, de mulheres indígenas, de mulheres ciganas, de mulheres que são marcadas por essas clivagens sociais vão ser narrativas de incompletude mesmo. E que há um recurso literário e artístico que pode dar visibilidade a essas narrativas que geram uma identificação mais ampla. Porque são histórias que, no fim das contas, são compartilhadas por muitas pessoas e que não são contadas, geralmente. Entendo como base, pegando a sua deixa, você falou sobre o olhar do pesquisador, sobre a abordagem da pesquisa. A gente entende que, muitas vezes, por mais completo que seja o espaço do arquivo, o acervo desse arquivo, ele não vai dizer tudo e ele não vai dizer a história das pessoas desconhecidas. Mas é a partir daí que se busca outras pontes que também são válidas. (Entrevista com Cristiane Portela, 2025)

Alguns outros métodos podem ser utilizados como forma de superar estas lacunas, a exemplo da construção realizada por Andressa Marques para recriar a história de seu avô. Através do mesmo filme que serviu como fonte de inspiração para a imaginação de Cristiane Portela, Andressa se sente tocada pelo depoimento de um candango, e a partir daí decide adicionar a fala do homem à um dos personagens que interagem com seu avô. Andressa também cria a partir de sua própria vivência, utilizando como fonte também as poucas memórias familiares que possui. É a escrita à partir da vivência, ou escrevivência de Conceição Evaristo (2020):

Foi isso. Parecia um mapa, assim. Eu acho que tem coisas, quando a gente está tentando tecer uma história, coisas que te chamam mais

atenção que as outras e você precisa ouvi-las. Então, por exemplo, tinha um... No filme *Conterrâneos Velhos de Guerra*, eu fiquei muito tocada por um depoimento de um candango que ele estava com o olho machucado. Ele estava com um grande prático no olho. Falei, imagina, a pessoa está... Eu imaginei algo sobre o que ele pensaria, algo que ele conversaria, coloquei isso no livro. Imaginei uma fala dele com o personagem Irã. Outra coisa também, tem um episódio da cidade que é muito emblemático, que é quando os trabalhadores que estavam trabalhando no Congresso Nacional fizeram... Lá nas galerias do subsolo deixaram mensagens na parede. Então, isso foi descoberto só em 2012, se não me engano. Em 2011, 2012, mais ou menos. Pessoas que estavam trabalhando em reparos no Congresso descobriram isso. E isso foi parado no livro também. Porque eu pensei, quando eu estava ali, imagina, eram os finalmentes já, das cenas finais do Irã, que é o personagem, e que ele participa dessas inscrições que os trabalhadores estão colocando nas paredes. E ali eu colhi, mesmo como pesquisadora, o jeito que eu coloquei o livro foi um jeito de uma mensagem que foi encontrada no Congresso, que é um trabalhador chamado Zé falando sobre que essa cidade tem a compaixão de seus filhos. Isso me tocou muito, porque é uma história que tinha tudo a ver com a história. Então, são coisas que, quando a gente está encontrando a sua sensibilidade artística, ela acaba sendo tocada por essas cenas, essas coisas. E aí eu fui tentando encaixar dentro da história, fui criando outras coisas com personagens que não existiam, enfim, mas encaixando também esse sentimento. Eu gostaria que o livro pudesse trazer também esse sentimento de estranhamento e de pertencimento que a cidade, mesmo ainda não sendo uma cidade de fato, já passava nos corações desses trabalhadores. (Entrevista com Andressa Marques, 2025)

Nos lugares em que o silêncio fala mais alto, a nossa imaginação grita. É nos rastros e vestígios dos arquivos que o nosso grito ecoa. Os apagamentos constantes provocados pelo projeto de colonialidade que quando não anula e silencia acaba por marginalizar e estereotipar corpos negres e sentenciar-nos a termos genéricos ou ao total anonimato teimam em se sobrepor às nossas narrativas e memórias, entretanto nós teimamos ainda mais, e buscamos dar sentido à esses silêncios e ausências, reafirmando nossas existências, não somente através dos vestígios e dos estudos, como também através de lembranças coletadas em nossas próprias vivências, preenchamos as lacunas com detalhes que estão presentes em nossas experiências.

Continuamente, intelectuais que estudamos a escravização enfrentamos ausências nos arquivos enquanto tentamos encontrar

"agentes enterrados debaixo" do acúmulo de apagamentos, projeções, fabulações e nomeações errôneas. Existem, eu acredito, maneiras específicas pelas quais intelectuais Negres que estudamos a escravização ficamos imóveis diante das verdades parciais dos arquivos, enquanto tentamos dar sentido a seus silêncios, ausências e modos de (des)aparecimento. Os métodos mais prontamente disponíveis para nós às vezes, muitas vezes, nos forçam a posições que vão contra o que sabemos. Ou seja, nosso conhecimento da escravização e da existência Negra na escravização é obtido através de nossos estudos, sim, mas também excede os estudos. É obtido através dos tipos de conhecimento do/no cotidiano, a partir do que Dionne Brand chama de "sentar-se no espaço com a história". (Christina Sharpe, 2023, p. 32)

Ao nos sentarmos nesse espaço com a história, somos capazes de desenvolver os nossos próprios métodos para investigar, compor e reverberar possibilidades de histórias que permanecem marcadas em cada uma de nós. Ao apresentar o conceito de vestígio, exemplificado através de sua própria história, Christina Sharpe (2023) nos apresenta o trabalho de vigília no vestígio e aponta:

À medida que avançamos no trabalho de vigília, devemos pensar na contenção, vigilância, punição, captura e cativeiro, e nas maneiras como as representações múltiplas da negridade se tornam o símbolo, por excelência, da existência menos-que-humana condenada à morte. Devemos pensar sobre a carne Negra, a lente Negra e as maneiras como produzimos trabalho encarnado; pensar as maneiras como o cativeiro não pode nos conter e não nos contém, mesmo que permaneça na forma da semiótica do porão do túmulo, da prisão, do ventre, e em outros lugares na/como a tensão entre a existência e a instrumentalidade que é a existência Negra no vestígio. (Christina Sharpe, 2023, p. 49)

A esse respeito, é possível considerar que a sensibilidade para perceber as questões que envolvem as tentativas de apagamento de determinados grupos é essencial no processo de articulação dessas informações nos espaços de comunicação. Para superar os desafios impostos pela colonialidade é preciso ser criativo, é através do desenvolvimento de e utilização de tecnologias ancestrais de produção de infinitos que se observa o surgimento de metodologias que contribuem significativamente para o aprofundamento de questões pertinentes para a efetivação da justiça social e informacional. Um exemplo dessa metodologia é a fabulação crítica, utilizada por Cristiane Portela na construção da exposição *Outras Brasília* e a escrevivência utilizada por Andressa Marques na reconstrução de sua própria

narrativa de vida que esteve presente na exposição *Reintegração de posse* e que posteriormente se transformou em um romance ficcional. A respeito da ficção narrativa, Toni Morrison (2019) aponta como sendo uma “oportunidade de ser e de se tornar o Outro”, com empatia, clareza e o risco de uma autoinvestigação. (p.121)

Ao entrevistar as curadoras das exposições apresentadas neste capítulo pude perceber uma consonância em seus relatos, voltada para o cuidado e a sensibilidade necessárias para realização de pesquisas que caminhem na contramão de narrativas excludentes.

Então, acho que as exposições, mesmo que elas tenham características diferentes, elas têm como aspecto comum **reconhecer o potencial transformador mesmo e o potencial de agenciamento que as pessoas têm no momento que a gente está vivendo o cotidiano**. Não é no extraordinário, é no cotidiano. Então, acho que essa é a dimensão do cotidiano. Então, tem um momento, por exemplo, da exposição que eu conto do episódio das mulheres lavadeiras de Taguatinga em 1960, que conseguiram manter a bomba d'água. Acho que isso é super importante. Mas você tem tragédias, por exemplo, como os grandes incêndios que aconteciam na cidade livre, numa cidade que era toda de madeira, Taguatinga também, Gama também, Sobradinho também. Então, quem mais sofria com esses incêndios eram as mulheres, não tenho dúvidas, que eram a maioria das que chefiavam as famílias. E os incêndios aconteciam exatamente nos lugares mais vulnerabilizados, nas zonas de prostituição, que não eram lugares só de prostitutas, mas lugares que as mulheres que chefiavam lá conseguiam viver, fazer ali sua creche para cuidar das outras crianças e ter apoio, ter uma rede de apoio. Enfim, **me sensibiliza muito essa dimensão cotidiana. Acho que esse é um caminho também para a gente reelaborar narrativas históricas**. (Entrevista com Cristiane Portela, *grifos meus*, 2025)

Então, é uma afetação que vai encontrar outra e vai encontrar outra e que, em uma hora, a gente consegue fazer um agendamento diferente para situações de exclusão que a gente encontra e também os museus são espaços. Então, eu acho que **é importante a gente manter a nossa capacidade de nos afetar com os ambientes em que a gente desenvolve os nossos trabalhos**, as nossas percepções, até isso também nos leva para outras áreas também. Mas, eu acho que **é importante a gente não ficar endurecido para as grandes instituições** porque elas são, de fato, intimidadoras. Elas nos intimidam desde sempre. Um museu, às vezes, é algo que imagino para um menino de periferia, é uma coisa que ele uma vez na vida outra, na morte, ele passeia pela escola e, quando ele entra, ele tinha que entrar em silêncio, de cabeça baixa, ele não podia tocar nas coisas. É um espaço que intimida. Então, se a gente se deixa, deixar de nos afetar por essas instituições que já demonstraram e já

criaram um ambiente de tanto estranhamento para as pessoas, que são as pessoas da sociedade, eu acho que já é um grande passo para a gente conseguir outros caminhos para esses museus que sejam mais acolhedores, não só no que eles relatam, o que contam de memória e de história da nossa cultura, para as pessoas, para a sociedade, mas também como ambientes menos hostis. (Entrevista com Andressa Marques, *grifos meus*, 2025)

Dentre não se deixar endurecer pelas tensões provocadas por instituições e perceber o extraordinário presente no cotidiano, as afetações e inquietações seguem sendo força motriz no desenvolvimento de novas práticas informacionais que se tornam grandes passos para alcançar a justiça informacional dentro e fora das instituições. As estratégias informacionais desenvolvidas através da fabulação ou da escrevivência se configuram como uma alternativa poderosa de enfrentamento da colonialidade presente nos museus e exposições.

Figura 29 - Geralda Alves de Souza



Geralda Alves de Souza

Nascida em Paracatu - MG, veio para Brasília em 1965, com apenas 15 anos de idade foi trazida por uma patroa para trabalhar como diarista. Primeiro morou com a irmã na Vila Matias, depois começou a trabalhar na 114 sul, mas o serviço como diarista e babá era incerto, as patroas eram intolerantes, e em alguns momentos, quando não conseguia trabalho, Geralda precisou dormir nas escadas, nas praças e até em um poço de elevador. E relata "Eu sofri demais em Brasília".

Cansada da humilhação sofrida pelas patroas, Geralda procurou e encontrou emprego em uma construtora que atuava nas áreas verdes do centro da capital, ela auxiliou no cuidado com o gramado e no plantio de árvores. Foi ela quem sugeriu ao encarregado que também plantasse árvores frutíferas no centro de Brasília, e essa foi a sua grande contribuição para a história da cidade.

Casou-se com Antônio Correia da Silva e conseguiram comprar, a muito custo, um barraco na Vila do IAPI, onde viveu com seus 5 filhos até ser desalojada para a Ceilândia. Ela relata que durante esse processo sofreu muito com a falta de estrutura da cidade, além da distância que precisava percorrer todos os dias para trabalhar na região central de Brasília.

Por sempre precisar priorizar o trabalho e o cuidado com os filhos, Geralda não conseguiu estudar, e por isso fazia questão que seus filhos e netos fossem para a escola. Hoje ela reside em uma chácara no entorno do DF, e um de seus netos se tornou mestre pela Universidade de Brasília - UnB.

Fonte: Layó Pereira, 2025.

Munido de toda sensibilidade que me pertence, após reunir vestígios documentais e colher o depoimento de minha avó, decidi criar a minha própria fabulação sobre a sua história(Figura 28), como uma colcha de retalhos que é tecida

através do tempo, “em busca dos jardins de nossas mães”. Invoco o pouco que sei sobre a história de Geralda Alves de Souza e, como uma tentativa de gritar através do silêncio presente nos anais da historiografia oficial sobre a vida dela e de outras mulheres negras, aponto a sua participação na construção de Brasília e me coloco como uma continuação da sua história, para que não seja esquecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - O grito ecoa

A Ciência da Informação possui um papel essencial nos processos de enfrentamento ao epistemicídio. Os processos de gestão, organização e sistematização do conhecimento são perpassados por marcas da colonialidade, visto que, ao longo da história da própria ciência é possível observar as influências do projeto de colonialidade que está enraizado em suas bases epistemológicas (Walter D. Mignolo, 2003, p. 79- 130). É, portanto, imprescindível que as práticas de enfrentamento ao colonialismo sejam evidenciadas, primeiramente e principalmente nos processos que envolvem o conhecimento, enquanto estratégia de combate ao epistemicídio.

Para enfrentar os efeitos do projeto da colonialidade, torna-se imprescindível a proposição de modelos alternativos de organização social, que desafiam a hegemonia eurocêntrica ainda presente em epistemologias, sistemas de organização da informação e demais estruturas de poder e conhecimento. Nesse contexto, diversas vozes intelectuais têm apontado caminhos teóricos e práticos por meio dos conceitos de decolonialidade (Amancio, 2020; Maldonado-Torres, 2023; Bernardino-Costa, 2023) e contracolonialidade (Bispo dos Santos, 2019), como formas de enfrentamento e reexistência frente às lógicas coloniais.

A participação inegável das mulheres negras na construção de Brasília precisa ser evidenciada. Apesar da escassez de informações que retratam essa participação, por meio de relatos orais e outras fontes é possível evidenciar que essa participação foi significativamente mais expressiva do que aquela reconhecida pela historiografia oficial. Um exemplo são as mulheres quilombolas da região de Mesquita (Deborah Santos, 2020), que já habitavam e organizavam aquele território muito antes da chegada dos/as primeiros/as trabalhadores/as contratados/as para as obras. Essas mulheres desempenharam um papel fundamental e contribuíram de maneira significativa para o processo de construção da cidade.

É evidente que a questão do silenciamento de histórias como as das mulheres negras na construção de Brasília é arbitrária. A escassez de pesquisas dedicadas a compreender como estão representados os diversos grupos que compõem as maiorias minorizadas (Richard Santos, 2020) se mostra como um elemento essencial para a compreensão da ausência de representatividade desses

sujeitos nos espaços informacionais. Essa ausência não é meramente uma lacuna epistemológica, mas sim uma manifestação concreta da colonialidade do saber, na medida em que reproduz silenciamentos históricos e hierarquias de visibilidade (Joaze Bernardino-Costa, 2023).

O projeto de colonialidade está além do âmbito cultural, estende os seus mecanismos de dominação para atingir as múltiplas formas de existência. Conforme argumenta Oyèrónké Oyěwùmí (2019, p. 171), o eurocentrismo promovido por esse sistema não apenas racializa o conhecimento, mas também reconfigura hierarquicamente os modos de saber e de ser no mundo. Esse processo de reestruturação epistêmica dos sujeitos subalternizados constitui, segundo Nelson Maldonado-Torres (2023, p. 41), uma das áreas centrais nos estudos da colonialidade e da decolonialidade, pois revela as múltiplas camadas de opressão e controle exercidas sobre determinados grupos.

Enquanto os grupos dominantes, mantêm e reproduzem estruturas de poder por meio do controle de diversas dimensões da vida social, incluindo o discurso, o conhecimento, a força de trabalho, os corpos e as próprias existências dos sujeitos subalternizados. A efetivação da justiça social se constitui enquanto um desafio pois as dinâmicas da colonialidade se perpetuam através de diversas lógicas. O pacto da branquitude (Cida Bento, 2022) se refaz e, de forma intencional, se agarra às estruturas que mantêm o *status quo*.

Discutir justiça informacional implica necessariamente abordar a justiça social, uma vez que esta representa uma de suas dimensões fundamentais. No campo da Ciência da Informação, reconhece-se que os indivíduos são compreendidos como *fontes, sujeitos e buscadores de informação* (Mathiesen, 2015 in Franciele Garcês Silva et al., 2022), o que evidencia a centralidade da informação na constituição da cidadania e na garantia de direitos. Como destaca Franciële Garcês da Silva (2022, p. 5), a justiça informacional é um subconjunto da justiça política, e se aplica de maneira específica às questões relacionadas ao acesso, uso e distribuição da informação e das tecnologias informacionais. Sob essa perspectiva, a justiça informacional se configura enquanto um parâmetro analítico para avaliar em que medida uma sociedade assegura justiça política. Isso envolve compreender como a informação pode atuar tanto como ferramenta de inclusão quanto de exclusão.

Ao analisar diferentes exposições que retratam a história da construção de Brasília, foi possível identificar que os desafios enfrentados para efetivação da justiça informacional para mulheres negras no Distrito Federal estão para além das estratégias informacionais arquitetadas pelos museus públicos. Entretanto, a solução para efetivação dessa justiça também está presente em exposições que não perpetuam o silenciamento, ao contrário, fazem reverberar as vozes que sofreram com tentativas sistemáticas de silenciamento pela colonialidade.

Novas proposições realizadas a partir das mesmas fontes de informação podem ser efetivas para reverberar as vozes das mulheres negras no Distrito Federal. Essas proposições quando somadas a outras *tecnologias ancestrais* demonstram que as possibilidades de integração de vozes são múltiplas e multifacetadas. A exemplo das exposições *Outras Brasília* e *Reintegração de Posse* que apresentam possibilidades reais de estratégias informacionais emancipatórias, pois são métodos que “enfrentam o poder, a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem” (Saidiya Hartman, 2022, p. 11) Enfrentando também a colonialidade e fazendo ecoar o grito das esquecidas.

Está na pele das vivas e na palavra das que já se passaram, ressoar uma trajetória que transforma, que gargalha. Está em todo lugar esse grito das esquecidas que se buscou silenciar nas instituições, ecoa por entre os corredores de pé direito alto dos museus, ressoa por entre os armários e gavetas dos arquivos, e sussurra por entre as estantes das bibliotecas. Este grito está nas galerias subterrâneas dos prédios de Brasília, inscrito nas paredes. Está em cada árvore dos canteiros centrais, enraizado como um rizoma nos gramados dos prédios oficiais, está em cada apartamento, sempre bem arrumado, do Plano Piloto. Reverbera por 40km de distância da capital, nas ruas da Ceilândia, chega até o entorno do DF, nas roças e quilombos que guardam histórias não contadas. É um grito que ecoa em cada página deste trabalho, para que o silêncio não ocupe tanto espaço, para haja justiça, pois “somente a justiça pode parar uma maldição” (Alice Walker, 2022, p. 302).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 2009. TEDGlobal. Oxford. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt> Acesso em: 06 mar. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo. Pólen, 2019.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, v. 29, p. e-124693, 2023.

ALVES, Ingridde dos Santos. **Exposições e sentidos: análise da exposição “Poeira, Lona e Concreto” do Museu Vivo da Memória Candanga (2014)**. 2014. 143 f., il. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Museologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANDRADE, Beatriz de Oliveira. **Fragments de pertencimento e agência : narrativas periféricas do Distrito Federal, da Vila do IAPI à Ceilândia**. 2021. 66 f.; il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

AMÂNCIO, Hélder Pires. **De(s)colonizar o conhecimento, desmarginalizar os saberes e interligar as lutas políticas ao sul**. 2020. Disponível em: <<https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/12/narrativas-insurgentes.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/abstract/?lang=pt>> . Acesso em: 12. nov. 2023.

_____. Á. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Enc. Bibli**, Florianópolis, v.16, n. 31, p. 110-130, maio 2011. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110/17765>> . Acesso em: 12. ago. 2023.

ASANTE, K. W. Afrocentricity. In: **Encyclopedia of African Religions and Philosophy**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1988. p. 38-39.

BARBOSA, Daniela Pereira. **O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília - DF: Editora UnB, 1995.

BEZERRA, Ricardo Ramoni Damasceno. **A cidade de Brasília, sua imagem midiática e imaginários**. 2017. 72 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A Terra Dá, a Terra Quer**. São Paulo: Elefante Editora, 2023.

BRITTO, Clovis Carvalho; PEREIRA, Marcele Regina Nogueira; DE SOUZA TEIXEIRA, Maria das Graças. Dossiê" Museus, coleções e epistemologias decoloniais"- Apresentação. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 57, p. 1-17, 2023.

_____. Quando um museu inaugura a cidade: o museu histórico de Brasília como síntese da imaginação museal de Juscelino Kubitscheck. **Museologia e Patrimônio**, Leiria, v. 10, n. 10, p. 447-474, maio de 2023.

BULHÕES, Girlene Chagas. **Museus para o esquecimento: seletividade e memórias silenciadas nas performances museais**. 2017. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Performances Culturais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9197>> Acesso em: 03 mar. 2023.

CARDOSO, Elna Dias. **Nós também fazemos parte desta história": memória de mulheres negras em Brasília**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Goiânia, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A conferência sobre o racismo. Portal Geledes. 2000. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-conferencia-sobre-racismo/>> Acesso em: 06 mar. 2024.

_____. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia em Educação, 71 Feusp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>> Acesso em:

CARRARI, Julia de Araujo. **Reflexões sobre a presença negra na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga – DF**. 2014. 67 f. Monografia - Curso de Museologia, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília - Unb, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/8310>> Acesso em: 12 abr. 2023.

CHAVES, Elisa Maria Lopes; BIZELLO, Maria Leandra. Arquivos pessoais de mulheres: a institucionalização necessária. In: **XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**. 2022.

Coletânea Muntu: poesias, contos e crônicas. Curadoria: Amandara Yin et al. 1ª edição. Brasília - DF: Edições Kisimbi. 2022.

COLLINS, Patrícia Hill. **Another kind of public education: race, schools, the media, and democratic possibilities.** Boston - MA: Beacon Press, 2019.

COSTA, A. de S.; NASCIMENTO, A. V. do; CRUZ, E. B.; TERRA, L. L.; SILVA, M. R. e. O uso do método Estudo de Caso na Ciência da Informação no Brasil. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 49-69, 2013. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v4i1p49-69. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59101>> . Acesso em: 14 jan. 2024.

CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches.** Sage publications, 2007.

CUNHA, Marcelo Nascimento B. da. **Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições.** 2006. 285 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12944>> Acesso em: 13 mar. 2023.

CURY, Marília Xavier. Política de gestão de coleções: museu universitário, curadoria indígena e processo colaborativo. **Revista CPC**, v. 15, n. 30 esp., p. 165-191, 2020.

DAROIT, D; Cruz, F; Bastos, A.P.; Laranja, L. Gestão Pública, Democracia e Direitos aos 30 anos da Constituição Federal. **Revista Nau Social**, v.9, n.17, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/3145>>

DE ALMEIDA, Tatiana; SALDANHA, Gustavo Silva. TÓPOI, TROPOS, LOCI E A TEORIA DA CULTURA CONTRA O EPISTEMICÍDIO: DIÁLOGOS COM ANTONIO GARCÍA GUTIÉRREZ. In: **XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.** 2021.

DENOVAC, Adriano. **Narrativas históricas e ciladas coloniais.** 2020. Disponível em:<<https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/12/narrativas-insurgentes.pdf>> . Acesso em: 29 mai. 2024.

DEUS, Beatris Silva de. **Narrativas periféricas: o cotidiano do entorno de Brasília a partir das margens.** 2022. 55 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DO NASCIMENTO SANTOS, Thais Helen; DE ALBUQUERQUE AQUINO, Mirian. Entre os estudos culturais e a Ciência da Informação: fontes de informação étnico-raciais. **Informação & Informação**, v. 21, n. 1, p. 29-55, 2016.

DOS REIS, Leonardo Rangel; RIOS, Jocelma Almeida; DOS SANTOS, Adriana Vieira. **Análise hermenêutica: compreendendo a interpretação.** Disponível em:<https://metodologia.ceie-br.org/wp-content/uploads/2021/02/livro3_cap13_AnaliseHermeneutica.pdf> Acesso em: 12. Jan. 2024.

FERNANDES, André Filipe de Oliveira. **Vida Candanga: os trabalhadores na construção de Brasília e o massacre da GEB de 1959: a memória como um campo de disputas.** 2018. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/21674>> Acesso em: 23. nov. 2023.

FERREIRA, Luzia Gomes. **A poética da existência nas margens: percursos de uma museóloga-poeta pelos circuitos artísticos da Lisboa africana**. 2018. 364 f. Tese (Doutorado) - Curso de Museologia, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/luzia_gomes.pdf> Acesso em: 30 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Archaeology of knowledge**. Abingdon: routledge, 1969.

FREITAS, Joseania Miranda; DOS REIS OLIVEIRA, Lysie. Memórias de um tamborete de baiana: as muitas vozes em um objeto de museu. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 5, n. 14, p. 541-564, 2020.

_____, Reflexões sobre a exposição temporária do MAFRO/UFBA - Exu: outras faces. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 191-206, jan. 2014.

GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. **Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania. Museu Vivo da Memória Candanga**. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu, **Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960)**, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 351 pp. (Tese de doutorado em História), Brasília, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012.

GÓMEZ, Nancy. A inclusão digital como política pública no Brasil: dilemas e perspectivas. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; MUGNAINI, Rogério. **Informação, conhecimento e cidadania: desafios para a Ciência da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

GONÇALVES, Robson de Andrade *et al.* O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 2, p. e5759-e5759, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3WoFVot> 10.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, 4., 1080, Rio de Janeiro. Temas e problemas da população negra no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1980. p. 223 - 244.

GUIMARÃES, Patrícia Cunegundes. Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão, por Saidiya Hartman. **Rebeca-Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual**, v. 11, n. 2, 2022.

GUTIÉRREZ, Antonio García. **Exomemória e a crítica ao positivismo: desafios epistemológicos para as ciências da memória.** In: HABERMAS, Jürgen. Teoria da ação comunicativa e ciências emancipatórias. São Paulo: Editora XYZ, 2018. p. 112.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais.** São Paulo: Fósforo, 2022.

JACCOUD, Luciana de Barros e Beghin, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil : um balanço da intervenção governamental.** Brasília: Ipea, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9164>> Acesso em: 30. out. 2023.

JUNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo; Silva, Tatiana. SILVA; GOES (Org.) **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes.** Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/916>> Acesso em: 25 out. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo (org). **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”.** **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2000.

MARTINS, Mirelle. Silva. Rompendo com o racismo epistêmico e descolonizando o conhecimento. In: **VIII Encontro de Pesquisa em História**, 2019, Belo Horizonte. História em Tempos Sombrios: estudar, pesquisar, ensinar. Caderno de Resumos / 8. Encontro de Pesquisa em História, Belo Horizonte, MG, 13 a 17 de Maio de 2019 [e-book]. / Organizadores: Álvaro Augusto Lourenço et al. Belo Horizonte: [s.n.], 2019., 2019.

MARQUES, Andressa. **A construção.** São Paulo: Editora Nós, 2024.

MIGNOLO, Walter. Globalization and the geopolitics of knowledge: The role of the humanities in the corporate university. **Nepantla: Views from south**, v. 4, n. 1, p. 97-119, 2003.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros - Seis ensaios sobre racismo e literatura.** São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-38, 1994.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NERES, Manoel Barbosa. Quilombo Mesquita: História, identidade e pertencimento. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 1, p. 17-18, 2020.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: A construção do cotidiano.** Brasília - DF: Paralelo 15, 1997.

OLIVA, Anderson Ribeiro et al. **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, Águeda Macias de. **Criação e gestão de museus no Distrito Federal: análise dos museus da Coordenação de Museus e Patrimônio da Secretaria de Cultura (1958-1999)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Henry de; AQUINO, M. de A. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação | The concept of ethnic-racial information in Information Science. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2012. DOI: 10.18617/liinc.v8i2.453. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6.^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; DA SILVA, Eliezer Pires. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, p. 256-277, 2019.

OSORIO, Rafael Guerreiro. Texto para Discussão (TD) 996: **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2958>> Acesso em: 25 out. 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of women**. *Anthropology in theory: Issues in epistemology*, p. 448-454, 2013.

PANTOJA, Sílvia Raquel de Souza. **Mulheres negras visualizadas e ignoradas: uma análise de narrativas expográficas no Museu de Arte de Belém (MABE)**. Orientadora: Joseania Miranda Freitas. 2022. 137 f. il. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

PEDROSA, Artani da Silva. A FLAMA INSPIRADORA: NARRATIVA EXPOGRÁFICA DO MUSEU DO CATETINHO COMO PARTE DO CONSTRUCTO DA MEMÓRIA NACIONAL. Building the way - **Revista do Curso de Letras da UEG/Itapuranga**, v. 13, n. 1, 2023.

PELOSO, Silvano et al. O mundo novo e a cidade do sol: Brasília da utopia à história. In: **Descobrimo o Brasil. Sentidos da literatura e da cultura no Brasil**. Eduerj Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. p. 13-27.

PEREIRA, Débora Rita da Silva. **Memórias Pretas na Capital da Esperança: mulheres negras no museu vivo da memória candanga**. Programa de Iniciação Científica. Distrito Federal. 2019.

_____. **Negras Memórias De Uma Capital em (Des)construção: Uma Análise da presença de mulheres negras na exposição Poeira, Lona e Concreto do Museu Vivo da Memória Candanga**. Distrito Federal. 2021. Disponível em:<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28072/1/2021_DeboraRitaDaSilvaPereira_tc_c.pdf> Acesso em: 23 mar. 2023.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Decolonial Museology: Memory Points and the Insurgency of Museum Making. **E-Journal of Portuguese History**, v. 17, n. 2, 2019.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10 - nº 1 - p. 9-40
1º sem. 2008. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>> Acesso em: 12. ago. 2023.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RAYWARD, B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Process & Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/222489196_The_History_and_Historiography_of_Information_Science_Some_Reflections> Acesso em: 12. ago. 2023.

RIBEIRO, Antônia da Silva Samir. **Saberes Tradicionais e Educação Ambiental: Encontros e Desencontros no Quilombo de Mesquita- Goiás**. 2014. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Goiás, 2014

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Editora UnB, 2008.

RICARDO, Luciana de Maya. **A EDUCAÇÃO EM DIÁLOGO COM A CULTURA: Da experiência de educação do Museu Vivo da Memória Candanga a uma proposta educativa para o Museu da Educação do DF**. 296 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Educação. Universidade de Brasília - 2017.

ROSA, A. P. C.; ALBUQUERQUE, A. C. **A arquivologia social na ciência da informação**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123343>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ROQUE, Maria Isabel. “Título, autor e data”: o que diz uma tabela?. **A. Muse. Arte**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 1-9, mar. 2015. Disponível em: <<https://amusearte.hypotheses.org/888>> Acesso em: 12. abr. 2025.

SANTOS, Deborah Silva. Apontamentos sobre narrativas nos Museus Afro-Brasileiros. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 94–116, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i22.44697. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/44697>> Acesso em: 21 out. 2024.

_____. Museologia e Africanidades: Experiências museológicas de mulheres negras em museus afro-brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 64, n. 20, p. 113 - 114. Dez. 2022. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/8539>> Acesso em: 13 Jan. 2024.

_____. **Museologia e Africanidades: Experiências museológicas de mulheres negras em museus afro-brasileiros**. 2021. Tese. Lisboa. Disponível em: <<https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/11990/1/tese%20final%20com%20j%20c3%20bari%20Deborah%20Santos.pdf>> Acesso em: 12. Jan. 2024.

_____ ; DE BRITO, Kátia Silene Souza. A descolonização da Museologia: experiências na preservação do patrimônio afro-brasileiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 57, p. 1-22, 2023.

SANTOS, Diego Martins dos. **A história da formação de Brasília como a construção da exclusão**. 2016. 47 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, Karolinne Pacheco. **OS TERRITÓRIOS DAS MEMÓRIAS CANDANGAS: remoções urbanas, territorialidades periféricas e imaginações museais no Distrito Federal**, Brasil. 2025. 410 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Museologia, Departamento de Museologia, Universidade Lusófona, Lisboa, 2025.

SANTOS, Richard. **Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade**. São Paulo: Telha, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da et al. Social justice and black population: a theoretical-critical look at Information Literacy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, p. 129-162, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/xbtGJNqDyQM4kpyRtKCQ3fH/abstract/?lang=en>> Acesso em: 21. dez. 2023

SILVA, Joana Angélica Flores. **A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto**. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1854813>> Acesso em 13 abr. 2023.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**, p. 121-135, São Paulo: LiteraRua, 2020.

SILVA, Tatiana Dias. **Mudança institucional, discurso e instituições: políticas públicas de igualdade racial no governo federal de 2000 a 2014**. 2019. 243 f., il. Tese (Doutorado em Administração)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/35766/1/2019_TatianaDiasSilva.pdf> Acesso em: 30 out. 2023.

SHARPE, Christina. **No vestígio: Negridade e existência**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SOARES, Amanda Costa; BRITTO, Clovis Carvalho. Sistema de Museus do Distrito Federal: indícios de uma trajetória em (des) articulação. **Encontros Bibli**, v. 29, p. e96754, 2024.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: Programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 2, p. 207-215, 1988 Disponível em:

<<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000790019.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2023.

WALKER, Alice. **Em busca dos jardins de nossas mães: prosa mulherista**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

ANEXOS

ANEXO I

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Grito das Esquecidas: Desafios da Justiça Informacional para Mulheres Negras em quatro exposições no Distrito Federal.

Pesquisador: Layó Rita da Silva Pereira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 81241524.0.0000.5540

Instituição Proponente: Faculdade de Ciência da Informação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.043.564

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa é voltado para a temática da memória em torno da construção de Brasília e tem como enquadramento principal a presença e contribuição de mulheres negras. Trata-se de um projeto com abordagem qualitativa em que o pesquisador responsável pretende explorar como as trajetórias destas mulheres estão situadas nos espaços da informação e construção da memória. O autor tece uma análise sobre o epistemicídio que atravessa a história *“oficial”* da construção da capital e se ancora na perspectiva decolonial afim de compreender que narrativas permaneceram às margens, o que elas contam e, especialmente, sobre quem é contado. Defende-se a ideia de que a justiça social se relaciona estritamente com a justiça informacional e por isso há necessidade em entender as histórias *“esquecidas”* intencionalmente para a manutenção da hegemonia de poder que marca a construção da *“capital da esperança”*. Para isso, afora a revisão da literatura, o autor lança mão de um estudo de caso envolvendo quatro exposições do DF, com *“observação in loco”* afim de mapear a participação de mulheres negras na história do Distrito Federal. Além da observação e análise das exposições, o autor contará com a realização de entrevistas semi-estruturadas com, ao menos, cinco pessoas responsáveis pelas exposições observadas e analisadas em seu estudo.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 7.043.564

Objetivo da Pesquisa:

Pretende-se analisar a representação de mulheres negras em exposições do DF sob o enquadramento da justiça informacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador se limita a descrever os riscos como cansaço ou aborrecimento ao responder questionários e como benefícios expor propostas de integração de vozes silenciadas. Não faz, nesse sentido, nenhuma reflexão crítica sobre quais desconfortos a pesquisa pode provocar nos participantes e como mitigá-los, sobretudo acerca dos métodos empregados, e também não aponta caminhos de devolutiva direta aos participantes da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto se encontra bem estruturado e é possível compreender com clareza os objetivos e a metodologia utilizada pelo pesquisador. No entanto, é necessário que o autor faça uma avaliação crítica dos riscos e os benefícios da pesquisa aos participantes, situando também como será feito o recrutamento dos participantes e qual devolutiva a pesquisa pode ser útil ao contexto de seus interlocutores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram devidamente apresentados, exceto pela ausência de qualificação dos riscos e benefícios aos participantes da pesquisa.

Recomendações:

Há necessidade em elaborar criticamente quais possíveis desconfortos surgem durante a aplicação de questionário e condução de entrevistas, especialmente quando o tema evoca questões sensíveis de memória, identidade, representatividade e pertencimento inscritas em regimes de desigualdade. Deve-se levar em consideração que desfechos podem servir aos participantes da pesquisa e como podem ajudar na visibilização de narrativas consideradas invisibilizadas acerca de grupos sociais vulnerabilizados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Para que o projeto esteja em conformidade às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares é necessário:

1. Revisar sessão de riscos e benefícios.
2. Atualizar do cronograma de pesquisa, tendo em vista que este Comitê não avalia projetos com pesquisa de campo em andamento.
3. Inserir no TCLE devida qualificação do risco e benefício aos participantes.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 7.043.564

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2345718.pdf	30/06/2024 09:57:10		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Justificativa.pdf	30/06/2024 09:56:10	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	30/06/2024 09:55:20	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	24/05/2024 10:22:50	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO.pdf	24/05/2024 10:20:38	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Outros	carta_encaminhamento.pdf	24/05/2024 10:20:05	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Outros	cartarevisaoetica.pdf	24/05/2024 10:19:48	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Outros	termo_de_aceite_institucional.pdf	24/05/2024 10:19:14	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Outros	termo_imagem_e_voz.pdf	24/05/2024 10:18:46	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	curriculo_pesquisador.pdf	24/05/2024 10:17:55	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	curriculo_orientador.pdf	24/05/2024 10:17:46	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	24/05/2024 10:15:03	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	24/05/2024 10:14:10	Layó Rita da Silva Pereira	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.043.564

BRASILIA, 30 de Agosto de 2024

Assinado por:
André Ribeiro da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Página 04 de 04